

RELATÓRIO DE GESTÃO

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

2025



GONDOMAR
é D ouro

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

Índice

Índice	2
Índice de Quadros	5
Índice de Gráficos	7
1. Mensagem do Presidente	8
2. Introdução.....	11
3. RELATO NÃO FINANCEIRO.....	12
3.1. Introdução	12
3.2. Assembleia Municipal	12
3.3. Câmara Municipal	13
3.4. Estrutura Orgânica do Município de Gondomar.....	15
3.5. Recursos Humanos	19
a) Distribuição dos efetivos por Grupo Profissional	19
b) Distribuição das categorias por género e por categoria profissional	20
c) Distribuição do pessoal por nível habilitacional.....	20
d) Distribuição do pessoal por escalão etário	21
e) Entradas de pessoal	23
f) Saídas de pessoal	24
3.6. Educação.....	25
a) N° de alunos distribuído por ciclo escolar	25
b) Distribuição dos alunos ao longo dos últimos anos	26
c) Distribuição por género e ciclo escolar.....	27
d) Distribuição por agrupamento e ciclo escolar.....	27
e) Equipamentos Escolares do Município de Gondomar	28
f) N° Técnicos nas Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC).....	28
g) N° Refeições escolares servidas	29
3.7. Saúde.....	29
a) Caracterização dos Edifícios e Unidades de Saúde sob Gestão Municipal	29
b) Recursos Humanos	31
c) Utentes inscritos por Unidades de Saúde	32
d) Veículos de apoio e para deslocações de médicos e enfermeiros para visitas domiciliárias ...	33
3.8. Ação Social	34
a) Instituições e locais abrangidos	34

b)	Recursos humanos alocados.....	35
c)	Volume processual trabalhado	35
4.	Análise Orçamental	36
4.1.	Execução Global do Orçamento	36
4.2.	Grau de execução orçamental	38
4.3.	Receita.....	38
4.5.	Despesa.....	44
4.6.	Encargos com o serviço da Dívida	48
4.7.	Transferências Correntes.....	48
4.8.	Grandes Opções do Plano.....	51
5.	Cálculo Do Endividamento Municipal	52
5.1.	Cálculo da Dívida Própria e de Entidades participadas.....	52
5.2.	Margem apurada do Endividamento Municipal	53
5.3.	Evolução do Endividamento.....	54
6.	Contabilidade de Gestão	55
7.	Análise Económico-Financeira	57
7.1.	Demonstrações Financeiras	57
a)	Balanço	57
b)	Análise do Fundo Patrimonial	61
c)	Mapa dos Subsídios ao Investimento	62
d)	Demonstração de resultados por natureza	63
7.2.	Indicadores Económico-Financeiros	65
a)	Solvabilidade	65
b)	Liquidez Geral	66
c)	Autonomia Financeira	67
d)	Estrutura.....	68
8)	Proposta de Aplicação de Resultados.....	69
9.	Demonstrações Financeiras	70
9.1.	Balanço.....	70
9.2.	Demonstração de Resultados	72
9.3.	Demonstração das alterações no património Líquido	73
9.4.	Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	74
9.5.	Notas explicativas às Demonstrações Financeiras	75
Nota 1 -	Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico	75
Nota 2 -	Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	79
Nota 3 -	Ativos intangíveis	87

Nota 4 - Acordos de concessão de serviços: concedente	89
Nota 5 - Ativos fixos tangíveis	91
Nota 6 – Locações	94
Nota 7 - Custo de empréstimos obtidos.....	95
Nota 8 - Propriedades de investimento	97
Nota 9 - Imparidade de ativos.....	98
Nota 10 - Inventários	98
Nota 13 - Rendimento de transações com contraprestação	98
Nota 14 - Rendimento de transações sem contraprestação	99
Nota 15 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	100
Nota 17 – Acontecimentos após a data de relato.....	102
Nota 18 – Instrumentos Financeiros	103
Nota 19 – Benefício dos Empregados.....	105
Nota 20 – Divulgações de partes relacionadas	105
Nota 21 – Relato por segmentos	105
Nota 23 – Desagregação e comparação das Demonstrações Financeiras	106
11. Demonstrações orçamentais	115
a) Demonstração de Desempenho Orçamental	116
b) Demonstração de execução orçamental da receita	118
c) Demonstração de execução orçamental da Despesa	119
d) Demonstração da execução do PPI.....	120
e) Alterações ao plano plurianual de investimentos.....	120
f) Operações de tesouraria	120
12. Mapa de Acordos de pagamento	121
13. Registo de Compromissos Plurianuais	122
14. Certificação Legal de Contas	123

Índice de Quadros

Quadro 1: Composição da Assembleia Municipal durante o ano 2025, discriminado pelos dois mandatos autárquicos existentes	13
Quadro 2: Composição da Câmara Municipal em 2025, repartida pelos dois mandatos autárquicos existentes	14
Quadro 3: Estrutura Nuclear	15
Quadro 4: Estrutura orgânica da Câmara Municipal	18
Quadro 5: Distribuição das carreiras durante o ano 2025	19
Quadro 6: Distribuição das categorias profissionais por género	20
Quadro 7: Distribuição do pessoal por nível habilitacional	21
Quadro 8: Distribuição por faixa etária	22
Quadro 9: Entradas de pessoal em 2025	23
Quadro 10: Saídas de colaboradores durante 2025	24
Quadro 11: Número de alunos por ciclo escolar	25
Quadro 12: Distribuição dos alunos por ciclo escolar e anos civis	26
Quadro 13: Distribuição por género e ciclo escolar	27
Quadro 14: Distribuição por agrupamento e ciclo escolar	27
Quadro 15: Equipamentos escolares do Município de Gondomar	28
Quadro 16: Distribuição dos técnicos das Atividades de Enriquecimento Curricular nos diferentes Agrupamentos	28
Quadro 17: Refeições Escolares servidas	29
Quadro 18: Unidades de Saúde por Locais	31
Quadro 19: <i>Assistentes Operacionais por Unidades de Saúde</i>	32
Quadro 20: <i>Utentes inscritos por Unidades de Saúde</i>	32
Quadro 21: Veículos afetos às Unidades de Saúde	33
Quadro 22: IPSS's e locais abrangidos	34
Quadro 23: Recursos humanos técnicos alocados a cada IPSS	35
Quadro 24: Volume processual trabalhado pelas IPSS's	35
Quadro 25: Execução do Orçamento	36
Quadro 26: Equilíbrio Orçamental	37
Quadro 27: Grau de execução orçamental	38
Quadro 28: Principais rubricas da receita	39
Quadro 29: Distribuição da receita	39
Quadro 30: Evolução dos impostos diretos	40
Quadro 31: Distribuição dos impostos diretos	41
Quadro 32: Evolução das transferências correntes	42
Quadro 33: Distribuição das transferências provenientes do Orçamento de Estado	43
Quadro 34: Evolução da despesa paga	44
Quadro 35: Despesa por Unidade Orgânica	46
Quadro 36: Despesa por natureza	47
Quadro 37: Despesa por tipologia	47
Quadro 38: Evolução da despesa com pessoal	47
Quadro 39: Encargos com o serviço da dívida	48
Quadro 40: Distribuição das transferências correntes	49
Quadro 41: Distribuição por freguesia	49
Quadro 42: Distribuição por corporação de bombeiros	50
Quadro 43: Distribuição por natureza de apoio	50

Quadro 44: Classificação funcional das GOP.....	51
Quadro 45: Cálculo do endividamento municipal.....	52
Quadro 46: Receita média dos 3 últimos exercícios	53
Quadro 47: Cálculo da margem de endividamento	53
Quadro 48: Margem de endividamento	54
Quadro 49: Contabilidade de gestão.....	56
Quadro 50: Rubricas do ativo	58
Quadro 51: Rubricas do passivo	59
Quadro 52: Rubricas do Património Líquido	61
Quadro 53: Mapa dos subsídios ao investimento	62
Quadro 54: Rubricas dos rendimentos.....	63
Quadro 55: Rubricas de gastos.....	64
Quadro 56: Índice de solvabilidade.....	65
Quadro 57: Índice de liquidez geral	66
Quadro 58: Grau de autonomia financeira	67
Quadro 59: Índice de estrutura	68
Quadro 60: Balanço	71
Quadro 61: Demonstração de Resultados	72
Quadro 62: Demonstração de Alterações do Património Líquido	73
Quadro 63: Demonstração de Fluxos de Caixa.....	75
Quadro 64: Caracterização da entidade.....	78
Quadro 65: Discriminação dos saldos bancários	79
Quadro 66: Movimentos de correção de ajustamentos.....	87
Quadro 67: Ativos Fixos Intangíveis.....	89
Quadro 68: Acordos de concessão	89
Quadro 69: Ativos Fixos Tangíveis	92
Quadro 70: Adições dos Ativos Fixos Tangíveis.....	92
Quadro 71: Ativos Fixos Tangíveis - Variações do período	93
Quadro 72: Ativos Fixos Tangíveis - Diminuições	94
Quadro 73: Mapa das locações operacionais.....	95
Quadro 74: Mapa dos Empréstimos	96
Quadro 75: Propriedades de investimento	97
Quadro 76: Imparidade de ativos.....	98
Quadro 77: Rendimentos de transações com contraprestação	99
Quadro 78: Rendimentos de transações sem contraprestação.....	100
Quadro 79: Mapa das provisões	100
Quadro 80: Passivos contingentes.....	101
Quadro 81: Ativos contingentes.....	101
Quadro 82: Ativos Financeiros.....	103
Quadro 83: Passivos Financeiros.....	103
Quadro 84: Mapa das participações em entidades societárias	104
Quadro 85: Mapa das participações em entidades não societárias.....	104
Quadro 86: Mapa dos investimentos financeiros.....	104
Quadro 87: Desagregação da conta 20	106
Quadro 88: Desagregação da conta 21	106
Quadro 89: Desagregação da conta 22	107
Quadro 90: Desagregação da conta 24	107
Quadro 91: Desagregação das outras contas a receber.....	108

Quadro 92: Desagregação das contas a pagar	108
Quadro 93: Desagregação da conta 28	109
Quadro 94: Desagregação da conta 70	110
Quadro 95: Desagregação da conta 72	111
Quadro 96: Desagregação da conta 75	111
Quadro 97: Desagregação da conta 78	112
Quadro 98: Desagregação da conta 60	112
Quadro 99: Desagregação da conta 62	113
Quadro 100: Desagregação da conta 63	113
Quadro 101: Desagregação da conta 68	114
Quadro 102: Desagregação da conta 69	114
Quadro 103: Demonstração do Desempenho Orçamental	117
Quadro 104: Demonstração Orçamental da Receita	118
Quadro 105: Demonstração Orçamental da Despesa	119

Índice de Gráficos

Gráfico 1: Distribuição das categorias profissionais em 2025	19
Gráfico 2: Distribuição por género em 2025	20
Gráfico 3: Distribuição por nível habilitacional	21
Gráfico 4: Distribuição por faixa etária	22
Gráfico 5: Faixa etária dos colaboradores	23
Gráfico 6: Distribuição dos alunos pelos ciclos escolares	25
Gráfico 7: Evolução do número de alunos a frequentar as Escolas em Gondomar	26
Gráfico 8: Representação do Equilíbrio Financeiro	37
Gráfico 9: Gráfico ilustrativo da execução orçamental	38
Gráfico 10: Evolução da receita	40
Gráfico 11: Evolução dos impostos diretos	41
Gráfico 12: Evolução da Derrama	41
Gráfico 13: Evolução do IMI	42
Gráfico 14: Evolução do IMT	42
Gráfico 15: Evolução das receitas correntes	43
Gráfico 16: Distribuição das transferências provenientes do Orçamento de Estado	44
Gráfico 17: Evolução da despesa paga	45
Gráfico 18: Evolução das despesas com pessoal	48
Gráfico 19: Evolução do endividamento	54
Gráfico 20: Índice de solvabilidade	66
Gráfico 21: Índice de liquidez geral	67
Gráfico 22: Grau de autonomia financeira	67
Gráfico 23: Índice de estrutura	68

1. MENSAGEM DO PRESIDENTE

A apresentação das contas relativas ao exercício de 2025 constitui não apenas um momento de prestação de contas, referente ao exercício de **2025**, que espelha o trabalho continuado de uma equipa empenhada em servir os cerca de 170 mil habitantes do nosso concelho com rigor, transparência e visão de futuro, mas também uma oportunidade para reafirmar a visão política que orienta a ação deste Executivo: uma gestão rigorosa, responsável e, sobretudo, orientada para o futuro do nosso concelho.

O ano de 2025 ficou marcado pela continuação de um contexto internacional exigente, com pressões inflacionistas persistentes e instabilidade nos mercados que se fizeram sentir, inevitavelmente, nos custos dos serviços municipais e nos encargos com contratos públicos. Não obstante este enquadramento adverso, o Município de Gondomar consolidou a sua trajetória de sustentabilidade financeira, encerrando o exercício com um **resultado líquido positivo de 2.044.259 euros** e um **total de rendimentos de 131.742.644 euros**, o que representa um crescimento de 8,08% face ao exercício anterior.

No plano orçamental, os resultados são igualmente positivos: a **receita cobrada ascendeu a 136.542.152 euros** e a **despesa paga foi de 136.258.926 euros**, com uma taxa de execução de 91,22%. Os impostos diretos — nomeadamente o IMI, o IMT e a Derrama — confirmaram a vitalidade económica do concelho, com os **impostos, contribuições e taxas a totalizarem 50.725.795 euros**, reforçando o seu peso no conjunto dos rendimentos municipais.

No que respeita aos recursos humanos, o Município integrava, a 31 de dezembro de 2025, **1.819 trabalhadores**, um conjunto de profissionais dedicados cuja ação quotidiana sustenta todos os serviços prestados à população. Os **encargos com pessoal totalizaram 40.850.981 euros**, refletindo as atualizações salariais e progressões remuneratórias, bem como o alargamento do quadro de pessoal resultante da transferência de competências nas áreas da educação, saúde e ação social.

Na **Educação**, o Município assegurou em 2025 o apoio a **15.187 alunos** distribuídos pelos diferentes ciclos de ensino, tendo sido servidas **1.441.074 refeições escolares**. A rede de equipamentos escolares, o investimento nas Atividades de Enriquecimento Curricular e as intervenções nos estabelecimentos de ensino continuam a ser prioridade desta autarquia, porque acreditamos que a educação é o melhor investimento que podemos fazer no futuro de Gondomar.

Na área da **Saúde**, a transferência de competências para o Município consolidou-se, com os nossos Assistentes Operacionais a garantirem o funcionamento das unidades de cuidados de saúde primários do concelho. As obras de requalificação nos Centros de Saúde de Brás Oleiro, Gondomar, São Pedro da Cova, Valbom e Rio Tinto

avançaram no quadro do **PRR — Plano de Recuperação e Resiliência**, com impacto que se materializará de forma plena nos próximos exercícios.

O **Plano Plurianual de Investimentos** contou com o financiamento assegurado pela poupança corrente de **9.567.015 euros**, demonstrando que é possível investir sem comprometer o equilíbrio das contas. As empreitadas em curso — desde as piscinas de Fânzeres à construção de habitação nas Casas Amarelas, passando pelas intervenções na Escola da Lagoa e na Escola de Sante, entre outras que se encontram em fase de maturação do seu projeto — são expressão concreta de um Gondomar que cresce, moderniza e cuida das suas gentes.

Olhando para os próximos anos, o desafio é claro: **aprofundar o investimento sem perder o equilíbrio financeiro que tantos anos de trabalho nos custou a construir**. Queremos continuar a reduzir a dívida, ampliar a capacidade de captação de fundos comunitários — nomeadamente no âmbito do PT2030 e do PRR — e dar resposta às crescentes necessidades de uma população que envelhece e que merece serviços públicos de proximidade cada vez mais eficientes.

Num contexto externo ainda marcado por incerteza e pressão sobre os custos, o Município demonstrou solidez financeira e capacidade de resposta. Mas mais do que os números alcançados, importa sublinhar aquilo que eles nos permitem fazer: preparar Gondomar para os desafios dos próximos anos.

É neste enquadramento que assume particular relevância a margem de endividamento alcançada de 93.680.062,50 euros. Esta capacidade não é um fim em si mesma — é um instrumento estratégico. Um instrumento que nos permite planear com ambição, acelerar investimento estruturante e dar resposta a necessidades há muito identificadas pela população.

Entre essas prioridades, destaca-se de forma clara a requalificação da rede viária municipal. O estado atual de muitas das nossas vias exige uma intervenção determinada e contínua. A última grande intervenção estruturada remonta já a 2022, sendo hoje evidente a necessidade de um novo ciclo de investimento que devolva qualidade, segurança e dignidade à mobilidade no concelho.

Assumimos, por isso, o compromisso de colocar a melhoria da rede viária no centro da ação municipal nos próximos anos, garantindo não apenas intervenções pontuais, mas uma estratégia integrada de requalificação do espaço público.

Este é o caminho que defendemos: contas certas ao serviço de políticas públicas ambiciosas. Um Município que não se limita a gerir o presente, mas que utiliza a sua capacidade financeira para construir futuro — com mais qualidade de vida, mais coesão territorial e melhores infraestruturas para todos.

Gondomar está hoje numa posição sólida. Cabe-nos agora transformar essa solidez em progresso concreto e visível na vida das pessoas.

O Município de Gondomar está preparado para esses desafios. Com as contas estabilizadas, uma equipa técnica qualificada, um quadro de endividamento controlado e uma visão clara do que queremos para o nosso concelho, temos todas as condições para continuar a construir um Gondomar mais justo, mais moderno e mais sustentável.

2. INTRODUÇÃO

Em conformidade com o disposto na alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, apresentam-se os documentos de prestação de contas do Município de Gondomar referentes ao exercício de 2025 ao órgão Executivo, para efeitos de aprovação e posterior submissão à Assembleia Municipal para apreciação e votação.

O Relatório de Gestão e a prestação de contas foram elaborados em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) e as diretrizes do Tribunal de Contas, refletindo o compromisso do Município com a gestão responsável e a transparência.

Este documento inclui uma análise detalhada da situação contabilística do Município de Gondomar a 31 de dezembro de 2025, abordando as dimensões financeira, orçamental e de gestão, e evidenciando os esforços realizados para manter a sustentabilidade financeira e o cumprimento dos compromissos assumidos.

A conta de gerência de 2025 foi analisada e certificada pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Anjos & Associados, SROC, reafirmando o dever de prestação de contas perante todos os stakeholders, em linha com os princípios de uma administração íntegra e transparente.

Nas secções seguintes são desenvolvidos dados relativos à identificação dos eleitos locais em funções durante 2025, à análise dos recursos humanos e à área da educação.

3. RELATO NÃO FINANCEIRO

3.1. Introdução

Nas secções seguintes são analisados os principais elementos de caracterização do Município de Gondomar no exercício de 2025, nomeadamente a composição dos órgãos autárquicos, os recursos humanos e a área da educação.

3.2. Assembleia Municipal

Os eleitos locais da Assembleia Municipal em funções durante o ano de 2025 constam do Quadro 1, discriminados pelos dois mandatos autárquicos que vigoraram no período.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GANDOMAR - MANDATO 2021/2025

EFETIVOS	
DEPUTADOS	PARTIDO
Adelino de Oliveira Miranda	PS
Aníbal Jaime Gomes Lira - PRESIDENTE DA MESA	PS
António Manuel Rodrigues de Sousa (Tomou posse 27-12-2021 / Efetivo a partir de 24-02-2025 / Sub. Carmina Araújo)	PS
Artur Fernando Torres Vieira de Sousa	PS
Carla Isabel Pinto Ferreira	PS
Fernando Alício Barreira Morais	PS
Fernando Cerqueira - LÍDER MUNICIPAL PS	PS
Fernando Fernandes Duarte	PS
Fernando Miguel dos Santos Azevedo	PS
Joana Daniela Baldaia de Resende	PS
João Pedro Serra Soares Forte	PS
José Manuel Cardoso Alves Pereira - 1.º SECRETÁRIO	PS
José Miguel Miranda Laranjeira	PS
Manuel de Sousa Ramos Meireles (Tomou posse a 07-12-2022 / Efetivo a partir de 23-05-2025 / sub. Arménio Martins)	PS
Márcia Cristina Guedes de Castro Silva Bandeira - 2.ª SECRETÁRIA	PS
Maria Rosa de Sousa Oliveira	PS
Ana Patrícia Ferreira Pegas da Cruz (Tomou posse como efetiva a 06-12-2021, devido a falecimento de Paulo Machado)	PPD/PSD
Ana Rita Fernandes Bessa	PPD/PSD
Emanuel Fernando Pinto de Andrade	PPD/PSD
Maria José Nogueira Barbosa Correia	PPD/PSD
Maribel Santos Fernandes - LÍDER MUNICIPAL PPD/PSD	PPD/PSD
Telmo Afonso da Mota Viana	PPD/PSD
Daniel Filipe Oliveira Vieira - LÍDER MUNICIPAL CDU	PCP-PEV
Eugénia Maria de Sousa Braga Leite de Faria	PCP-PEV
Mónica Alexandra Rebelo Almeida Sampaio (Tomou posse a 27-12-2021 / Efetiva a partir de 04-11-2023 / sub. Marlene Soa)	PCP-PEV
Paulo Alexandre Pinheiro Nunes da Silva	PCP-PEV
Sara Cristina Oliveira dos Santos - LÍDER MUNICIPAL BE	BE
João Pedro de Andrade Pinho da Silva	BE
Manuel Pedro Ferreira de Carvalho - LÍDER MUNICIPAL CDS	CDS-PP
Urbano José Garrido de Brito Ferreira Marques	CDS-PP
Nuno Miguel Ribeiro Pontes - ÚNICO REPRESENTANTE CH	CH
Ricardo Jorge Cardoso dos Santos Couto - ÚNICO REPRESENTANTE PAN	PAN
João Resende Pinto Figueiredo - ÚNICO REPRESENTANTE IL	IL
SUSPENSÕES/RENÚNCIAS	
Carmina Maria dos Santos Lopes de Araújo (Renunciou a 24-02-2025)	PS
Arménio Lino Martins (Suspensão por 120 dias a 23-05-2025)	PS

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR - MANDATO 2025/2029

EFETIVOS	
DEPUTADOS	PARTIDO
Arménio Lino Martins	PS
Artur Fernando Torres Vieira de Sousa	PS
Carla Isabel Pinto Ferreira - 1.ª Secretária da Mesa	PS
Fernando Alcício Barreira Morais - 2.º Secretário da Mesa	PS
Fernando Cerqueira	PS
Fernando Fernandes Duarte	PS
Fernando Miguel dos Santos Azevedo	PS
Joana Daniela Baldaia de Resende	PS
João Pedro Serra Soares Forte	PS
Jorge Manuel Pina Pacheco	PS
Manuel António da Silva Pereira - Presidente da Assembleia Municipal	PS
Maria Rosa de Sousa Oliveira	PS
Pedro Ricardo Madureira Limões	PS
Sara Joana Pimenta Monteiro	PS
Bruno Filipe Carvalho Soares	PPD/PSD
David Manuel da Rocha Santos	PPD/PSD
Lúcia Isabel Rocha dos Santos	PPD/PSD
Maribel Santos Fernandes	PPD/PSD
Paulo Amado Pinheiro Viana de Almeida	PPD/PSD
Paulo Diogo Monteiro Tavares	PPD/PSD
Pedro Miguel dos Santos Sousa	PPD/PSD
Valentina Sanchez e Silva	PPD/PSD
Bernardo de Oliveira Cruz Júlio	CH
Rosária Palmira Ramos de Sousa	CH
Rui Manuel Simões Oliveira	CH
Tânia Maria Alves Cabral	CH
Tiago da Rocha Lages	CH
Vasco Filipe de Carvalho Santa Rita	CH
Maria de Fátima Almeida Pinto	PCP-PEV
Paulo Alexandre Pinheiro Nunes da Silva	PCP-PEV
Bárbara Faria Ferreira de Oliveira Carqueja	IL
Carlos Eduardo Aranha e Costa	IL
Ana Filipa Gomes de Almeida	L
SUSPENSÕES/RENÚNCIAS	
Edison José Lento de Oliveira Semblano Pinheiro (renúncia a 17-10-2025 - antes da tomada de posse - eleito CM)	CH

Quadro 1: Composição da Assembleia Municipal durante o ano 2025, discriminado pelos dois mandatos autárquicos existentes

3.3. Câmara Municipal

Os membros da Câmara Municipal em funções durante o ano de 2025 constam do Quadro 2, repartidos pelos dois mandatos autárquicos existentes no período.

CÂMARA MUNICIPAL - MANDATO 2021-2025 (De janeiro a 5 de novembro)

Cargo	NOME DO ELEITO	Observações
Presidente	MARCO ANDRÉ DOS SANTOS MARTINS	(Suspensão a partir de 01/02/2025)
Vice-Presidente	LUÍS FILIPE CASTRO DE ARAÚJO	Presidente (a partir de 01-02-2025)
Vereadora	MARIA AURORA MOURA VIEIRA	
Vereadora	SANDRA EUNICE RAMOS DE ALMEIDA	
Vereador	JOSÉ FERNANDO DA SILVA MOREIRA	
Vereadora	CLAÚDIA MANUELA RAMOS VIEIRA	
Vereadora	ANA LUÍSA MACHADO GOMES	
Vereadora	FILOMENA LA-SALETE CASTRO SOUSA SANTOS	(Renúnciou a partir de 13/06/2025)
Vereador	SÉRGIO MIGUEL VIEIRA BASTOS	
Vereador	JORGE MANUEL DE CASTRO FERREIRA DE ASCENÇÃO	
Vereador	PAULO DIOGO MONTEIRO TAVARES	
Vereadora	VALENTINA SANCHEZ SILVA	
Vereadora	CRISTINA ALEXANDRA RIBEIRO COELHO	

CÂMARA MUNICIPAL - MANDATO 2025-2029 (De 5 de novembro a 31 de dezembro)

Cargo	NOME DO ELEITO	Observações
Presidente	Luís Filipe Castro de Araújo	
Vice-Presidente	Nuno Filipe Brito Fonseca	
Vereadora	Maria Aurora Moura Vieira	
Vereador	José Fernando da Silva Moreira	
Vereadora	Ana Luísa Machado Gomes	
Vereador	Celso José Dias dos Santos	Pediu renúncia a 05-12-2025
Vereadora	Carla Alexandra Nogueira Pinto Ferreira	Tomou posse a 16-12-2025
Vereador	Emidio Guerreiro	
Vereadora	Maria Germana de Sousa Rocha	
Vereador	António Manuel das Neves Torres	
Vereador	Rui Pedro da Silva Afonso	
Vereador	Edison José Lento de Oliveira Semblano Pinheiro	

Quadro 2: Composição da Câmara Municipal em 2025, repartida pelos dois mandatos autárquicos existentes

3.4. Estrutura Orgânica do Município de Gondomar

A estrutura orgânica do Município de Gondomar em vigor durante o ano de 2025, incluindo as unidades nucleares e flexíveis, é a que se apresenta nos quadros seguintes.

Estrutura Nuclear	Direção Municipal da Presidência
	Departamento de Recursos Humanos
	Direção Municipal de Serviços Partilhados
	Departamento de Atendimento Municipal
	Departamento Financeiro
	Departamento Jurídico
	Direção Municipal de Gestão do Território:
	Departamento de Obras Municipais;
	Departamento de Urbanismo;
	Direção Municipal de Segurança Pública e Logística
	Departamento de Proteção Civil, Segurança e Fiscalização
	Departamento de Gestão de Frota
	Departamento de Ambiente
	Departamento de Coesão Social
	Departamento de Desenvolvimento Económico
	Departamento de Educação.

Quadro 3: Estrutura Nuclear

Unidades orgânicas

- 1 — Direção Municipal da Presidência:
 - 1.1 — Departamento de Recursos Humanos;
 - 1.1.1 — Divisão de Gestão de Recursos Humanos;
 - 1.1.1.1 — Núcleo de Gestão Administrativa, Remunerações e Assiduidade (4.º grau);
 - 1.1.1.2 — Núcleo de Gestão de Carreiras e Recrutamento (4.º grau);
 - 1.1.2 — Divisão do Desenvolvimento e Valorização de Recursos Humanos;
 - 1.1.2.1 — Núcleo de Desenvolvimento Sócio profissional (3.º grau);
 - 1.1.2.2 — Núcleo das Condições, Segurança e Saúde no Trabalho (3.º grau);
 - 1.2 — Divisão de Cidadania, Transparência e Participação;
 - 1.2.1 — Divisão de Cidadania, Transparência e Participação;
 - 1.2.2 — Divisão de Estudos e Projetos Comunitários;
 - 1.2.3 — Núcleo de Auditoria;
 - 1.3 — Divisão de Comunicação;
 - 1.4 — Divisão de Estudos e Projetos Comunitários;
 - 1.5 — Núcleo de Auditoria (3.º grau);
 - 1.6 — Núcleo dos Órgãos Autárquicos (3.º grau);
 - 1.7 — Núcleo de Proteção Animal (3.º grau);
 - 1.8 — Núcleo de Protocolo (3.º grau);
 - 1.9 — Núcleo de Qualidade e Inovação (3.º grau);
 - 1.10 — Gabinete de Apoio à Presidência;
 - 1.11 — Gabinete de Apoio à Vereação;

Unidades orgânicas

- 2 — Direção Municipal de Serviços Partilhados:
 - 2.1 — Departamento de Atendimento Municipal;
 - 2.1.1 — Divisão de Atendimento;
 - 2.1.1.1 — Núcleo de Arquivo Municipal (3.º grau);
 - 2.1.1.2 — Núcleo de Expediente e tramitação documental (3.º grau);
 - 2.1.2 — Divisão de Informática e Tecnologias;
 - 2.1.2.1 — Núcleo de Modernização, Inovação e Transição Digital (3.º grau);
 - 2.2 — Departamento Financeiro;
 - 2.2.1 — Divisão de Aquisições e Contratação Pública;
 - 2.2.1.1 — Núcleo de Planeamento e Gestão Estratégica, Aquisição e Contratação Pública
 - 2.2.2 — Divisão de Contabilidade;
 - 2.3 — Departamento Jurídico;
 - 2.3.1 — Divisão Jurídica;
 - 2.3.1.1 — Núcleo de Apoio Jurídico (3.º grau);
 - 2.3.1.2 — Núcleo de Contencioso (3.º grau);
 - 2.3.1.3 — Núcleo de Apoio Administrativo (4.º grau);
 - 2.3.1.4 — Núcleo de Apoio Técnico (4.º grau);
 - 2.3.2 — Divisão de Património e Expropriações
 - 2.3.2.1 — Núcleo de Património (4.º grau);

Unidades orgânicas

- 3 — Direção Municipal de Gestão do Território:
 - 3.1 — Departamento de Obras Municipais;
 - 3.1.1 — Divisão de Conservação e Edifícios Municipais;
 - 3.1.2 — Divisão de Gestão de Obras;
 - 3.1.3 — Divisão de Gestão de Projetos e Orçamentação;
 - 3.1.3.1 — Núcleo de Gestão de Cadastro e Topografia (3.º grau);
 - 3.1.4 — Divisão de Mobilidade;
 - 3.1.5 — Divisão Operacional de Administração Direta;
 - 3.1.5.1 — Núcleo de Gestão da Via Pública (4.º grau);
 - 3.1.6 — Núcleo de Procedimento e Gestão Processual (4.º grau);
 - 3.2 — Departamento de Urbanismo;
 - 3.2.1 — Divisão de Gestão Urbanística e Obras Particulares;
 - 3.2.1.1 — Núcleo de Projetos de Interesse Municipal (3.º grau);
 - 3.2.1.2 — Núcleo de Saneamento Processual (3.º grau);
 - 3.2.2 — Núcleo de Gestão Administrativa Urbanística (4.º grau);
 - 3.3 — Divisão de Planeamento;
 - 3.3.1 — Núcleo de Sistema de Informação Geográfica (SIG — 3.º grau);

Unidades orgânicas

- 4 — Direção Municipal de Segurança Pública e Logística:
 - 4.1 — Departamento de Proteção Civil, Segurança e Fiscalização;
 - 4.1.1 — Divisão de Polícia Municipal;
 - 4.1.1.1 — Núcleo de Planeamento, Informações e Segurança (4.º grau);
 - 4.1.1.2 — Núcleo de Trânsito, Operações e Gestão da Via Pública (4.º grau);
 - 4.1.2 — Divisão de Proteção Civil e Vistorias;
 - 4.1.2.1 — Núcleo de Proteção Civil (3.º grau);
 - 4.1.2.2 — Núcleo de Vistorias e Acompanhamento de Obras (3.º grau);
 - 4.1.3 — Núcleo de Fiscalização (4.º grau);
 - 4.1.4 — Núcleo de Gestão Administrativa (4.º grau);
 - 4.2 — Departamento de Gestão de Frota;
 - 4.2.1 — Divisão de Gestão de Equipamento e Parque de Viaturas;
 - 4.2.1.1 — Núcleo de Equipamentos e Oficinas (4.º grau);
 - 4.2.1.2 — Núcleo de Gestão de Contratos de Viaturas (4.º grau);
 - 4.2.1.3 — Núcleo de Gestão do Parque Automóvel (4.º grau);

Unidades orgânicas

- 5 — Departamento de Ambiente:
 - 5.1 — Divisão de Desenvolvimento Ambiental;
 - 5.1.1 — Núcleo de Alterações Climáticas (3.º grau);
 - 5.1.2 — Núcleo de Gestão de Resíduos (3.º grau);
 - 5.2 — Divisão de Espaços Verdes e Parques;
 - 5.2.1 — Núcleo das Florestas e Recursos Naturais (3.º grau);
- 6 — Departamento de Coesão Social:
 - 6.1 — Divisão de Desenvolvimento Social;
 - 6.1.1 — Núcleo de Respostas Sociais (3.º grau);
 - 6.1.2 — Núcleo da Rede Social (3.º grau);
 - 6.2 — Divisão de Saúde e Envelhecimento Ativo;
 - 6.2.1 — Núcleo de Saúde (3.º grau);
 - 6.3 — Núcleo de Promoção dos Direitos da Criança e dos Jovens (3.º grau);
- 7 — Departamento de Desenvolvimento Económico:
 - 7.1 — Divisão de Promoção e Atração de Investimento;
 - 7.2 — Divisão de Turismo;
 - 7.2.1 — Núcleo de Apoio Administrativo e Gestão de Eventos (3.º grau);
 - 7.3 — Núcleo de Gestão do Pavilhão Multiusos (3.º grau);
 - 7.4 — Núcleo de Mercados e Feiras (4.º grau);

Unidades orgânicas

- 8 — Departamento de Educação:
 - 8.1 — Divisão de Desenvolvimento Educativo;
 - 8.1.1 — Núcleo de Projetos Socioeducativos (3.º grau);
 - 8.2 — Divisão de Intervenção Social Escolar;
 - 8.2.1 — Núcleo de Gestão Social Escolar (3.º grau);
 - 8.3 — Divisão de Gestão de Equipamentos e Recursos;
 - 8.3.1 — Núcleo de Gestão de Equipamentos e Recursos Escolares (3.º grau);
- 9 — Divisão de Arquivo Histórico e Património Cultural;
- 10 — Divisão da Cultura:
 - 10.1 — Núcleo de Programação Cultural (3.º grau);
- 11 — Divisão de Desporto:
 - 11.1 — Núcleo de Estudos e Apoio Administrativo (3.º grau);
 - 11.2 — Núcleo de Gestão de Equipamentos Desportivos (3.º grau);
 - 11.3 — Núcleo de Gestão de Piscinas Municipais (3.º grau);
- 12 — Divisão de Habitação Pública:
 - 12.1 — Núcleo de Acompanhamento e Intervenção Familiar (3.º grau);
 - 12.2 — Núcleo de Gestão de Edifícios e Equipamentos (3.º grau);
- 13 — Divisão de Juventude:
 - 13.1 — Núcleo de Gestão e Dinamização da Juventude (3.º grau).

Quadro 4: Estrutura orgânica da Câmara Municipal

3.5. Recursos Humanos

A 31 de dezembro de 2025, o mapa de pessoal do Município de Gondomar integrava 1819 trabalhadores, verificando-se uma variação de negativa face ao período homólogo, de 2 trabalhadores, conforme informação recolhida através do Balanço Social de 2025.

a) Distribuição dos efetivos por Grupo Profissional

O Quadro 5 apresenta a distribuição dos efetivos por categorias profissionais, sendo de salientar o peso dominante dos Assistentes Operacionais (incluindo Encarregados), que representam 55% do total, seguidos dos Assistentes Técnicos com 19,7% e dos Técnicos Superiores com 16,4%.

Categoria	Ano 2025
Dirigente	72
Técnico Superior	299
Assistentes Técnicos (Incluindo Coordenador)	359
Assistente Operacional (Incluindo Encarregados)	1002
Carreira de Informática	9
Polícia Municipal	62
Outros	16
Total	1819

Quadro 5: Distribuição das carreiras durante o ano 2025

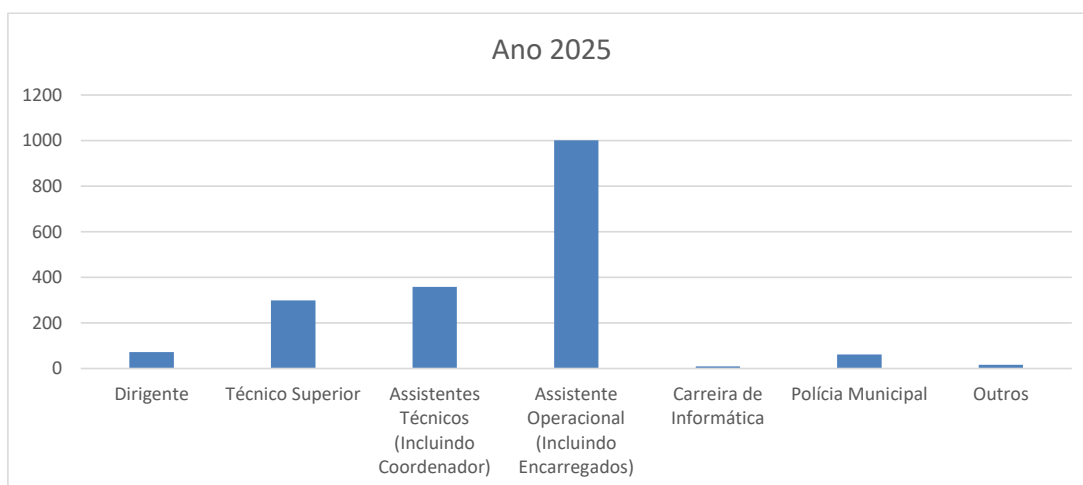


Gráfico 1: Distribuição das categorias profissionais em 2025

b) Distribuição das categorias por género e por categoria profissional

Categoria	2025	
	Feminino	Masculino
Dirigente	42	30
Técnico Superior	198	101
Assistentes Técnicos (Incluindo Coordenador)	250	109
Assistente Operacional (Incluindo Encarregados)	693	309
Carreira de Informática	2	7
Polícia Municipal	8	54
Outros	7	9
Total	1200	619

Quadro 6: Distribuição das categorias profissionais por género

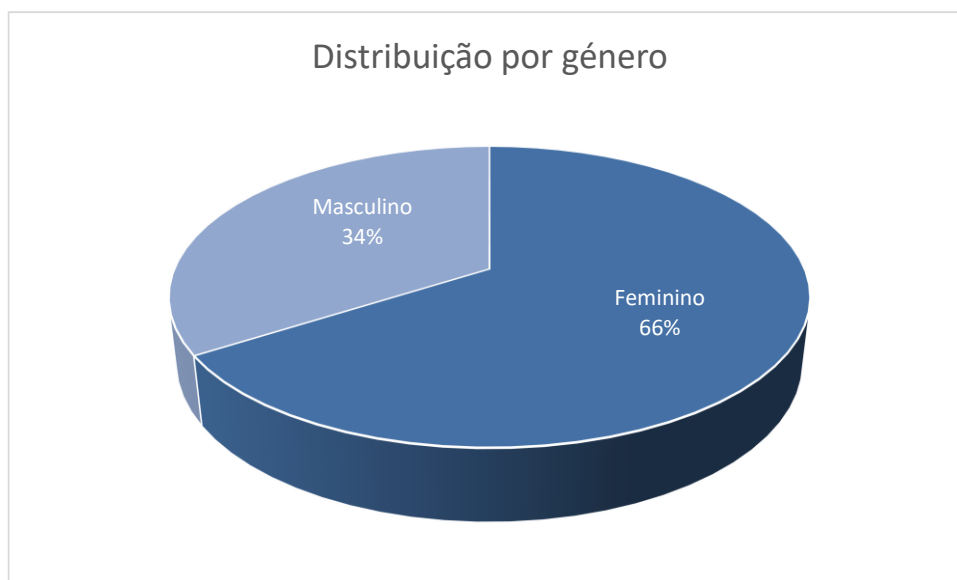


Gráfico 2: Distribuição por género em 2025

c) Distribuição do pessoal por nível habilitacional

No que respeita ao nível habilitacional, 1361 trabalhadores do Município, correspondentes a 74,7% do total de trabalhadores, detêm a escolaridade obrigatória, conforme se apresenta no Quadro 7.

Nível Habilitacional	Ano 2025		
	Feminino	Masculino	Total
Doutoramento	3	0	3
Mestrado	70	28	98
Licenciatura	227	122	349
Bacharelato	6	2	8
12º ano de escolaridade	520	219	739
11º ano de escolaridade	19	12	31
9º ano de escolaridade	266	99	365
6º ano de escolaridade	61	91	152
4º ano de escolaridade	28	44	72
Menos de 4 anos de escolaridade	0	2	2
Total	1200	619	1819

Quadro 7: Distribuição do pessoal por nível habilitacional

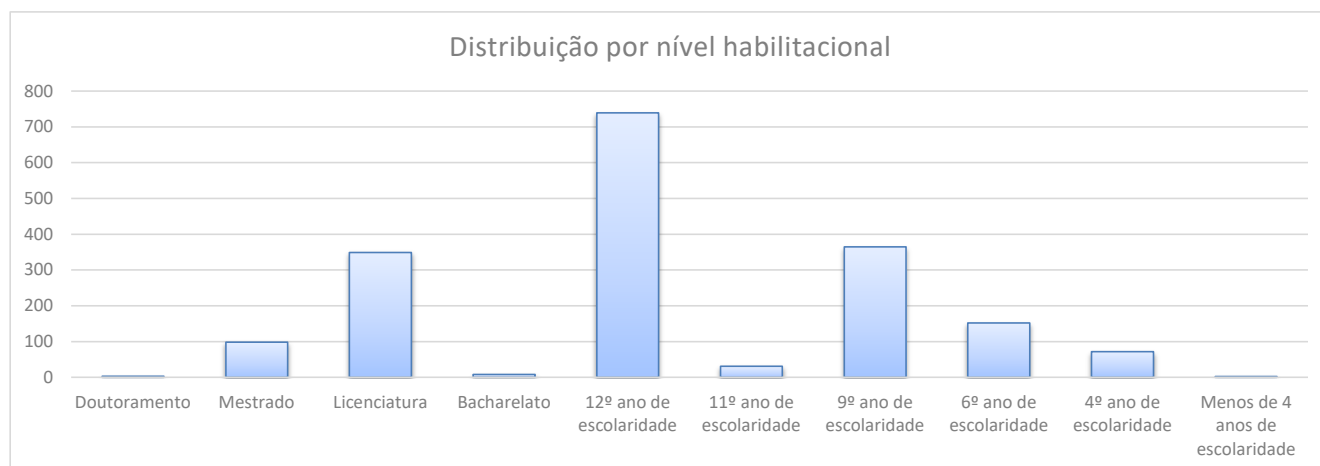


Gráfico 3: Distribuição por nível habilitacional

d) Distribuição do pessoal por escalão etário

Na distribuição etária dos colaboradores Município verifica-se que o maior número de colaboradores se encontra na faixa entre os 40 - 64 anos de idade.

Idades	Ano 2025		Total 2025
	Feminino	Masculino	
Menos de 20 anos	0	0	0
20-24	8	10	18
25-29	31	36	67
30-34	62	38	100
35-39	97	38	135
40-44	113	57	170
45-49	184	81	265
50-54	209	107	316
55-59	221	96	317
60-64	207	127	334
65-69	67	28	95
70 ou mais anos	1	1	2
TOTAL	1200	619	1819

Quadro 8: Distribuição por faixa etária

Em termos gráficos podemos representar as faixas etárias desta forma:



Gráfico 4: Distribuição por faixa etária

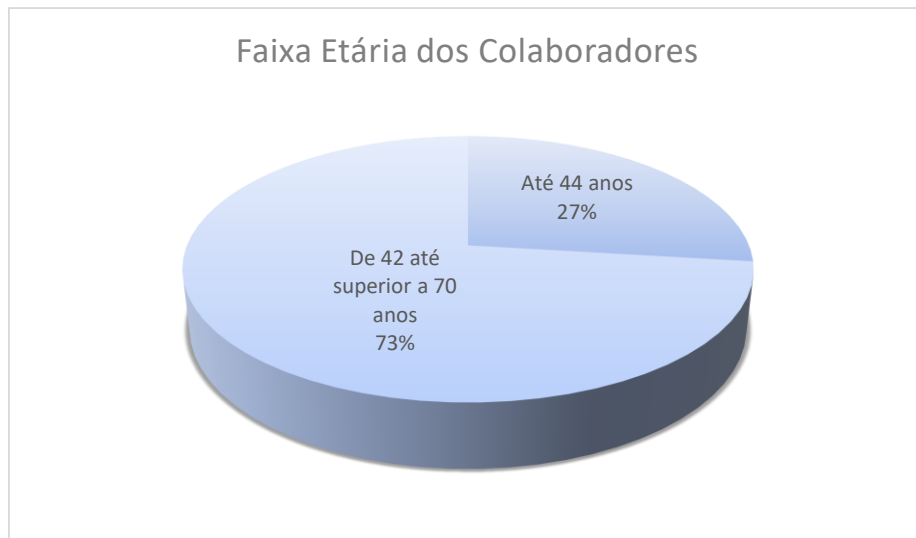


Gráfico 5: Faixa etária dos colaboradores

e) Entradas de pessoal

Quadro de análise do recrutamento de pessoal em 2025

Entradas	Ano 2025		TOTAL
	Feminino	Masculino	
Procedimento concursal	142	62	204
Cedência de interesse público	0		0
Mobilidade interna a órgãos ou serviços	14	4	18
Regresso de licença	0	1	1
Comissão de serviço	14	9	23
Outras situações	3	1	4
Total	173	77	250

Quadro 9: Entradas de pessoal em 2025

f) Saídas de pessoal

Saídas	Ano 2025		TOTAL
	Feminino	Masculino	
Caducidade	63	12	75
Revogação (mútuo acordo)			0
Resolução ou Exoneração (iniciativa do empregador)			0
Resolução, Denúncia ou Exoneração (iniciativa do trabalhador)	29		29
Sanção disciplinar			0
Conclusão sem sucesso do período experimental			0
Fim da situação de mobilidade interna			0
Morte			0
Reforma/aposentação	21		21
Limite de idade			0
Cessaçã o da comissão de serviço	9	5	14
Outros	38	75	113
Total	160	92	252

Quadro 10: Saídas de colaboradores durante 2025

3.6. Educação

Em 2025, a rede escolar sob responsabilidade do Município de Gondomar abrangia um total de 15.187 alunos, distribuídos pelos diferentes ciclos de ensino, conforme se apresenta nos quadros e gráficos seguintes.

a) Nº de alunos distribuído por ciclo escolar

Nº de Alunos	Ano 2025
Pré-Escolar	2 214
1º Ciclo	4 379
2º Ciclo	2 038
3º Ciclo	3 593
Secundário	2 192
Cursos Profissionais	703
EFA	68
TOTAL	15 187

Quadro 11: Número de alunos por ciclo escolar



Gráfico 6: Distribuição dos alunos pelos ciclos escolares

b) Distribuição dos alunos ao longo dos últimos anos

Nº de Alunos	Ano 2021	Ano 2022	Ano 2023	Ano 2024	Ano 2025
Pré-Escolar	2 247	2 279	2 317	2 387	2 214
1º Ciclo	4 218	4 316	4 249	4 399	4 379
2º Ciclo	2 227	2 423	2 323	2 205	2 038
3º Ciclo	3 368	3 836	3 833	3 847	3 593
Secundário	2 166	2 304	2 171	2 288	2 192
Cursos Profissionais	661	770	767	767	703
EFA	37	33	37	30	68
TOTAL	14 924	15 961	15 697	15 923	15 187

Quadro 12: Distribuição dos alunos por ciclo escolar e anos civis

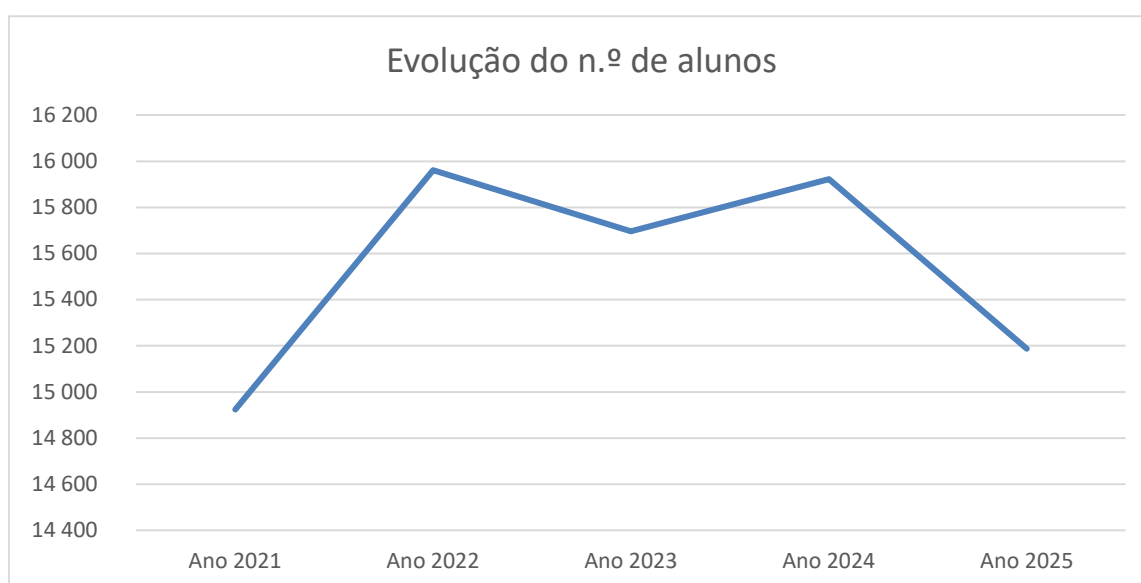


Gráfico 7: Evolução do número de alunos a frequentar as Escolas em Gondomar

c) Distribuição por género e ciclo escolar

Nº de Alunos	ANO 2025		
	CICLOS	Masculino	Feminino
Pré-Escolar	1 138	1 076	2 214
1º Ciclo	2 279	2 100	4 379
2º Ciclo	1 064	974	2 038
3º Ciclo	1 827	1 766	3 593
Secundário	1 033	1 159	2 192
Cursos Profissionais	461	242	703
EFA	35	33	68
TOTAL	7 837	7 350	15 187

Quadro 13: Distribuição por género e ciclo escolar

d) Distribuição por agrupamento e ciclo escolar

Ano 2025

Nº de alunos	Pré-Escolar	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Secundário	Cursos Profissionais	EFA	TOTAL
Agrupamento de Escolas Rio Tinto nº3	290	425	162	441	1 094	163	16	2 591
Agrupamento de Escolas de Valbom	208	409	167	280	165	57		1 286
Agrupamento de Escolas À Beira Douro	136	209	174	253	128	47		947
Agrupamento de Escolas Santa Bárbara	180	369	163	267				979
Agrupamento de Escolas Julio Dinis	335	640	409	456				1 840
Agrupamento de Escolas Infanta D. Mafalda	324	755	437	611				2 127
Agrupamento de Escolas nº1 de Gondomar	220	272	68	476	742	296	52	2 126
Agrupamento de Escolas de Rio Tinto	205	612	292	485				1 594
Agrupamento de Escolas de S. Pedro da Cova	215	410	166	283				1 074
Agrupamento de Escolas de Canedo	14	21						35
Agrupamento Escolas Pedrouços	87	257						344
Escola Secundária S. Pedro da Cova				41	63	140		244
	2 214	4 379	2 038	3 593	2 192	703	68	15 187

Quadro 14: Distribuição por agrupamento e ciclo escolar

e) Equipamentos Escolares do Município de Gondomar

Ano 2025

Equipamentos Escolares	Pré-Escolar	Escolas 1º Ciclo	Escolas 2º/3º Ciclo	Escolas Secundárias	Ensino Profissional	Ensino Formação Adultos
Agrupamento de Escolas Rio Tinto nº3	6	3	2	1	1	1
Agrupamento de Escolas de Valbom	4	4	1	1	1	NA
Agrupamento de Escolas À Beira Douro	5	5	1	1	1	NA
Agrupamento de Escolas Santa Bárbara	4	3	1	NA	NA	NA
Agrupamento de Escolas Julio Dinis	6	7	1	NA	NA	NA
Agrupamento de Escolas Infanta D. Mafalda	3	3	1	NA	NA	NA
Agrupamento de Escolas nº1 de Gondomar	6	4	2	1	1	1
Agrupamento de Escolas de Rio Tinto	5	4	1	NA	NA	NA
Agrupamento de Escolas de S. Pedro da Cova	5	5	1	NA	NA	NA
Agrupamento de Escolas de Canedo	1	1	NA	NA	NA	NA
Agrupamento Escolas Pedrouços	2	3	NA	NA	NA	NA
Escola Secundária S. Pedro da Cova	NA	NA	1	1	1	NA

Quadro 15: Equipamentos escolares do Município de Gondomar

f) Nº Técnicos nas Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC)

Durante o ano 2025, os técnicos que dinamizam as Atividades de Enriquecimento Curricular, foram distribuídos da seguinte forma pelos Agrupamentos de Escolas.

Agrupamento de Escolas	Atividade Física e Desportiva	Música	Atividades Lúdicas	Inglês	Psicomotricidade em Meio Aquático / Natação
Agrupamento de Escolas Rio Tinto nº3	4	4	2	-	-
Agrupamento de Escolas de Valbom	8	5	-	-	-
Agrupamento de Escolas À Beira Douro	6	-	3	-	-
Agrupamento de Escolas Santa Bárbara	4	4	-	-	-
Agrupamento de Escolas Júlio Dinis	9	-	10	-	-
Agrupamento de Escolas Infanta D. Mafalda	7	-	9	-	-
Agrupamento de Escolas Nº. 1 de Gondomar	5	4	-	-	-
Agrupamento de Escolas de Rio Tinto	2	7	9	2	-
Agrupamento de Escolas S. Pedro da Cova	10	-	7	-	-
Agrupamento Escolas Canedo	1	-	1	-	-
Agrupamento Escolas Pedrouços	5	3	5	-	1

Quadro 16: Distribuição dos técnicos das Atividades de Enriquecimento Curricular nos diferentes Agrupamentos

g) Nº Refeições escolares servidas

Durante o ano de 2025 foram confeccionadas e servidas 1.441.074 refeições escolares distribuídas da seguinte forma.

Refeições escolares 2025	
Agrupamento de Escolas	Refeições servidas
À Beira Douro	73 908
Canedo	5 499
Pedrouços	51 048
Rio Tinto	176 371
Santa Bárbara	111 277
São Pedro da Cova	118 025
Valbom	134 849
Infanta Dona Mafalda	216 249
Júlio Dinis	209 649
N.º 1 de Gondomar	156 107
N.º 3 de Rio Tinto	174 268
ES de S. Pedro da Cova	13 824
TOTAL	1 441 074

Quadro 17: Refeições Escolares servidas

3.7. Saúde

a) Caracterização dos Edifícios e Unidades de Saúde sob Gestão Municipal

No âmbito do processo de **descentralização de competências na área da Saúde**, o Município de Gondomar passou a assegurar um conjunto de responsabilidades relacionadas com a gestão e apoio ao funcionamento das unidades de cuidados de saúde primários do concelho. Esta transferência de competências insere-se no reforço do papel das autarquias locais na prossecução de políticas de proximidade, visando uma resposta mais eficiente, articulada e ajustada às necessidades da população.

Neste contexto, a intervenção municipal incide, designadamente, na garantia das condições de suporte ao regular funcionamento das unidades de saúde, nomeadamente ao nível da gestão dos edifícios, da logística de apoio e dos recursos humanos não clínicos afetos a estes equipamentos. Assume particular relevância o papel dos **Assistentes Operacionais integrados no mapa de pessoal do Município**, os quais asseguram as funções:

- Assegurar a limpeza, higienização e desinfecção das instalações, equipamentos e espaços comuns, de acordo com as normas de controlo de infeção;
- Garantir a organização e manutenção dos espaços, contribuindo para condições adequadas de segurança e conforto;
- Apoiar na gestão de resíduos hospitalares, cumprindo as normas legais e ambientais aplicáveis.
- Proceder ao transporte interno de materiais, equipamentos e processos clínicos (quando aplicável e autorizado);
- Apoiar na reposição de consumíveis (material clínico não diferenciado, produtos de higiene, entre outros);
- Colaborar na gestão de stocks básicos e na identificação de necessidades logísticas.
- Acolher e orientar os utentes dentro das unidades de saúde, garantindo um atendimento inicial adequado;
- Prestar apoio a utentes com mobilidade reduzida, sempre que necessário, assegurando condições de acessibilidade;
- Colaborar na organização de fluxos de atendimento, contribuindo para a fluidez dos serviços.
- Auxiliar os profissionais de saúde em tarefas não clínicas, garantindo as condições necessárias à prestação de cuidados;
- Preparar espaços e materiais para consultas, tratamentos ou intervenções;
- Colaborar na articulação entre diferentes áreas funcionais da unidade.
- Atuar em conformidade com as normas de segurança, higiene e saúde no trabalho;
- Cumprir orientações relativas à proteção de dados e confidencialidade, no âmbito das suas funções;
- Seguir os protocolos definidos pelas entidades de saúde e pelo município.

A presente análise incide sobre os edifícios e unidades de saúde sob gestão municipal, bem como sobre os meios humanos afetos a este domínio de intervenção, evidenciando a estrutura de apoio atualmente assegurada pelo Município no âmbito das competências descentralizadas.

LOCAIS	UNIDADES DE SAÚDE
GONDOMAR - S.COSME	SASU
	USF MONTE CRASTO
	USF RENASCER
	USF SETE CAMINHOS
	URAP - Atendimento Comp.
	CRI - ICAD
	CDP
RIO TINTO	USF NASCENTE
	USF SANTA MARIA
	USF S. BENTO
	UCC INOVAR
	URAP
	UAG
RIO TINTO	USF BRÁS OLEIRO
	USF DESPERTAR
BAGUIM DO MONTE	USF BAGUIM DO MONTE
S. PEDRO DA COVA	USF S. PEDRO DA COVA
FÂNZERES	USF FÂNZERES
VALBOM	USF VALBOM
FOZ DO SOUSA	USP
	UCC CORAÇÃO D'OURO
	USF AMANHECER
MELRES	USF BEIRA DOURO - PÓLO MELRES
MEDAS	UCSP MEDAS
LOMBA	UCSP PEDEMOURA

Quadro 18: Unidades de Saúde por Locais

b) Recursos Humanos

Os Assistentes Operacionais apresentados referem-se ao pessoal sob gestão e encargos diretos do Município de Gondomar, no âmbito do processo de transferência de competências.

LOCAIS	Assistentes Operacionais
GONDOMAR - S.COSME	8
RIO TINTO	9
BAGUIM DO MONTE	1
S. PEDRO DA COVA	1
FÂNZERES	1
VALBOM	-
FOZ DO SOUSA	1
MELRES	1
MEDAS	-
LOMBA	-

Quadro 19: Assistentes Operacionais por Unidades de Saúde

c) Utentes inscritos por Unidades de Saúde

LOCAIS	UNIDADES DE SAÚDE	UTENTES INSCRITOS
GONDOMAR - S.COSME	SASU	n.a.
	USF MONTE CRASTO	12493
	USF RENASCER	13996
	USF SETE CAMINHOS	15998
	URAP - Atendimento Comp.	n.a.
	CRI - ICAD	890
	CDP	n.a.
RIO TINTO	USF NASCENTE	14143
	USF SANTA MARIA	13139
	USF S. BENTO	11743
	UCC INOVAR	n.a.
	URAP	
UAG		
RIO TINTO	USF BRÁS OLEIRO	8113
	USF DESPERTAR	6671
BAGUIM DO MONTE	USF BAGUIM DO MONTE	12179
S. PEDRO DA COVA	USF S. PEDRO DA COVA	13076
FÂNZERES	USF FÂNZERES	13799
VALBOM	USF VALBOM	12915
FOZ DO SOUSA	USP	n.a.
	UCC CORAÇÃO D'OURO	n.a.
	USF AMANHECER	10319
MELRES	USF BEIRA DOURO - PÓLO MELRES	6355
MEDAS	UCSP MEDAS	1066
LOMBA	UCSP PEDEMOURA	n.a.

Quadro 20: Utentes inscritos por Unidades de Saúde

d) Veículos de apoio e para deslocações de médicos e enfermeiros para visitas domiciliárias

Unidades de Saúde	Nº Viaturas
USF BRÁS OLEIRO USF DESPERTAR	1
USF MONTE CRASTO	1
USF NASCENTE	1
USF BAGUIM DO MONTE	1
USF SANTA MARIA	1
USF S. BENTO	1
URAP UAG	1
UCC CORAÇÃO D'OURO USF AMANHECER	1
UNIDADE DE SAÚDE PÚBLICA (USP)	1
UCC CORAÇÃO D'OURO	1
USF RENASCER	1
USF SETE CAMINHOS	1
UCC INOVAR	1
Sem local atribuído	3

Quadro 21: Veículos afetos às Unidades de Saúde

3.8. Ação Social

No âmbito do processo de **descentralização de competências na área da Ação Social**, o Município de Gondomar assegura a articulação operacional com entidades da rede social local, com vista a garantir uma resposta de proximidade, mais célere e ajustada às necessidades da população. Neste contexto, encontram-se protocoladas **sete Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) do concelho**, às quais compete a constituição de equipas técnicas para apoio ao acompanhamento dos processos de **Ação Social** e de **Rendimento Social de Inserção**.

Este modelo de intervenção assenta numa lógica de cooperação institucional, permitindo reforçar a capacidade de resposta social no território, através da mobilização de recursos técnicos especializados e do acompanhamento de proximidade das situações sinalizadas. A atuação desenvolvida pelas IPSS protocoladas assume, assim, particular relevância na concretização das competências descentralizadas, designadamente no atendimento, instrução, acompanhamento e encaminhamento dos processos no domínio da ação social.

Nos quadros seguintes apresenta-se a informação relativa ao exercício de **2025**, incluindo a identificação das instituições e locais abrangidos, os recursos humanos técnicos afetos a cada entidade e o volume processual trabalhado no âmbito da Ação Social e do Rendimento Social de Inserção.

a) Instituições e locais abrangidos

Instituição	Locais Abrangidos
Centro Social Soutelo	Rio Tinto e Baguim do Monte
Fundação Nuno Silveira	Fânzeres e S. Pedro da Cova Rio Tinto e Baguim do Monte
ARCBF Vai Avante	Fânzeres e S. Pedro da Cova
Centro Social Paroquial de S. João da Foz do Sousa	Jovim, Foz Sousa, Covelo, Medas e Melres
Gondomar Social - Associação de Intervenção Comunitária	Rio Tinto e Baguim do Monte
Cruz Vermelha Portuguesa Gondomar Valongo	Todos os Teritórios Equipa Especializada
Santa Casa da Misericórdia de Vera Cruz de Gondomar	S. Cosme, Valbom e Jovim
	Fânzeres, S. Pedro da Cova, Lomba
	S. Cosme e Valbom
	Rio Tinto e Baguim do Monte

Quadro 22: IPSS's e locais abrangidos

b) Recursos humanos alocados

Instituição	Recursos Humanos Total	Equipas
Centro Social Soutelo	6 Téc. Superiores	2
	2 Aj. Ação Direta	
Fundação Nuno Silveira	6 Téc. Superiores	2
	2 Aj. Ação Direta	
ARCBF Vai Avante	3 Téc. Superiores	1
	1 Aj. Ação Direta	
Centro Social Paroquial de S. João da Foz do Sousa	3 Téc. Superiores	1
	1 Aj. Ação Direta	
Gondomar Social - Associação de Intervenção Comunitária	3 Téc. Superiores	1
	1 Aj. Ação Direta	
Cruz Vermelha Portuguesa Gondomar Valongo	1 Téc. Superior (meio tempo)	1
	1 Téc. Superior (meio tempo)	
	1 Aj. Ação Direta	
Santa Casa da Misericórdia de Vera Cruz de Gondomar	12 Téc. Superiores	4
	4 Aj. Ação Direta	

Quadro 23: Recursos humanos técnicos alocados a cada IPSS

c) Volume processual trabalhado

Instituição	Volume Processual		Total
	RSI	Ação Social	
Centro Social Soutelo	230	316	546
Fundação Nuno Silveira	233	346	579
ARCBF Vai Avante	175	202	377
Centro Social Paroquial de S. João da Foz do Sousa	93	96	189
Gondomar Social - Associação de Intervenção Comunitária	180	187	367
Cruz Vermelha Portuguesa Gondomar Valongo	24	21	45
Santa Casa da Misericórdia de Vera Cruz de Gondomar	452	700	1152

Quadro 24: Volume processual trabalhado pelas IPSS's

4. ANÁLISE ORÇAMENTAL

4.1. Execução Global do Orçamento

A análise orçamental é um componente na gestão financeira do Município de Gondomar, fornecendo uma visão detalhada da alocação de recursos e do desempenho financeiro ao longo do ano de 2025. Este capítulo tem como objetivo apresentar uma avaliação clara e objetiva da execução orçamental, comparando os resultados efetivos de diversos exercícios.

Através desta análise, procuramos não apenas garantir a transparência e a responsabilidade orçamental, mas também identificar oportunidades de melhoria na eficiência da gestão dos fundos públicos. A execução orçamental reflete as prioridades políticas do município, as necessidades emergentes da comunidade e as respostas a desafios inesperados, como os que podem surgir de contextos voláteis.

Neste capítulo, serão abordados os seguintes pontos:

- Execução Orçamental da Receita: Análise das fontes de receita e comparação com as estimativas orçamentais.
- Execução Orçamental da Despesa: Avaliação das despesas realizadas, categorizadas por funções e projetos.
- Resultados Orçamentais: Discussão sobre o saldo orçamental e as implicações para a sustentabilidade financeira do município.

No ano de 2025, a receita cobrada foi de 136.325.755 EUR, a qual, acrescida do saldo da gerência anterior no valor de 216.397 EUR, transitado do ano económico de 2024, perfaz o montante global de receita de 136.542.152 EUR, salientando ainda uma Receita de Capital de 19.457.358 EUR.

Por outro lado, a despesa realizada no ano em avaliação foi de 136.258.926 EUR, repartida entre Despesa Corrente (101.922.138 EUR, correspondendo a 74,80% do total) e Despesa de Capital (34.336.788 EUR, equivalente a 25,20%), pelo que o valor do saldo que transita para a Gerência seguinte é de 283.226 EUR.

Valores em euros

Designação Receita	Receita	%	Designação Despesa	Despesa	%
Saldo Gerência Anterior	216 397 €	0,16%	Despesa Corrente	101 922 138 €	74,80%
Receita Corrente líquida e outras	116 868 398 €	85,59%	Despesa de Capital	34 336 788 €	25,20%
Receita de Capital	19 457 358 €	14,25%			
Total	136 542 152 €	100,00%	Total	136 258 926 €	100,00%
			Saldo de Gerência Seguinte	283 226 €	

Quadro 25: Execução do Orçamento

Do quadro acima verifica-se que 85,59% da Receita Total é de natureza corrente, enquanto, as despesas correntes representam 74,80% da Despesa Total. A poupança corrente obtida foi de 12.410.103 EUR, poupança essa que permitiu o financiamento de parte do Plano Plurianual de Investimentos.

Da despesa corrente, cerca de 29% corresponde a salários e encargos com remunerações, como se detalhará em capítulos seguintes.

Por outro lado, nos termos do RFALEI (art. 40.º, n.º 2) “a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo”.

Valores em euros	
Rubrica	Valor
Receita Corrente Bruta (1)	119 640 822 €
Despesa Corrente (2)	101 922 138 €
Amortização Média Empréstimos (3)	5 308 581 €
Poupança corrente (1) - (2) - (3)	12 410 103 €

Quadro 26: Equilíbrio Orçamental

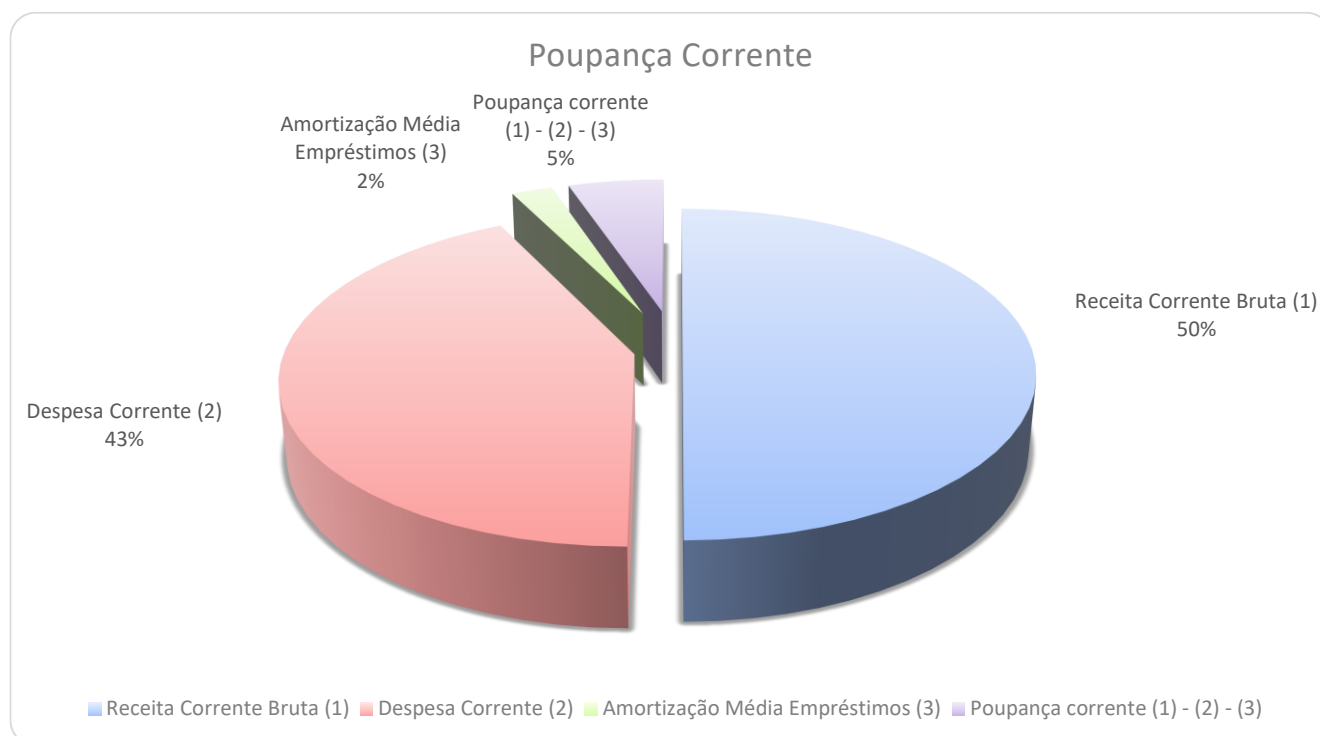


Gráfico 8: Representação do Equilíbrio Financeiro

4.2. Grau de execução orçamental

Considerando os níveis de execução orçamental tanto do orçamento da receita como da despesa, temos a seguinte representação, cumprindo o disposto no artigo 56º do RFALEI:

	Receita (%)	Despesa (%)
Execução Orçamental	91,41	91,22

Quadro 27: Grau de execução orçamental

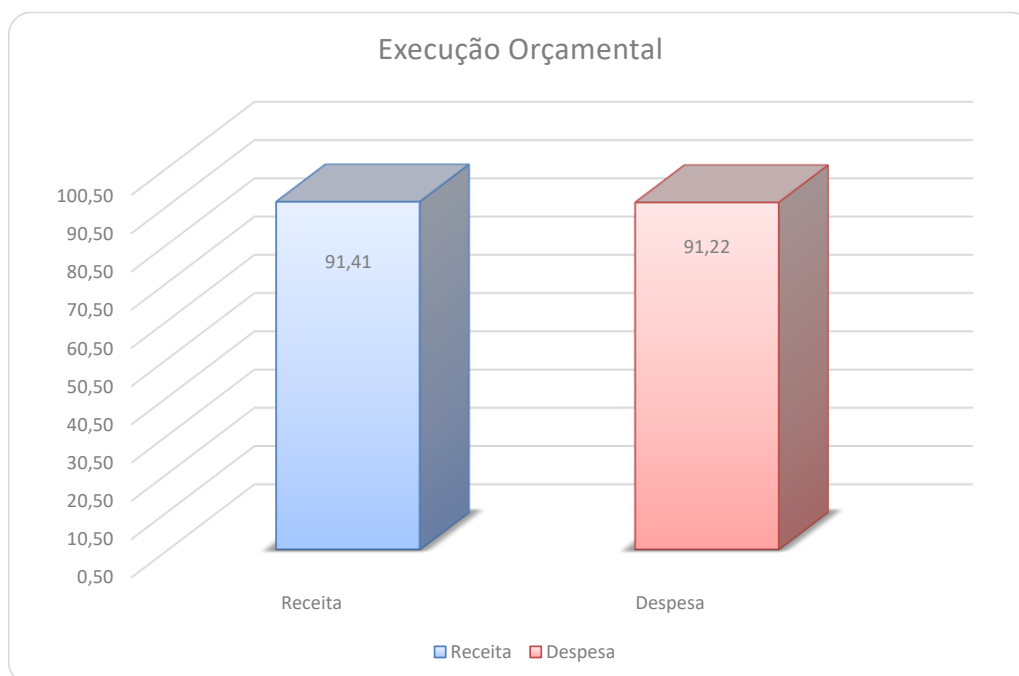


Gráfico 9: Gráfico ilustrativo da execução orçamental

4.3. Receita

A receita cobrada no exercício de 2025 apresenta como principais fontes os Impostos Diretos 31,45% e as Transferências Correntes 36,21%, refletindo a consolidação do processo de descentralização de competências assumidas pelo Município nos últimos anos.

Relativamente aos Impostos Diretos, verificou-se um acréscimo face ao exercício anterior. Apesar das decisões da Câmara Municipal de redução da taxa de IMI e a sua diferenciação pelos diferentes territórios do Concelho, aplicada aos prédios urbanos do concelho, bem como da adesão ao IMI Familiar, a rubrica mantém um peso relevante na estrutura de receita.

As Transferências Correntes registaram um incremento sustentado, motivado pela contínua assunção de novas competências no âmbito da descentralização, designadamente nas áreas da Saúde, Educação e Ação Social.

Valores em euros

	2025	2024	2023	2022	2021
Outras Receitas	287 060,86 €	667 182,28 €	4 528 888 €	11 479 078 €	16 901 189 €
Receita de Capital	19 457 357,69 €	11 756 628,70 €	9 466 518 €	8 534 707 €	8 768 485 €
Receita Corrente	116 797 733,76 €	107 267 395,41 €	94 684 040 €	93 244 269 €	84 649 876 €
Total Receita	136 542 152,31 €	119 691 206,39 €	108 679 447 €	113 258 054 €	110 319 550 €

Quadro 28: Principais rubricas da receita

Valores em euros

Designação	Realizado	% de cada Rubrica
Impostos diretos	42 940 604 €	31,45%
Taxas, multas e outras penalidades	6 986 230 €	5,12%
Rendimentos da propriedade	1 941 838 €	1,42%
Transferências correntes	49 441 876 €	36,21%
Venda de bens e serviços correntes	14 933 871 €	10,94%
Outras receitas correntes	553 315 €	0,41%
Venda de bens de investimento	618 315 €	0,45%
Transferências de capital	13 839 043 €	10,14%
Passivos financeiros	5 000 000 €	3,66%
Reposições não abatidas nos pagamentos	70 664 €	0,05%
Saldo da gerência anterior	216 397 €	0,16%
Totais	136 542 152 €	100,00%

Quadro 29: Distribuição da receita

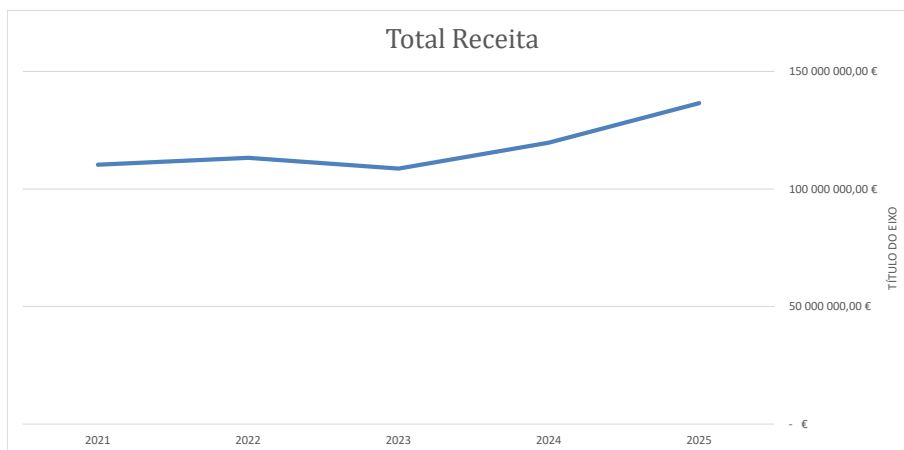


Gráfico 10: Evolução da receita

O valor das “Receitas Correntes” apresenta uma curva estável ao longo dos últimos anos, que, apesar da diminuição da taxa do IMI que se verifica desde 2021, a rubrica “Transferências Correntes” tem sofrido um incremento em face das novas transferências de competências que o Município assumiu, como mais abaixo se detalha.

Relativamente ao peso de cada uma das rubricas na formação da receita cobrada no ano de 2025, vemos que assumem particular relevância os “Impostos Diretos” (31,45%) e as “Transferências Correntes” (36,21%), item no qual se inclui as transferências referentes à descentralização de competências, à semelhança do que se vem verificando nos anos transatos.

Importará então verificar qual tem sido a evolução destas duas importantes fontes de receita do Município nos últimos anos:

	Valores em euros				
	2025	2024	2023	2022	2021
Impostos diretos	42 940 604 €	36 324 214 €	33 613 440 €	34 377 719 €	32 656 725 €

Quadro 30: Evolução dos impostos diretos

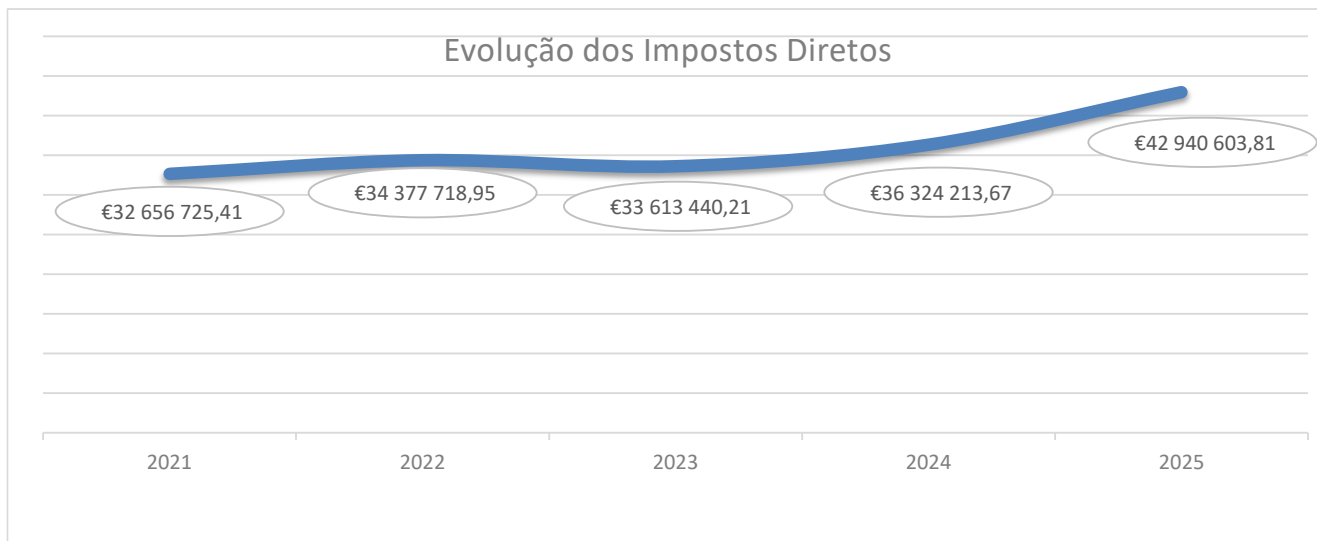


Gráfico 11: Evolução dos impostos diretos

O quadro e gráficos seguintes decompõem as rubricas de impostos diretos ao longo dos últimos 5 anos.

Valores em euros

Impostos	2025	2024	2023	2022	2021
IMI	18 110 348 €	17 164 406 €	17 611 396 €	17 800 087 €	18 037 845 €
IUC	4 556 442 €	4 356 369 €	4 277 495 €	4 026 436 €	3 674 136 €
IMT	17 733 196 €	11 621 210 €	9 074 062 €	10 350 215 €	8 662 935 €
Derrama	2 538 783 €	3 181 936 €	2 649 688 €	2 177 176 €	2 281 809 €
TOTAL	42 940 604 €	36 323 921 €	33 612 642 €	34 353 915 €	32 656 725 €

Quadro 31: Distribuição dos impostos diretos

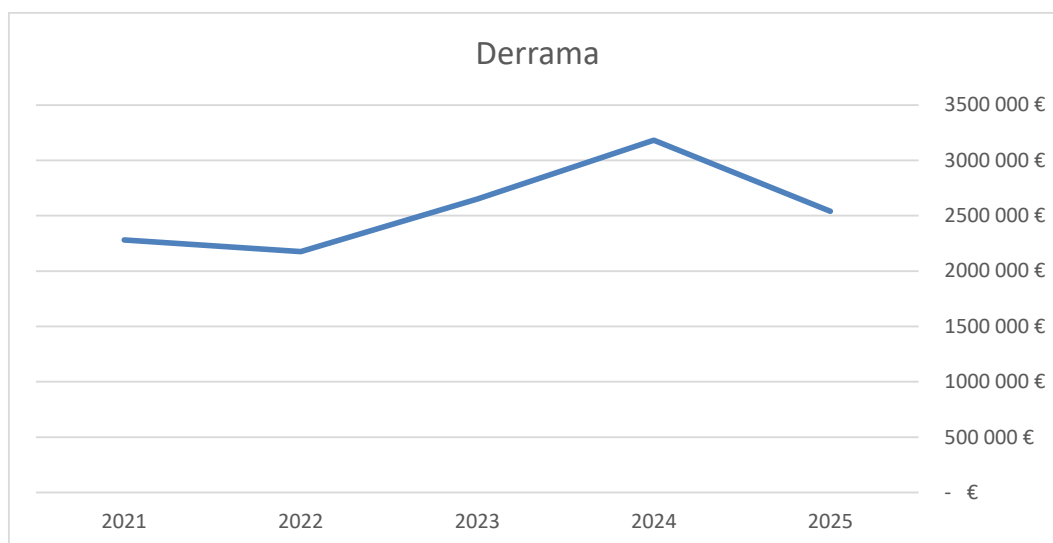


Gráfico 12: Evolução da Derrama

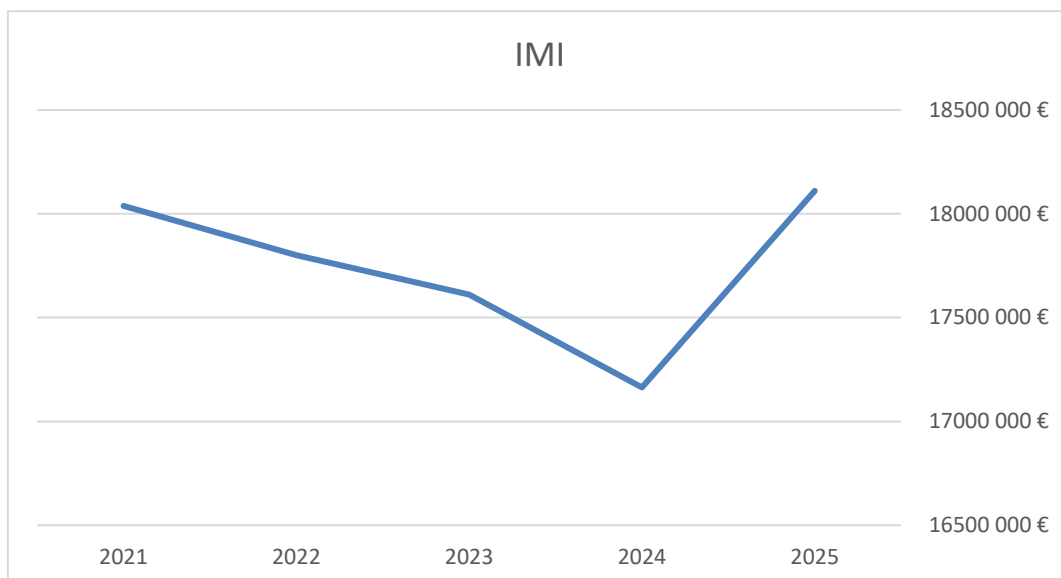


Gráfico 13: Evolução do IMI

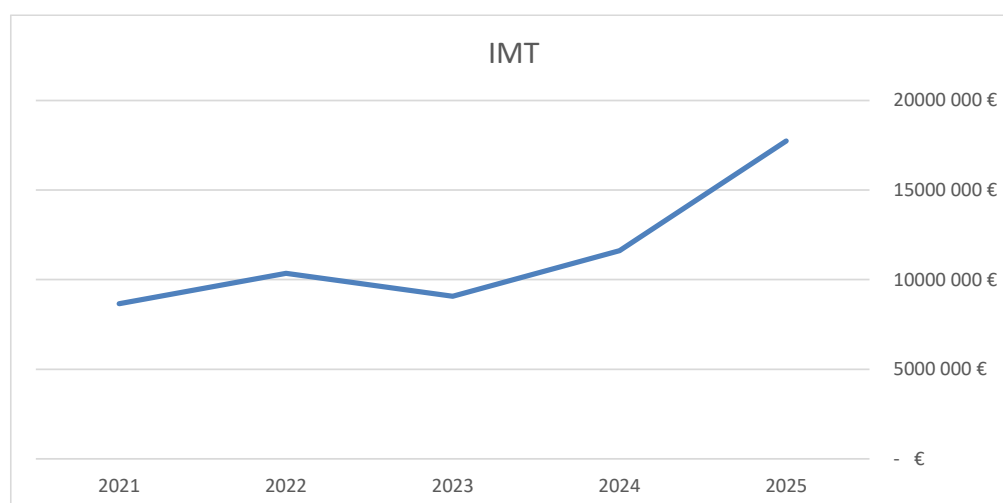


Gráfico 14: Evolução do IMT

No que respeita às Transferências Correntes os valores nos últimos anos são conforme se dá conta na tabela e gráfico seguinte:

	Valores em euros				
	2025	2024	2023	2022	2021
Transferências correntes	49 441 876 €	46 849 922 €	41 476 235 €	38 994 483 €	35 544 366 €

Quadro 32: Evolução das transferências correntes

Este incremento é motivado pela transferência de competências na área da saúde que se efetivou a partir de Abril de 2023.

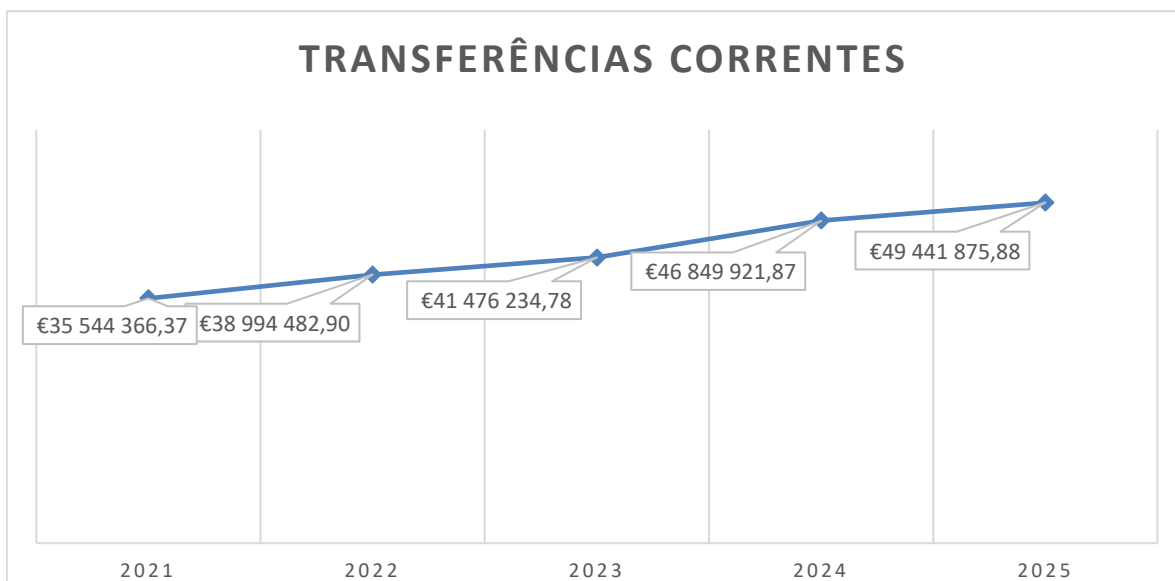


Gráfico 15: Evolução das receitas correntes

As transferências correntes são detalhadas nas seguintes rubricas, conforme quadro abaixo:

Valores em euros	
Rubrica	2025
Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)	10 768 133,34 €
Fundo Social Municipal (FSM)	4 098 409,00 €
Participação Fixa no IRS	9 490 966,00 €
Tr. Competências Lei 50/2018	19 385 701,00 €
Educação	15 457 139,00 €
Saúde	2 248 172,00 €
Ação Social	1 680 390,00 €
Particip. IVA - Artº. 26º-A, Lei 72/20	592 134,00 €
Outras Comparticipações	1 109 032,26 €
Estado-Part. Proj. co-financiados	145 877,28 €
Artigo 35º Lei 73/2013	3 851 623,00 €
Total	49 441 875,88 €

Quadro 33: Distribuição das transferências provenientes do Orçamento de Estado



Gráfico 16: Distribuição das transferências provenientes do Orçamento de Estado

4.5. Despesa

No exercício de 2025, a despesa total paga ascendeu a 136.258.926 EUR, correspondendo a uma taxa de execução de 91,22% do orçamento final. No Quadro 35 apresenta-se a distribuição da despesa pelas unidades orgânicas.

Em termos de natureza económica, destacam-se os encargos com pessoal que representam cerca de 29% da despesa total, refletindo as atualizações salariais, progressões remuneratórias e o alargamento do quadro de pessoal decorrente da transferência de competências.

	Valores em euros				
	2025	2024	2023	2022	2021
Despesa de Capital	34 336 788 €	27 667 964 €	31 504 076 €	39 102 816 €	35 839 300 €
Despesa Corrente	101 922 138 €	91 806 845 €	76 565 191 €	70 111 712 €	63 006 398 €
Total	136 258 926 €	119 474 810 €	108 069 267 €	109 214 528 €	98 845 698 €

Quadro 34: Evolução da despesa paga

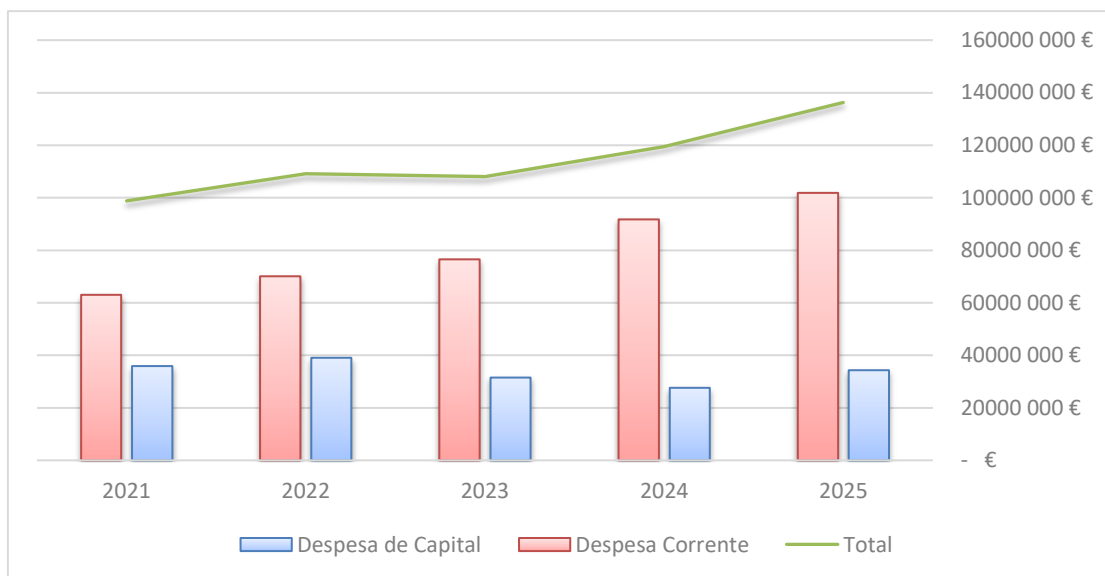


Gráfico 17: Evolução da despesa paga

No ano de 2025 a taxa de execução da despesa foi de 91,22%, tal como se detalha no mapa seguinte, distribuído pelas unidades orgânicas:

Valores em euros

Descrição	Dotação	Pago	Execução
Assembleia Municipal	25 200,00 €	21 427,63 €	85,03%
Operações Financeiras	11 492 625,00 €	11 489 887,00 €	99,98%
Órgãos Autárquicos e Administração Geral	19 743 153,73 €	18 247 275,57 €	92,42%
Proteção Civil, Segurança e Fiscalização	2 273 154,00 €	2 250 436,81 €	99,00%
Planeamento e Desenvolvimento Estratégico	93 850,00 €	47 642,00 €	50,76%
Modernização e Atendimento	26 085,00 €	13 504,27 €	51,77%
Recursos Humanos	41 140 450,00 €	40 487 120,13 €	98,41%
Cidadania e Participação	37 155,00 €	26 114,70 €	70,29%
Financeiro, Contabilidade e Património	5 528 211,00 €	4 322 593,72 €	78,19%
Aquisições e Contratação Pública	118 233,00 €	86 531,47 €	73,19%
Tecnologias de Informação	2 153 870,00 €	1 929 057,91 €	89,56%
Jurídico	154 960,00 €	53 053,32 €	34,24%
Protocolo	164 500,00 €	133 407,49 €	81,10%
Oficinas e Parque Automóvel	592 050,00 €	344 733,00 €	58,23%
Obras Municipais	9 873 821,00 €	7 213 855,98 €	73,06%
Mobilidade	214 100,00 €	204 578,67 €	95,55%
Coesão Social	14 440 412,00 €	11 871 886,97 €	82,21%
Cultura	2 810 064,00 €	2 586 611,78 €	92,05%
Urbanismo	122 100,00 €	104 214,57 €	85,35%
Educação, Formação e Emprego	13 271 606,00 €	11 606 188,31 €	87,45%
Desenvolvimento Económico e Turismo	1 687 009,00 €	1 421 196,75 €	84,24%
Espaços Públicos e Dinamização	386 770,00 €	273 357,87 €	70,68%
Proteção Meio Ambiente, Florestas e Rec. Naturais	15 686 674,00 €	14 876 041,03 €	94,83%
Desporto e Gestão de Equipamentos	6 493 437,00 €	5 889 098,81 €	90,69%
Juventude e Tempos Livres	841 846,00 €	759 110,57 €	90,17%
Total	149 371 336 €	136 258 926 €	91,22%

Quadro 35: Despesa por Unidade Orgânica

Em termos de natureza de despesa, a execução foi a seguinte:

Valores em euros			
	Dotação	Pago	Execução
Despesas Correntes	110 644 742 €	101 922 138 €	92,12%
Despesas de Capital	38 726 594 €	34 336 788 €	88,66%
Total Geral	149 371 336 €	136 258 926 €	91,22%

Quadro 36: Despesa por natureza

Em detalhe temos as seguintes rubricas

Valores em euros			
Designação	Dotação	Pago	Execução
Despesas com Pessoal	40 316 060 €	39 722 347 €	98,53%
Aquisição de bens e serviços	44 710 468 €	39 210 610 €	87,70%
Juros e outros encargos	1 906 009 €	1 905 827 €	99,99%
Transferências correntes	16 832 075 €	15 269 517 €	90,72%
Subsídios	1 364 724 €	1 363 534 €	99,91%
Outras despesas correntes	5 515 406 €	4 450 303 €	80,69%
Aquisição de bens de capital	26 055 687 €	21 812 921 €	83,72%
Transferências de capital	3 084 291 €	2 939 807 €	95,32%
Passivos financeiros	9 586 616 €	9 584 060 €	99,97%
Totais	149 371 336 €	136 258 926 €	91,22%

Quadro 37: Despesa por tipologia

Ao longo dos últimos anos temos assistido a um aumento dos Encargos com Pessoal que advém, designadamente, das atualizações salariais, das progressões remuneratórias e reposicionamentos, assim como da transferência de competências.

Valores em euros					
	2025	2024	2023	2022	2021
Despesas com Pessoal	39 722 346,87 €	35 734 774,05 €	33 201 066,98 €	30 484 673,78 €	28 404 445,58 €

Quadro 38: Evolução da despesa com pessoal

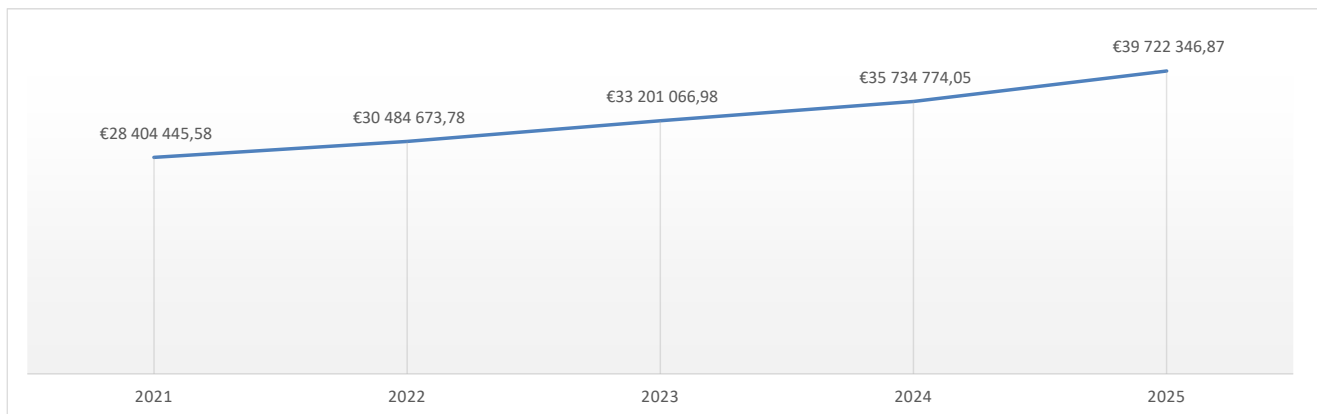


Gráfico 18: Evolução das despesas com pessoal

4.6. Encargos com o serviço da Dívida

O serviço da dívida em 2025 integra os encargos com juros e amortizações de empréstimos contraídos pelo Município, bem como os juros suportados com indemnizações. No total, os encargos ascenderam a 11.489.887 EUR, distribuídos entre juros 1.905.827 EUR e amortização de capital 9.584.060 EUR, conforme Quadro 39.

Comparativamente ao exercício anterior, a componente de juros registou uma variação negativa de 24%, refletindo a evolução da taxa EURIBOR durante 2025, enquanto a amortização de capital variou 30%, que se explica pela utilização e amortização do empréstimo de curto prazo de 5.000.000 EUR.

Valores em euros

Operações Financeiras	2025	2024	Variação
Juros e outros encargos	1 905 827,00 €	2 509 595,75 €	-24%
Passivos financeiros - amortização	9 584 060,00 €	7 348 561,18 €	30%
Total	11 489 887,00 €	9 858 156,93 €	17%

Quadro 39: Encargos com o serviço da dívida

4.7. Transferências Correntes

Nesta rubrica incluem-se as transferências de natureza corrente efetuadas pela Autarquia a favor de terceiros, que em 2025 se repartiram da seguinte forma:

Valores em euros

Transferências	2025
Freguesias	3 178 538,11 €
Associações de Municípios	170 368,75 €
Outras Entidades	1 021 111,33 €
Administração Central (Escolas)	1 889 586,22 €
Instituições sem Fins Lucrativos	7 658 012,42 €
Famílias	1 219 090,07 €
Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais	38 645,00 €
Resto do Mundo	94 164,70 €
Total	15 269 517 €

Quadro 40: Distribuição das transferências correntes

Detalhe das transferências efetuadas para as Freguesias, no âmbito dos Contratos Interadministrativos e Acordos de Execução celebrados (incluindo no âmbito dos Transportes Escolares):

Valores em euros

Freguesia	2025
Freguesia da Lomba	564 398,59 €
Freguesia de Baguim do Monte	239 256,00 €
Freguesia de Rio Tinto	482 239,80 €
União de Freguesias de Fânzeres e São Pedro da Cova	448 236,00 €
União de Freguesias de Foz do Sousa e Covelo	278 520,00 €
União de Freguesias de Gondomar, Valbom e Jovim	524 662,00 €
União de Freguesias de Melres e Medas	641 225,72 €
TOTAL	3 178 538 €

Quadro 41: Distribuição por freguesia

No que concerne às transferências efetuadas para Instituições sem Fins Lucrativos, destaca-se as realizadas a favor das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários e as executadas no âmbito do Programa de Apoio às Corporações:

Valores em euros

Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários	2025
Areosa - Rio Tinto	262 694,20
Gondomar	365 250,04
Melres	207 781,35
São Pedro da Cova	244 398,68
Valbom	253 048,17
TOTAL	1 333 172,44 €

Quadro 42: Distribuição por corporação de bombeiros

Relativamente às outras Instituições sem fins lucrativos, referentes a programas de apoio ao associativismo, a distribuição por áreas foi a seguinte:

Valores em euros

Apoio a Entidades Sem Fins Lucrativos	2025
Proteção Civil	1 324 712,44 €
Cultura	1 053 877,20 €
Desportivo	1 800 113,00 €
Social	1 898 199,78 €
Educação	284 969,17 €
Proteção Animal e Ambiente	89 310,00 €
Turismo	63 082,00 €
Outros	1 143 748,83 €
TOTAL	7 658 012,42 €

Quadro 43: Distribuição por natureza de apoio

4.8. Grandes Opções do Plano

A execução das Grandes Opções do Plano no ano de 2025 foi de 87,86%, melhorando a taxa de execução dos anos anteriores, conforme se dá conta no seguinte mapa, em que as rubricas GOP são agrupadas por classificação funcional:

Valores em euros

Designação	Dotação	Pago	Execução
Administração Geral	20 357 233,73 €	17 887 347,25 €	87,87%
Proteção civil e luta contra incêndios	2 049 287,00 €	2 036 032,94 €	99,35%
Educação	13 128 587,00 €	11 550 840,71 €	87,98%
Saúde	3 780 724,00 €	3 324 907,03 €	87,94%
Ação Social	6 749 133,00 €	5 145 016,49 €	76,23%
Habituação	4 310 779,00 €	3 813 458,80 €	88,46%
Proteção meio ambiente e conservação natureza	15 684 406,00 €	15 088 321,10 €	96,20%
Cultura	2 766 745,00 €	2 563 300,20 €	92,65%
Desporto, recreio e lazer	6 516 195,00 €	6 029 920,76 €	92,54%
Tranportes e Comunicações	6 701 786,00 €	4 889 077,08 €	72,95%
Mercados e feiras	205 250,00 €	116 311,77 €	56,67%
Turismo	512 650,00 €	412 879,29 €	80,54%
Outras funções económicas	1 607 569,00 €	1 270 558,18 €	79,04%
Total	84 370 344,73 €	74 127 971,60 €	87,86%

Quadro 44: Classificação funcional das GOP

5. CÁLCULO DO ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL

5.1. Cálculo da Dívida Própria e de Entidades participadas

CÁLCULO DO ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL

Lei nº 73/2013 de 3 de Setembro (RFALEI)

Dezembro de 2025

Nº 2, artigo 52º do RFALEI

GRUPO	Valor em dívida	Peso da Dívida
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	642 531,26 €	1,19%
Fornecedores	12 028 916,43 €	22,31%
Estado e Outros Entes Públicos	489 353,15 €	0,91%
Financiamentos obtidos	32 684 338,67 €	60,62%
Fornecedores de investimentos c/c	657 537,06 €	1,22%
Faturas em receção e conferência	4 931 252,06 €	9,15%
Sociedades de factoring	187 242,75 €	0,35%
Adiantamentos por conta de vendas	- €	0,00%
Outras contas a pagar	286 963,93 €	0,53%
TOTAL DÍVIDA MUNICÍPIO DE GONDOMAR	51 908 135,31 €	96,27%

Empresas Participadas - alínea c) do nº 1 do artigo 54º do RFALEI

Nota: Dados a 31 de Dezembro de 2025

% Participação	EMPRESA	Valor	Peso da Dívida
33,33%	Parque das Serras do Porto	- €	0,00%
14,43%	LIPOR Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto	1 205 935,02 €	2,24%
8,30%	Área Metropolitana do Porto	45 495,72 €	0,08%
7,28%	Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S. A.	755 266,44 €	1,40%
6,29%	AdePorto - Agência de Energia do Porto	2 957,18 €	0,01%
	TOTAL DÍVIDA EMPRESAS PARTICIPADAS	2 009 654,36 €	3,73%

Quadro 45: Cálculo do endividamento municipal

À data do encerramento de contas, os elementos disponibilizados pelas entidades participadas são os acima relevados, contudo provisórios, atendendo a que, na maioria das entidades, o encerramento de contas pode ser feito até 30 de junho.

Dispõe o nº 1 do artigo 52º da LFL, quanto ao limite da dívida total do Município:

“A dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.”

Assim, a receita média do Município de Gondomar, conforme dispõe o RFALEI é a seguinte:

Valores em euros

Cálculo dos limite de endividamento - nº 1, artigo 52º, RFALEI

Exercício	Receita
Receita corrente e outras receitas líquidas de 2022	93 244 268,76 €
Receita corrente e outras receitas líquidas de 2023	94 684 040,17 €
Receita corrente e outras receitas líquidas de 2024	107 267 395,41 €
RECEITA MÉDIA	98 398 568,11 €

Quadro 46: Receita média dos 3 últimos exercícios

5.2. Margem apurada do Endividamento Municipal

A multiplicação do coeficiente 1,5 pela média da receita corrente dá como resultado 147.597.852 EUR, determinando a 01 de janeiro de 2025.

Assim, os parâmetros nos termos da lei relativamente ao endividamento municipal são os seguintes resumidos no quadro abaixo:

Valores em euros

Cálculo da margem de endividamento	
Valor da Dívida TOTAL a 01 de Janeiro de 2025	61 298 607,00 €
Valor da Dívida TOTAL a 31 de dezembro de 2025	53 917 789,67 €
Valor do Excesso da Dívida Atual	- €
Limite de Endividamento a 31 de dezembro de 2025	147 597 852,17 €
Margem Alcançada	93 680 062,50 €
Nível endividamento	54,80%

Quadro 47: Cálculo da margem de endividamento

Como vem sendo habitual no Município de Gondomar, no exercício de 2025 voltou a aumentar a margem de endividamento, alcançando, nos termos da lei, de endividamento de 74.360.486 EUR para 93.680.62,50 EUR no que resulta um aumento de 19.319.577 EUR.

5.3. Evolução do Endividamento

No quadro abaixo mostra-se a evolução do endividamento e a sua trajetória de redução.

Valores em euros

	2025	2024	2023	2022	2021
Endividamento	53 917 790 €	61 928 607 €	63 292 464 €	63 321 191 €	65 868 266 €
Limites	147 597 852,17 €	136 289 092,60 €	129 432 316,16 €	119 615 418,16 €	111 062 742,22 €
Margem	93 680 062,50 €	74 360 485,88 €	66 139 852,16 €	56 294 227,65 €	45 194 476,05 €

Quadro 48: Margem de endividamento

De seguida ilustra-se graficamente esta evolução

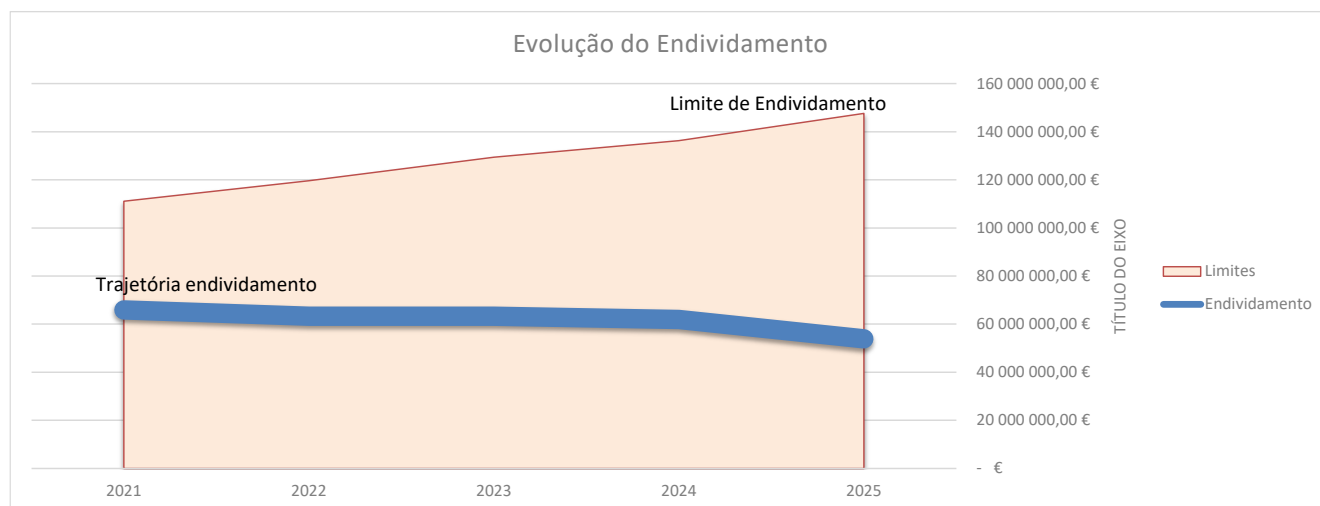


Gráfico 19: Evolução do endividamento

6. CONTABILIDADE DE GESTÃO

A contabilidade de gestão é um instrumento de apoio à gestão e também para a administração local, permitindo uma gestão mais informada e estratégica dos recursos públicos. A sua implementação não é apenas uma prática recomendada, mas uma exigência legal, conforme estabelecido pela Norma de Contabilidade Pública nº 27 (NCP 27). Esta norma é parte integrante do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) e define as bases para o desenvolvimento de um sistema de contabilidade de gestão robusto e eficaz.

A NCP 27 visa aprimorar a qualidade da informação financeira disponível, promovendo uma maior transparência e accountability. Ela estabelece que a contabilidade de gestão deve servir tanto propósitos internos, apoiando os processos de gestão pública, quanto externos, contribuindo para a responsabilização pela prestação de contas. Este capítulo irá explorar a relevância da NCP 27 para a administração local, detalhando como a sua aplicação contribui para uma governança mais eficiente e responsável.

Porém, as *software house* ainda se encontram a desenvolver esta aplicação, pelo que ainda há alguns passos a concretizar, nomeadamente, a implementação de um verdadeiro sistema de contabilidade de gestão que, para além dos gastos também passe a alocar as respetivas rendimentos aos bens, serviços e funções, e que possibilite obter indicadores e analisar os desvios para melhor controlar a gestão dos projetos. Todos os gastos e perdas (ótica económica) do Município foram tratados, tendo sido repartidos por gastos e perdas diretos, indiretos e não incorporáveis. Os gastos e perdas começaram por ser imputados às funções, sendo classificados como diretos, indiretos e não incorporáveis.

Apesar desta dificuldade de implementação apresenta-se uma análise dos gastos por funções:

Valores em euros

Função	Descrição	Total
1 Funções Gerais		
Função: 110	Serviços gerais de administração pública	54 958,47 €
Função: 111	Administração geral	43 435 700,02 €
Função: 120	Segurança e ordem públicas	23 685,47 €
Função: 121	Protecção civil e luta contra incêndios	2 748 061,56 €
Função: 122	Polícia municipal	303 033,03 €
2 Funções Sociais		
Função: 210	Educação	51 930,76 €
Função: 211	Ensino não superior	20 939 504,00 €
Função: 212	Serviços auxiliares de ensino	2 151,05 €
Função: 220	Saúde	1 924 013,30 €
Função: 221	Serviços individuais de saúde	22 227,56 €
Função: 230	Segurança e acção sociais	13 860,52 €
Função: 231	Segurança social	316,59 €
Função: 232	Acção social	3 987 931,86 €
Função: 240	Habituação e serviços colectivos	1 675 034,44 €
Função: 241	Habituação	1 802 634,56 €
Função: 242	Ordenamento do território	34 610,06 €
Função: 243	Saneamento	673 150,55 €
Função: 244	Abastecimento de água	1 593 634,43 €
Função: 245	Resíduos sólidos	14 967 938,30 €
Função: 246	Protecção do meio ambiente e conservação da nature	4 351 222,01 €
Função: 251	Cultura	3 339 560,35 €
Função: 252	Desporto, recreio e lazer	7 107 280,76 €
Função: 253	Outras actividades cívicas e religiosas	967 988,23 €
3 Funções Económicas		
Função: 320	Indústria e energia	1 593 634,43 €
Função: 330	Transportes e comunicações	2 937 109,34 €
Função: 331	Transportes rodoviários	7 248 465,27 €
Função: 333	Transportes fluviais	56 389,13 €
Função: 340	Comércio e turismo	1 243,94 €
Função: 341	Mercados e feiras	27 278,66 €
Função: 342	Turismo	792 986,94 €
Função: 350	Outras funções económicas	866 496,27 €
4 Outras Funções		
Função: 410	Operações da dívida autárquica	1 437 573,48 €
Função: 420	Transferências entre administrações	2 389 627,04 €
TOTAL		127 384 187,91 €

Quadro 49: Contabilidade de gestão

7. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

7.1. Demonstrações Financeiras

O Município encontra-se a aplicar o SNC-AP desde 1 de janeiro de 2020. É comum realizar comparações entre os exercícios de 2025 e 2024, evitando-se, contudo, comparações com o normativo anterior (POCAL) uma vez que podem existir distorções motivadas das alterações das políticas contabilísticas.

O relato financeiro das entidades públicas, no âmbito do SNC-AP, visa permitir uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e das respetivas alterações, permitir o controlo financeiro, de legalidade, de economia, de eficiência e de eficácia dos gastos públicos e proporcionar informação útil para efeitos de tomada de decisões de gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas e apresentadas segundo a contabilidade na base do acréscimo, de acordo com a estrutura concetual e as normas de contabilidade pública do sistema de normalização contabilística para as administrações públicas (SNC-AP).

a) Balanço

O Município elaborou o balanço e as restantes demonstrações financeiras com base no pressuposto da continuidade das operações e registos contabilísticos e, de acordo com o normativo contabilístico SNC-AP, aprovado pelo Decreto – Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.

a.1) Análise do Ativo

Rubricas	Valores em euros				
	Ano 2025	Peso 2025 %	Ano 2024	Peso 2024 %	Evolução 24-25
Ativos fixos tangíveis	417 027 361 €	86,90%	426 426 811 €	87,61%	-2,25%
Propriedades de investimento	341 640 €	0,07%	341 640 €	0,07%	0,00%
Ativos intangíveis	845 511 €	0,18%	800 575 €	0,16%	5,31%
Participações financeiras	9 229 496 €	1,92%	9 229 496 €	1,90%	0,00%
Outras contas a receber	1 395 520 €	0,29%	1 643 637 €	0,34%	-17,78%
Ativo não corrente	428 839 527 €		438 442 159 €		
Clientes, contribuintes e utentes	1 787 602 €	0,37%	1 735 148 €	0,36%	2,93%
Estado e outros entes públicos	415 288 €	0,09%	- €	0,00%	-
Outras contas a receber	41 037 524 €	8,55%	39 244 810 €	8,06%	4,37%
Diferimentos	400 923 €	0,08%	34 566 €	0,01%	0,00%
Caixa e depósitos	7 434 724 €	1,55%	7 266 594 €	1,49%	2,26%
Ativo corrente	51 076 060 €		48 281 118 €		
TOTAL	479 915 587 €	100,00%	486 723 276 €	100,00%	-1,42%

Quadro 50: Rubricas do ativo

Em 31 de dezembro de 2025, o ativo total do Município de Gondomar ascendia a 479,9 milhões de euros, evidenciando uma redução de 1,42% face ao exercício de 2024, em que o montante registado se situava em 486,7 milhões de euros. Não obstante esta variação negativa, a estrutura patrimonial do Município manteve-se fortemente assente no ativo não corrente, o qual representava 89,36% do ativo total, correspondendo a 428,8 milhões de euros. Neste contexto, a rubrica “Ativos fixos tangíveis” continuou a assumir preponderância, totalizando 417,0 milhões de euros e representando 86,90% do ativo, ainda que em ligeira diminuição face aos 426,4 milhões de euros apurados em 2024. Essa diferença, 9.399.450 euros resulta de depreciações do exercício bem como correções de vidas úteis a alguns bens.

A evolução do ativo em 2025 reflete, sobretudo, a redução verificada no ativo não corrente, cuja redução se explica essencialmente pela diminuição dos ativos fixos tangíveis e, em menor grau, da rubrica “Outras contas a receber”, a qual se refere a concessão com as Águas de Gondomar, SA. Em sentido inverso, os ativos intangíveis registaram um acréscimo moderado, atingindo 845,5 mil euros, o que traduz um crescimento de 5,31% face ao exercício anterior. As participações financeiras, por sua vez, mantiveram-se estáveis em 9,2 milhões de euros, sem variação material relevante.

Relativamente ao ativo corrente, observou-se um comportamento de sinal contrário, registando-se um aumento de 48,3 milhões de euros em 2024 para 51,1 milhões de euros em 2025, correspondente a um acréscimo de 5,79%. Esta evolução ficou a dever-se, principalmente, ao crescimento da rubrica “Outras contas a receber”, no valor 1.792.714 euros, reforçando o seu peso relativo para 8,55% do ativo total, bem como ao aumento da rubrica Caixa e depósitos, que atingiu 7,4 milhões de euros. Esta variação refere-se essencialmente à estimativa de cobrança de Impostos Diretos.

Acresce ainda o ligeiro aumento da rubrica “Clientes, contribuintes e utentes”, que passou para 1,8 milhões de euros.

A rubrica “Diferimentos”, embora com reduzida expressão relativa no conjunto do ativo, registou um acréscimo em termos percentuais, passando de 34,6 mil euros para 400,9 mil euros, devido a especialização de rendimentos que iremos receber em 2026.

a.2) Análise do Passivo

Valores em euros

Rubricas	Ano 2025	Peso 2025 %	Ano 2024	Peso 2024 %	Evolução 2024-2025
Provisões	2 886 739 €	2,56%	3 227 769 €	2,64%	-11,81%
Financiamentos obtidos	29 895 339 €	26,54%	33 063 213 €	27,05%	-10,60%
Diferimentos	27 879 501 €	24,75%	38 524 582 €		-38,18%
Outras contas a pagar	6 226 602 €	5,53%	6 064 357 €	4,96%	2,61%
Passivo não corrente	66 888 180 €	59,38%	80 879 921 €	66,18%	
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	642 531 €	0,57%	63 136 €	0,05%	90,17%
Fornecedores	12 028 916 €	10,68%	15 582 041 €	12,75%	-29,54%
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	- €	0,00%	- €	0,00%	0,00%
Estado e outros entes públicos	489 353 €	0,43%	585 485 €	0,48%	-19,64%
Financiamentos obtidos	2 789 000 €	2,48%	4 659 300 €	3,81%	-67,06%
Fornecedores de investimentos	5 776 032 €	5,13%	6 144 928 €	5,03%	-6,39%
Outras contas a pagar	7 353 920 €	6,53%	6 826 418 €	5,59%	7,17%
Diferimentos	16 667 053 €	14,80%	7 477 580 €	6,12%	55,14%
Passivo corrente	45 746 806 €	40,62%	41 338 888 €		
TOTAL	112 634 986 €	100,00%	122 218 809 €	100,00%	-8,51%

Quadro 51: Rubricas do passivo

No exercício de 2025, o passivo total do Município ascendeu a 112.634.986 euros, traduzindo uma redução de 8,51% face ao período comparativo, em que o montante apurado se situava em 122.218.809 euros. Esta evolução evidencia uma diminuição global das obrigações do Município, resultante, sobretudo, da contração do passivo não corrente, sem prejuízo do reforço observado em determinadas rubricas do passivo corrente. Em termos de estrutura, o passivo manteve-se maioritariamente concentrado na componente não corrente, a qual representou 59,38% do total, cabendo ao passivo corrente os remanescentes 40,62%.

O passivo não corrente totalizou 66.888.180 euros, refletindo uma diminuição face aos 80.879.921 euros do período comparativo, no valor de 15.991.741 euros. Para esta variação contribuiu, em particular, a redução registada na rubrica “Diferimentos”, que passou de 38.524.582 euros para 27.879.501 euros, bem como a diminuição dos “Financiamentos obtidos”, que passaram de 33.063.213 euros para 29.895.339 euros, e das “Provisões”, que diminuíram em 341.030 euros.

Por sua vez, o passivo corrente atingiu 45.746.806 euros, o que representa um aumento face aos 41.338.888 euros registados no período anterior. Esta evolução encontra-se associada, sobretudo, ao crescimento da rubrica “Diferimentos”, que ascendeu a 16.667.053 euros, mais 9.189.473 euros que no ano anterior correspondendo a 14,80% do passivo total, bem como ao aumento de “Outras contas a pagar”, que ascenderam ao montante de 7.353.920 euros, sendo mais 527.502 euros que no ano anterior, e de “Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos”, que ascenderam a 642.531 euros. Em contrapartida, registaram-se decréscimos nas rubricas Fornecedores, Financiamentos obtidos, “Fornecedores de investimentos” e “Estado e outros entes públicos”, atenuando parcialmente o efeito expansivo das rubricas anteriormente referidas.

Em termos de composição, continua a verificar-se uma predominância das rubricas “Financiamentos obtidos” e “Diferimentos”, quer na componente corrente, quer na não corrente, as quais assumem expressão materialmente relevante no conjunto das responsabilidades do Município. Assim, a análise do passivo evidencia, no exercício de 2025, uma redução do montante global das obrigações, traduzida na diminuição do peso do passivo não corrente e no reforço relativo do passivo corrente.

b) Análise do Fundo Patrimonial

Valores em euros

Rubricas	Ano 2025	Peso 2025 %	Ano 2024	Peso 2024 %	Evolução 2024-2025
Património/Capital	184 303 479 €	50,18%	184 303 479 €	50,56%	0,00%
Reservas	4 188 783 €	1,14%	4 110 231 €	1,13%	1,88%
Resultados transitados	67 243 583 €	18,31%	67 643 183 €	18,56%	-0,59%
Outras variações no Património Líquido	109 500 498 €	29,81%	106 876 523 €	29,32%	2,40%
Resultado líquido do período	2 044 259 €	0,56%	1 571 052 €	0,43%	23,15%
TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO	367 280 602 €	100,00%	364 504 467 €	100,00%	0,76%

Quadro 52: Rubricas do Património Líquido

No exercício de 2025, o Património Líquido do Município ascendeu a 367.280.602 euros, evidenciando um acréscimo de 0,76% face ao exercício anterior, em que se situava em 364.504.467 euros. Esta variação deve-se essencialmente à evolução positiva do Resultado Líquido do Exercício, mais 473.207 euros que no ano anterior e à aplicação dos resultados do ano anterior.

A respetiva estrutura manteve-se maioritariamente concentrada nas rubricas Património/Capital, no montante de 184.303.479 euros, e “Outras variações no Património Líquido”, no valor de 109.500.498 euros, as quais representavam, respetivamente, 50,18% e 29,81% do total do património líquido.

A rubrica Resultados transitados ascende a 67.243.583 euros, correspondendo a 18,31% do total, enquanto as Reservas totalizavam 4.188.783 euros e o Resultado líquido do período se fixou-se em 2.044.259 euros.

A rubrica Património/Capital não evidenciou qualquer variação face ao exercício de 2024, mantendo-se em 184.303.479 euros. Por sua vez, a rubrica Reservas registou um acréscimo de 1,88%, passando para 4.188.783 euros, evolução que decorre da aplicação de parte do resultado líquido do exercício anterior, nos termos da deliberação de aprovação e aplicação de resultados.

A componente “Outras variações no Património Líquido” apresentou um acréscimo de 2,40%, atingindo 109.500.498 euros. Esta rubrica integra, essencialmente, os subsídios ao investimento associados a bens do ativo fixo tangível registados no património municipal, os quais são reconhecidos em rendimentos de forma sistemática e racional, em consonância com o ritmo das depreciações dos correspondentes ativos.

Por último, o Resultado líquido do período ascendeu a 2.044.259 euros, o que representa um aumento de 23,15% face a 2024. Em termos globais, a evolução do património líquido em 2025 evidencia uma trajetória de ligeiro reforço da posição patrimonial do Município, sustentada pela estabilidade da

rubrica “Património/Capital”, pelo aumento das “Reservas”, pelo reforço de “Outras variações no Património Líquido” e pela melhoria do resultado líquido do exercício, ainda que parcialmente mitigada pela redução verificada em Resultados transitados.

O mapa dos subsídios ao investimento existentes é o que a seguir se discrimina nos vários projetos a que o Município se candidatou.

c) Mapa dos Subsídios ao Investimento

Programa	Comp. Recebida 2025	Total Programa	Proveito 2025	Amortizações Acumuladas	Total Líquido
Biblioteca Municipal	- €	1 154 454 €	32 094 €	515 810 €	638 644 €
Programa POLIS	- €	8 918 484 €	524 407 €	6 160 889 €	2 757 595 €
Programa PER		869 132 €	24 162 €	395 511 €	473 620 €
Programa Pro-Habita	- €	7 590 124 €	203 044 €	2 979 705 €	4 610 419 €
URBAN II	- €	2 736 503 €	103 293 €	1 737 103 €	999 400 €
ON- Operação Norte	- €	5 936 935 €	120 238 €	3 269 341 €	2 667 595 €
POA Programa Operacional do Ambiente	- €	787 617 €	39 381 €	515 233 €	272 384 €
Habitação Social D.L. 226/87	- €	1 352 486 €	38 743 €	598 564 €	753 922 €
QREN	- €	23 359 358 €	638 923 €	8 123 143 €	15 236 215 €
Requalificação Rede Escolar - DREN	- €	11 667 825 €	277 694 €	2 669 360 €	8 998 465 €
Alargamento da Rede Pré-Escolar - DREN	- €	671 635 €	12 933 €	181 137 €	490 498 €
Eficiência Energética nas Piscinas Municipais	- €	963 343 €	32 768 €	465 022 €	498 321 €
Portugal 2020	3 748 027 €	34 722 636 €	1 597 130 €	12 528 638 €	22 193 997 €
PRR -Plano de Recuperação e Resiliência	3 683 424 €	5 987 765 €	62 645 €	108 062 €	5 879 704 €
OVERBOOKING		5 120 523 €	126 421 €	3 405 327 €	1 715 196 €
TOTAL	7 431 450,88 €	111 838 820,23 €	3 833 874,98 €	43 652 844,65 €	68 185 975,58 €

Quadro 53: Mapa dos subsídios ao investimento

d) Demonstração de resultados por natureza

No próximo quadro far-se-á uma análise dos Rendimentos durante o ano de 2025

Rendimentos	Valores em euros				
	Ano 2025	Peso 2025 %	Ano 2024	Peso 2024 %	Varição 2024-2025
Impostos, contribuições e taxas	50 725 795 €	38,50%	43 990 278 €	36,33%	13,28%
Vendas	162 €	0,00%	64 084 €	0,05%	0,00%
Prestações de serviços e concessões	22 106 887 €	16,78%	23 312 150 €	19,25%	-5,45%
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas	35 011 €	0,03%	- €	0,00%	0,00%
Transferências e subsídios correntes obtidos	51 350 085 €	38,98%	47 144 627 €	38,93%	8,19%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	- €	0,00%		0,00%	0,00%
Provisões (aumentos/reduções)	20 705 €	0,02%		0,00%	0,00%
Outros rendimentos	7 437 453 €	5,65%	6 518 691 €	5,38%	12,35%
Juros e rendimentos similares obtidos	66 546 €	0,05%	69 631 €	0,06%	-4,63%
	131 742 644 €	100,00%	121 099 462 €	100,00%	8,08%

Quadro 54: Rubricas dos rendimentos

Em 2025, os rendimentos do Município ascenderam a 131.742.644 euros, o que traduz um acréscimo de 8,08% face ao exercício de 2024, no valor de 121.099.462 euros. A estrutura dos rendimentos manteve-se fortemente concentrada em duas rubricas de natureza estrutural, designadamente Transferências e subsídios correntes obtidos, no montante de 51.350.085 euros (38,98%), e Impostos, contribuições e taxas, no valor de 50.725.795 euros (38,50%). Em conjunto, estas duas componentes representam 76,48% do total dos rendimentos reconhecidos no exercício, evidenciando a forte relevância do financiamento corrente e da receita fiscal própria na formação do rendimento municipal.

A rubrica “Impostos, contribuições e taxas” registou um crescimento de 6.735.517 euros, ascendendo a 50.725.795 euros reforçando o seu peso relativo no total dos rendimentos. Também as “Transferências e subsídios correntes obtidos” evidenciaram evolução positiva de 4.205.458 euros, atingindo 51.350.085 euros, o que confirma a sua centralidade na estrutura de financiamento do Município. Por sua vez, a rubrica “Prestações de serviços e concessões” totalizou 22.106.887 euros, mantendo expressão materialmente relevante, embora com redução do respetivo peso relativo de 19,25% para 16,78%, o que indica um menor contributo desta componente para o rendimento global do período.

No que respeita às rubricas complementares, “Outros rendimentos” ascenderam a 7.437.453 euros, correspondendo a 5,65% do total, evidenciando um reforço face a 2024, quando se situavam em 6.518.691 euros. Já os Juros e rendimentos similares obtidos mantiveram expressão residual, com 66.546 euros, representando 0,05% dos rendimentos do exercício. As Vendas assumiram igualmente carácter imaterial, fixando-se em 162 euros, sem relevância na estrutura global dos rendimentos.

Acresce que a rubrica Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas apresentou um montante de 35.011 euros, igualmente sem impacto material no total apurado.

Relativamente às rubricas de ajustamento, a tabela evidencia ausência de expressão material em Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões) e um montante reduzido em Provisões (aumentos/reduções), de 20.705 euros, pelo que o seu efeito na formação do total dos rendimentos é residual. Deste modo, a evolução observada em 2025 resulta predominantemente do comportamento favorável das rubricas de natureza recorrente e estrutural, com destaque para a receita fiscal e para as transferências correntes obtidas.

No quadro seguinte faz-se uma análise dos gastos efetuados durante o ano de 2025:

Gastos	Valores em euros				
	Ano 2025	Peso 2025 %	Ano 2024	Peso 2024 %	Variação 2024-2025
Fornecimentos e serviços externos	36 924 103 €	28,47%	34 598 920 €	28,95%	6,30%
Gastos com pessoal	40 850 981 €	31,50%	36 784 618 €	30,77%	9,95%
Transferências e subsídios concedidos	20 604 931 €	15,89%	17 618 641 €	14,74%	14,49%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	122 341 €	0,09%	450 245 €	0,38%	-268,03%
Provisões		0,00%	500 517 €	0,42%	
Outros gastos	4 080 433 €	3,15%	8 451 766 €	7,07%	-107,13%
Gastos/reversões de depreciação e amortização	25 513 453 €	19,67%	19 031 523 €	15,92%	25,41%
Juros e gastos similares suportados	1 602 144 €	1,24%	2 092 180 €	1,75%	-30,59%
	129 698 385 €	100,00%	119 528 410 €	100,00%	7,84%

Quadro 55: Rubricas de gastos

No exercício de 2025, os gastos do Município ascenderam a 129.698.385 euros, o que representa um acréscimo de 7,84% face ao exercício anterior, em que se registaram 119.528.410 euros.

A estrutura dos gastos manteve-se concentrada nas rubricas “Gastos com pessoal”, “Fornecimentos e serviços externos”, “Gastos/reversões de depreciação e amortização” e “Transferências e subsídios concedidos”, que, em conjunto, representaram 95,52% do total dos gastos do período, devido essencialmente à atualização dos vencimentos e progressões nas carreiras.

A rubrica “Gastos com pessoal” assumiu a maior expressão relativa, totalizando 40.850.981 euros, equivalentes a 31,50% do total, refletindo um aumento face aos 36.784.618 euros registados em 2024.

Também os “Fornecimentos e serviços externos” evidenciaram crescimento, atingindo 36.924.103 euros, correspondentes a 28,47% dos gastos do exercício.

Verificou-se igualmente um aumento material na rubrica “Gastos/reversões de depreciação e amortização”, que ascendeu a 25.513.453 euros, representando 19,67% do total dos gastos, bem como nas “Transferências e subsídios concedidos”, que totalizaram 20.604.931 euros, com um peso relativo de 15,89%.

Em sentido inverso, a rubrica “Outros gastos” apresentou uma redução, passando de 8.451.766 euros em 2024 para 4.080.433 euros em 2025, reduzindo também o seu peso no total de 7,07% para 3,15%. Observou-se igualmente diminuição nos “Juros e gastos similares” suportados, que se fixaram em 1.602.144 euros, bem como na Imparidade de dívidas a receber, que desceu para 122.341 euros.

7.2. Indicadores Económico-Financeiros

Os indicadores económico-financeiros constituem instrumentos de apoio à análise da situação patrimonial, financeira e orçamental do Município, permitindo aferir, de forma sintética, o grau de equilíbrio financeiro, a capacidade de satisfação das responsabilidades assumidas e o nível de dependência face a capitais alheios. Não obstante a utilidade destes indicadores, a respetiva análise comparativa entre municípios deve ser efetuada com prudência, atendendo às especificidades organizacionais, funcionais e operacionais de cada autarquia, bem como ao distinto enquadramento das atribuições e competências prosseguidas.

a) Solvabilidade

Este rácio permite conhecer a capacidade do Município em dissolver os seus compromissos de médio/longo prazo. O rácio de **Solvabilidade** traduz a capacidade do Município para assegurar a cobertura dos seus compromissos de médio e longo prazo através dos respetivos fundos próprios. Em 2025, este indicador fixou-se em **326,08%**, valor que evidencia uma posição patrimonial particularmente sólida e claramente acima dos referenciais habitualmente considerados adequados para este tipo de análise.

O nível apurado permite concluir que o património líquido do Município se revela suficiente para fazer face ao conjunto das suas responsabilidades, traduzindo uma margem de segurança financeira.

Índice de solvabilidade	2025	2024	2023	2022	2021
Património Líquido / Passivo	326,08%	298,24%	369,26%	386,83%	376,42%

Quadro 56: Índice de solvabilidade

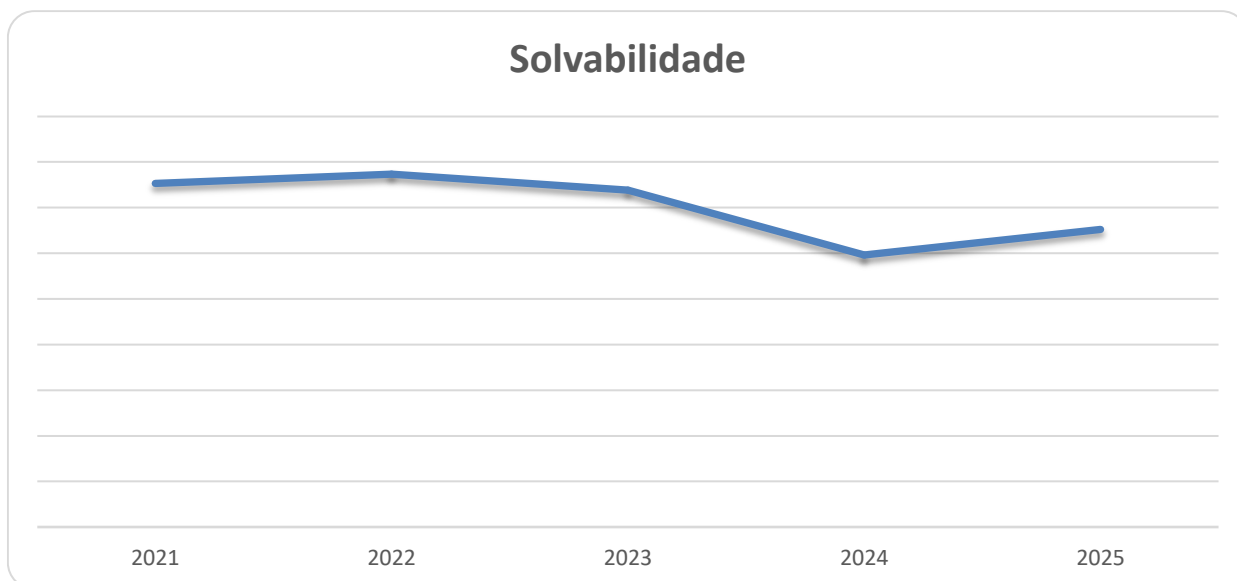


Gráfico 20: Índice de solvabilidade

b) Liquidez Geral

O indicador de **Liquidez Geral** mede a aptidão do Município para satisfazer os seus compromissos de curto prazo através dos ativos correntes disponíveis. No exercício de 2025, este rácio atingiu **111,65%**, situando-se acima da unidade e evidenciando, por conseguinte, que o ativo corrente se revelou suficiente para assegurar a cobertura do passivo corrente.

Não obstante o resultado apurado continuar a traduzir uma situação de equilíbrio financeiro de curto prazo, a análise do indicador evidencia alguma dificuldade em manter os níveis observados em exercícios anteriores. Tal evolução encontra justificação, designadamente, no contexto inflacionista, com impacto na revisão de preços de diversos contratos.

Liquidez Geral	2025	2024	2023	2022	2021
Ativo Corrente / Passivo Corrente	111,65%	116,79%	99,35%	130,35%	191,85%

Quadro 57: Índice de liquidez geral

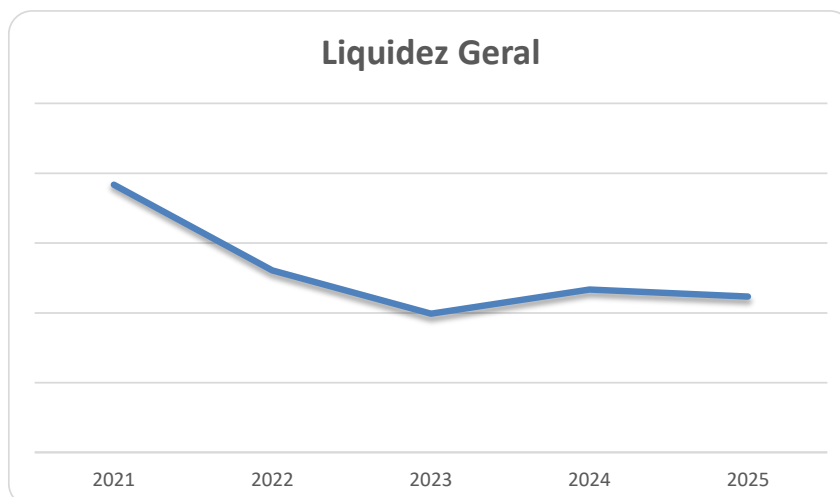


Gráfico 21: Índice de liquidez geral

c) Autonomia Financeira

O grau de **Autonomia Financeira** expressa o nível de independência do Município face a capitais alheios, aferindo o peso dos fundos próprios no financiamento do ativo líquido. Em 2025, este indicador situou-se em **76,53%**, valor que evidencia uma estrutura financeira assente maioritariamente em capitais próprios e significativamente acima do limiar mínimo geralmente entendido como adequado.

Apesar de o resultado apurado confirmar uma posição de relevante solidez financeira, o mesmo traduz ainda a existência de algum recurso a financiamento externo, não se verificando uma situação de autofinanciamento integral do ativo. Ainda assim, o valor registado revela um grau de autonomia confortável, compatível com uma reduzida exposição ao passivo e com uma estrutura patrimonial globalmente equilibrada.

Autonomia Financeira	2025	2024	2023	2022	2021
Património Líquido / Ativo Líquido	76,53%	74,89%	78,69%	79,46%	79,01%

Quadro 58: Grau de autonomia financeira

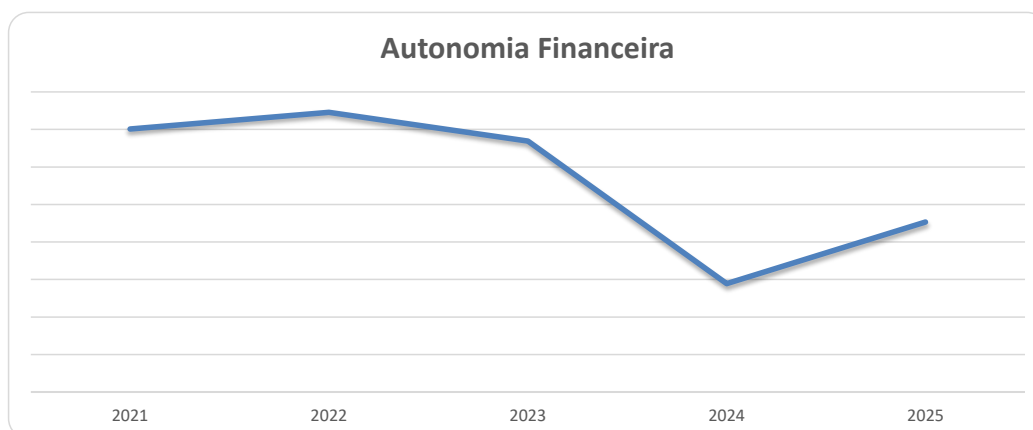


Gráfico 22: Grau de autonomia financeira

d) Estrutura

O indicador de **Estrutura** permite avaliar a relação entre os fundos próprios e o passivo de médio e longo prazo, constituindo um referencial relevante para apreciar a consistência da estrutura financeira do Município. Em 2025, este indicador apresentou o valor de **18,21%**, situando-se em nível compatível com uma situação financeiramente favorável, na medida em que evidencia a suficiência dos capitais próprios para suportar o endividamento de natureza mais duradoura.

Estrutura	2025	2024	2023	2022	2021
Passivo não Corrente / Património Líquido	18,21%	22,19%	13,34%	14,69%	17,69%

Quadro 59: Índice de estrutura



Gráfico 23: Índice de estrutura

8) PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Estabelece o Ponto 4.1 da Instrução nº1/2019 do Tribunal de Contas o seguinte:

«A ata da reunião de aprovação das contas elo órgão competente, a apresentar pelas entidades que aplicam o SNC-AP, deverá identificar os factos mais importantes constantes dos documentos de prestações de contas, abrangendo, de acordo com as situações aplicáveis».

Nestes termos, apresentam-se os seguintes elementos:

Balanço

- Total do ativo: 479.915.587 EUR
- Total do património líquido/ capital próprio/ fundo social: 367.280.602 EUR
- Total passivo: 112.634.986 EUR

Demonstração de Resultados (DR)

- Total de Rendimentos: 131.742.644 EUR
- Total de Gastos: 129.698.385 EUR

Demonstração de Fluxos de Caixa (DFC)

- Total de Recebimentos: 138.482.282 EUR
- Total de Pagamentos: 138.314.152 EUR

Desempenho orçamental (DDORC)

- Total de Recebimentos: 136.542.152 EUR
- Total de Pagamentos: 138.314.152 EUR

Saldos iniciais e finais do desempenho orçamental

- Saldo inicial de operações orçamentais: 216.397 EUR
- Saldo final de operações orçamentais: 283.226 EUR
- Saldo inicial de operações de tesouraria: 7.050.197 EUR
- Saldo final de operações de tesouraria: 7.151.498,17 EUR

Tendo em conta o Resultado Líquido do Exercício de 2025, evidenciado na Demonstração dos Resultados por Natureza, o qual é positivo no montante de 2.044.258,83 EUR, propõe-se, assim, a seguinte aplicação de resultados:

- Que sejam constituídas reservas legais no montante de 102.212,94 EUR correspondente a 5% do resultado líquido;
- O restante valor, 1.942.045,89 EUR, seja transferido para a conta 561 – Resultados Transitados de Períodos Anteriores.

9. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

9.1. Balanço

Município de Gondomar			
Balanço em 31 de Dezembro de 2025		Valores em €	
RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2025	31/12/2024
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	2, 5	417 027 360,81	426 426 811,02
Propriedades de investimento	2, 8	341 639,74	341 639,74
Ativos intangíveis	2, 3	845 511,34	800 575,47
Ativos biológicos			
Participações financeiras	18	9 229 495,86	9 229 495,86
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis			
Clientes, contribuintes e utentes			
Acionistas/sócios/associados			
Diferimentos			
Outros ativos financeiros			
Ativos por impostos diferidos			
Outras contas a receber	18, 23	1 395 519,69	1 643 636,74
		428 839 527,44	438 442 158,83
Ativo corrente			
Inventários			
Ativos biológicos			
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis			
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis			
Clientes, contribuintes e utentes	9, 18, 23	1 787 601,57	1 735 147,76
Estado e outros entes públicos		415 287,78	
Acionistas/sócios/associados			
Outras contas a receber	18, 23	41 037 523,88	39 244 810,01
Diferimentos	18	400 922,58	34 565,98
Ativos financeiros detidos para negociação			
Outros ativos financeiros			
Ativos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos	1	7 434 724,22	7 266 593,90
		51 076 060,03	48 281 117,65
Total do Ativo		479 915 587,47	486 723 276,48
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital		184 303 479,07	184 303 479,07
Ações (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas		4 188 783,10	4 110 230,50
Resultados transitados		67 243 583,24	67 643 183,26
Ajustamentos em ativos financeiros			
Excedentes de revalorização			
Outras variações no Património Líquido		109 500 497,59	106 876 522,50
Resultado líquido do período		2 044 258,83	1 571 052,05
Dividendos antecipados			
Interesses que não controlam			
Total do Património Líquido		367 280 601,83	364 504 467,38

Município de Gondomar			
Balanço em 31 de Dezembro de 2025		Valores em €	
RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2025	31/12/2024
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	15	2 886 738,72	3 227 768,93
Financiamentos obtidos	7, 18	29 895 338,67	33 063 213,01
Fornecedores de investimentos			
Fornecedores			
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Diferimentos	23	27 879 500,93	38 524 582,07
Passivos por impostos diferidos			
Outras contas a pagar	18, 23	6 226 601,65	6 064 356,60
		66 888 179,97	80 879 920,61
Passivo corrente			
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis	18, 23	642 531,26	63 136,06
Fornecedores	18, 23	12 028 916,43	15 582 041,20
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes			
Estado e outros entes públicos	18, 23	489 353,15	585 484,51
Acionistas/sócios/associados			
Financiamentos obtidos	7, 18	2 789 000,00	4 659 299,95
Fornecedores de investimentos	18, 23	5 776 031,87	6 144 928,45
Outras contas a pagar	18, 23	7 353 919,68	6 826 417,89
Diferimentos	23	16 667 053,28	7 477 580,43
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
		45 746 805,67	41 338 888,49
Total do Passivo		112 634 985,64	122 218 809,10
Total do Património Líquido e Passivo		479 915 587,47	486 723 276,48

Quadro 60: Balanço

9.2. Demonstração de Resultados

Município de Gondomar			
Demonstração de resultados por naturezas do período findo em 31 de Dezembro de 2025			Valores em €
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		31/12/2025	31/12/2024
Impostos, contribuições e taxas	13,14,23	50 725 795,36	43 990 278,41
Vendas	13	161,94	64 084,24
Prestações de serviços e concessões	13	22 106 886,97	23 312 150,46
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empre	13	35 010,55	
Transferências e subsídios correntes obtidos	14	51 350 085,29	47 144 627,31
Variações nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas, das matérias consumidas e dos inventários tr			
Fornecimentos e serviços externos	23	-36 924 102,97	-34 598 920,07
Gastos com pessoal	19,23	-40 850 981,11	-36 784 617,75
Transferências e subsídios concedidos	23	-20 604 930,50	-17 618 641,00
Prestações sociais			
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9,18,23	-122 340,56	-450 245,16
Provisões (aumentos/reduções)	15	20 704,67	-500 516,51
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos	14, 23	7 437 452,61	6 518 690,60
Outros gastos	23	-4 080 433,04	-8 451 766,03
Resultados antes de depreciações e resultados financeiros		29 093 309,21	22 625 124,50
Gastos/reversões de depreciação e amortização	3, 5	-25 513 452,86	-19 031 522,87
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de resultados financeiros)		3 579 856,35	3 593 601,63
Juros e rendimentos similares obtidos	13	66 546,39	69 630,61
Juros e gastos similares suportados	7, 23	-1 602 144,20	-2 092 180,19
Resultado antes de impostos		2 044 258,54	1 571 052,05
Imposto sobre o rendimento			
Resultado líquido do período		2 044 258,54	1 571 052,05
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da entidade-mãe			
Interesses que não controlam			
		2 044 258,54	1 571 052,05

Quadro 61: Demonstração de Resultados

9.3. Demonstração das alterações no património Líquido

Município de Gondomar Anual 2025 (Período 14)

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO

Descrição	Notas	Capital / Património Subscrito	Atções (quotas) Próprias	Outros Instrum. De Capital Próprio	Prémios de Emissão	Reservas Legais	Resultados Transmigrados	Outras Variações Património Líquido	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses que não controlam	Total do Património Líquido
Posição no início do período	(1)	184 303,479,07 €	- €	- €	- €	4 110 230,50 €	67 643 183,26 €	106 876 522,50 €	1 571 052,05 €	364 504 467,38 €	- €	364 504 467,38 €
Alterações no período		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Primeira adoção de novo referencial contabilístico		- €	- €	- €	- €	78 552,60 €	399 600,00 €	2 623 975,09 €	1 571 052,05 €	2 702 527,69 €	- €	2 702 527,69 €
Alterações de políticas contabilísticas		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Realização do excedente de revalorização		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Excedentes de revalorização e respetivas variações		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Transferências e subsídios de capital		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Correção de erros materiais		- €	- €	- €	- €	- €	1 832 099,47 €	9 235 801,39 €	- €	9 235 801,39 €	- €	9 235 801,39 €
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido		- €	- €	- €	- €	- €	- €	3 587 672,41 €	- €	3 587 672,41 €	- €	3 587 672,41 €
		- €	- €	- €	- €	78 552,60 €	1 492 499,45 €	3 024 153,89 €	1 571 052,05 €	3 024 153,89 €	- €	3 024 153,89 €
	(2)	- €	- €	- €	- €	78 552,60 €	399 600,00 €	2 623 975,09 €	1 571 052,05 €	2 702 527,69 €	- €	2 702 527,69 €
Resultado Líquido do Período	(3)	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	2 044 258,83 €	2 044 258,83 €	- €	2 044 258,83 €
Resultado Integral	(4)=(2)+(3)	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	473 206,78 €	4 746 786,52 €	- €	4 746 786,52 €
Operações com detentores de capital no período		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Realizações de capital/património		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Entradas para cobertura de perdas		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outras operações		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Subscrições de prémios de emissão		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
	(5)	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Posição fim período	(6)=(1)+(2)+(3)+(5)	184 303,479,07 €	- €	- €	- €	4 188 783,10 €	67 243 583,24 €	109 500 497,59 €	2 044 258,83 €	367 280 601,83 €	- €	367 280 601,83 €

Quadro 62: Demonstração de Alterações do Património Líquido

9.4. Demonstração dos Fluxos de Caixa

Município de Gondomar			
Demonstração dos fluxos de caixa, do período findo em 31 de Dezembro de 2025			Valores em €
Rubricas	Notas	Períodos	
		31/12/2025	31/12/2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		14 933 870,95	14 888 394,97
Recebimentos de contribuintes		41 297 602,01	36 324 213,67
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		49 441 875,88	46 945 743,36
Recebimentos de utentes			
Pagamentos a fornecedores		-43 590 455,47	-40 542 765,44
Pagamentos ao pessoal		-28 776 031,87	-23 547 946,14
Pagamentos a contribuintes / Utes			
Pagamentos de transferências e subsídios		-14 767 465,35	-17 536 608,08
Pagamentos de prestações sociais		-11 550 859,86	
Caixa gerada pelas operações		6 988 536,29	16 531 032,34
Recebimento do imposto sobre o rendimento			
Pagamento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos		11 409 737,36	7 784 777,87
Outros pagamentos		-6 319 204,08	-29 244 118,12
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		12 079 069,57	-4 928 307,91
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-21 023 763,54	-1 604 483,27
Ativos intangíveis		-796 484,38	-271 486,73
Propriedades de investimento			-22 138,94
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		618 315,00	1 567 460,00
Ativos intangíveis			
Propriedades de investimento		1 875 291,59	3 111 163,81
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Subsídios ao investimento		8 530 121,69	3 629 904,70
Transferências de capital		5 308 921,00	3 886 103,74
Juros e rendimentos similares		13 228,47	14 531,25
Dividendos		53 317,92	55 099,36
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		-5 421 052,25	10 366 153,92
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		5 000 000,00	2 500 000,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-9 584 060,23	-7 348 561,18
Juros e gastos similares		-1 905 826,77	-700 723,25
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		-6 489 887,00	-5 549 284,43
Varição de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		168 130,32	-111 438,42
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		7 266 593,90	7 378 093,21
Caixa e seus equivalentes no fim do período		7 434 724,22	7 266 593,90
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes no início do período		7 266 593,90	7 378 093,21
- Equivalentes a caixa no início do período		-3 434 629,98	-3 295 661,72
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa		3 434 629,98	3 295 661,72
- Variações cambiais de caixa no início do período			
= Saldo da gerência anterior		7 266 593,90	7 378 093,21
De execução orçamental		216 396,73	610 179,61

Pag. 1 de 2

Município de Gondomar			
Demonstração dos fluxos de caixa, do período findo em 31 de Dezembro de 2025			Valores em €
Rubricas	Notas	Períodos	
		31/12/2025	31/12/2024
De operações de tesouraria		7 050 197,17	6 767 913,60
Caixa e seus equivalentes no fim do período		7 434 724,22	7 266 593,90
- Equivalentes a caixa no fim do período		-3 605 293,59	-3 434 629,98
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa		3 605 293,59	3 434 629,98
- Variações cambiais de caixa no fim do período			
= Saldo para a gerência seguinte		7 434 724,22	7 266 593,90
De execução orçamental		283 225,98	216 396,73
De operações de tesouraria		7 151 498,24	7 050 197,17

Quadro 63: Demonstração de Fluxos de Caixa

9.5. Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

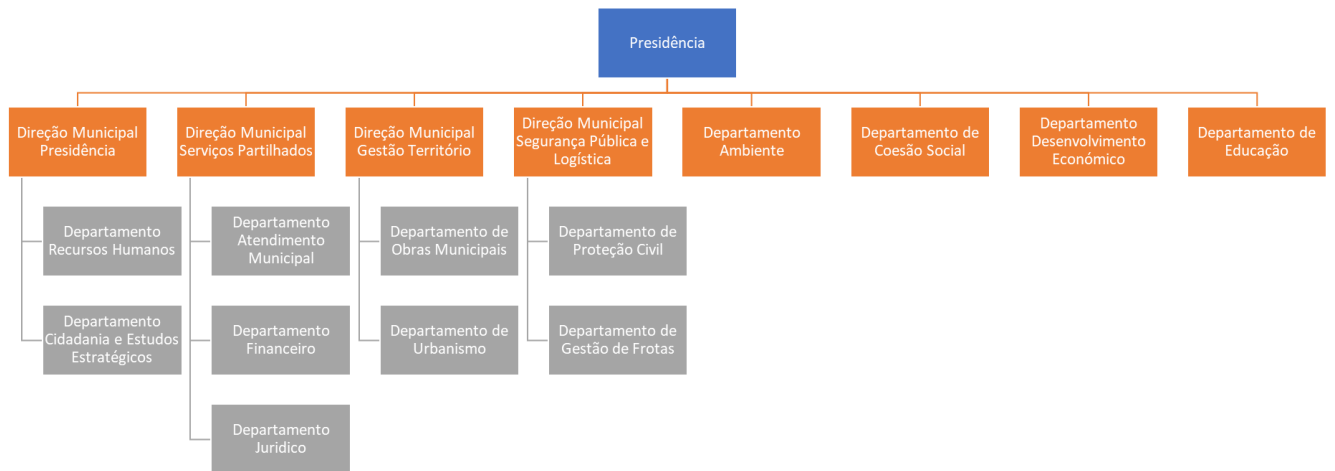
Procurando dar cumprimento ao disposto no Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, designadamente no que se refere à Norma de Contabilidade Pública 1, resumem-se nas notas seguintes as políticas contabilísticas significativas, assim como outras notas explicativas e esclarecedoras de alguns aspetos relevantes para uma melhor compreensão da conta apresentada para o período de relato.

As notas relativamente às quais se considere não haver informação que justifique a sua divulgação ou que não sejam significativas para a compreensão das demonstrações financeiras, não serão apresentadas.

Nota 1 - Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

Os elementos da caracterização da entidade de acordo com o SNC-AP, e complementados conforme as instruções do Tribunal de Contas, são as constantes do seguinte mapa, durante o exercício económico de 2025:

CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE								
1	Identificação da entidade: MUNICÍPIO DE GONDOMAR							
1.2	ENDEREÇO POSTAL: Praça Manuel Guedes, 4420-193 GONDOMAR TELEFONE- TELEFAX: 22 466 05 00 / 22 466 05 66 Número de identificação Fiscal: 506 848 957 Site: www.cm-gondomar.pt Email: geral@cm-gondomar.pt / contabilidade@cm-gondomar.pt							
1.3	NÚMEROS DE ELEITORES							
	<table border="1" style="width: 100%; text-align: center;"> <tr> <td rowspan="3">MUNICÍPIO</td> <td>Até 10.000 eleitores</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Mais de 10.000 e menos de 40.000 eleitores</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Igual ou superior a 40.000 eleitores</td> <td>X</td> </tr> </table>	MUNICÍPIO	Até 10.000 eleitores		Mais de 10.000 e menos de 40.000 eleitores		Igual ou superior a 40.000 eleitores	X
MUNICÍPIO	Até 10.000 eleitores							
	Mais de 10.000 e menos de 40.000 eleitores							
	Igual ou superior a 40.000 eleitores	X						
2	LEGISLAÇÃO							
	<table border="1" style="width: 100%;"> <tr> <td>Regime Financeiro</td> <td>Lei 73/2013 de 3 de setembro</td> </tr> <tr> <td>Regime Jurídico</td> <td>Lei 75/2013 de 12 de setembro</td> </tr> </table>	Regime Financeiro	Lei 73/2013 de 3 de setembro	Regime Jurídico	Lei 75/2013 de 12 de setembro			
Regime Financeiro	Lei 73/2013 de 3 de setembro							
Regime Jurídico	Lei 75/2013 de 12 de setembro							
3	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL							
3.1	SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS							
	<table border="1" style="width: 100%;"> <tr> <td>A Câmara tem Serviços Municipalizados?</td> <td>Não</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Se respondeu sim, especifique quais e indique os respetivos grupos:</td> </tr> </table>	A Câmara tem Serviços Municipalizados?	Não	Se respondeu sim, especifique quais e indique os respetivos grupos:				
A Câmara tem Serviços Municipalizados?	Não							
Se respondeu sim, especifique quais e indique os respetivos grupos:								
3.2	ÓRGÃOS							
	<table border="1" style="width: 100%;"> <tr> <td>Tem órgãos de natureza consultiva?</td> <td></td> <td>Não</td> </tr> <tr> <td>Tem órgãos de fiscalização? (Revisor Oficial de Contas)</td> <td>Sim</td> <td></td> </tr> </table>	Tem órgãos de natureza consultiva?		Não	Tem órgãos de fiscalização? (Revisor Oficial de Contas)	Sim		
Tem órgãos de natureza consultiva?		Não						
Tem órgãos de fiscalização? (Revisor Oficial de Contas)	Sim							
3.3	ORGANOGRAMA							



4	<p>DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES</p> <p>Constituem atribuições do Município aqueles que estão definidos na Lei que regula a sua atividade, nomeadamente:</p> <p>a) Equipamento rural e urbano;</p> <p>b) Energia;</p> <p>c) Transportes e comunicações;</p> <p>d) Educação;</p> <p>e) Património, cultura e ciência;</p> <p>f) Tempos livres e desporto;</p> <p>g) Saúde;</p> <p>h) Ação social;</p> <p>i) Habitação;</p> <p>j) Proteção civil;</p> <p>k) Ambiente e saneamento básico;</p> <p>l) Defesa do consumidor;</p> <p>m) Promoção do desenvolvimento;</p> <p>n) Ordenamento do território e urbanismo;</p> <p>o) Polícia municipal;</p> <p>p) Cooperação externa.</p>
----------	--

5	RECURSOS HUMANOS	
5.1	IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DO ORGÃO EXECUTIVO	
	Mandato 2021-2025	
	Presidente	Marco André Dos Santos Martins
	Vice-Presidente	Luís Filipe Castro De Araújo
	Vereadores	Maria Aurora Moura Vieira
		Sandra Eunice Ramos De Almeida
		José Fernando Da Silva Moreira
		Claúdia Manuela Ramos Vieira
		Ana Luísa Machado Gomes
		Filomena La-Saete Castro Sousa Santos
		Sérgio Miguel Vieira Bastos
		Jorge Manuel De Castro Ferreira De Ascensão
		Paulo Diogo Monteiro Tavares
		Valentina Sanchez Silva
	Cristina Alexandra Ribeiro Coelho	

5.2	Mandato 2025-2029	
	Presidente	Luís Filipe Castro de Araújo
	Vice-Presidente	Nuno Filipe Brito Fonseca
	Vereadores	Maria Aurora Moura Vieira
		José Fernando da Silva Moreira
		Ana Luísa Machado Gomes
		Celso José Dias dos Santos
		Carla Alexandra Nogueira Pinto Ferreira
		Emidio Guerreiro
		Maria Germana de Sousa Rocha
		António Manuel das Neves Torres
		Rui Pedro da Silva Afonso
		Edison José Lento de Oliveira Semblano Pinheiro

6	ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA		
	Normativo Contabilístico	SNC-AP – Sistema de Normalização Contabilística das Administrações Públicas	
	1- Descrição das características do Sistema informático	Aplicações pertencentes ao ERP - AIRC Associação de Informática da Região Centro	
		SNC - Contabilidade	
		SNT – Tesouraria	
		SNP – Património	
		SGF – Faturação	
		TAX – Aplicação de Taxas	
	2- Demonstrações Financeiras intercalares documentadas		Não
	3- Descentralização contabilística		Não
7	OUTRA INFORMAÇÃO RELEVANTE		
7.1	Fundos Municipais atribuídos		
		Corrente	Capital
		Total	
	Fundo de Equilíbrio Financeiro	13 115 680,00 €	1 457 298,00 €
	Fundo Social Municipal	4 098 409,00 €	
	Participação no IRS	9 490 966,00 €	
	Transf. Competências – Lei 50/2018	19 385 701,00 €	
	Artigo 35º RFALEI	3 851 623,00 €	3 851 623,00 €
	Participação no IVA	592 134,00 €	
	TOTAL	50 534 513,00 €	5 308 921,00 €
7.3	Ações de Fiscalização		
	Identificação da última inspeção, averiguação ou inquérito, realizado ao município:		
	Data de ação – Desde junho de 2018 - Período abrangido 01/01/2017 a 31/12/2017 – Entidade: IGF – Inspeção Geral de Finanças – Controlo do Endividamento.		

Quadro 64: Caracterização da entidade

Referencial contabilístico

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com o SNC-AP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, na sua atual redação, tendo sido aplicadas subsidiariamente, de acordo com o artigo 13.º, pela ordem seguinte:

- Normas Internacionais de Contabilidade Pública em vigor;
- Sistema de Normalização Contabilística;
- Normas Internacionais de Contabilidade adotadas na União Europeia;
- Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board.

Foram ainda aplicados os requisitos das NCP e de relato financeiro relevantes para a entidade.

As notas relativamente às quais se considere não haver informação para que se justifique a sua divulgação, ou que não sejam significativas para a compreensão das demonstrações financeiras, não serão aplicáveis no presente anexo.

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam as presentes demonstrações financeiras, quaisquer eventos excepcionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-AP, e que tenham produzido efeitos materialmente relevantes.

Comparabilidade das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras referentes ao ano de 2025 foram elaboradas em conformidade com o SNC-AP.

Considerando que o município aplica o SNC-AP desde 1 de janeiro de 2020, nas demonstrações financeiras de 2025 a comparabilidade está assegurada.

Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

De seguida apresenta-se a desagregação dos saldos de caixa e seus equivalentes.

Valores em euros		
Conta	Euros	
Caixa		32 821 €
Depósitos à ordem		3 294 322 €
Depósitos à ordem no Tesouro		
Depósitos bancários à ordem	3 294 322 €	
Depósitos a prazo	502 288 €	502 288 €
Depósitos de garantias e cauções	3 605 294 €	3 605 294 €
Total de caixa e depósitos		7 434 724,22 €

Quadro 65: Discriminação dos saldos bancários

Nota 2 - Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 2 foram utilizadas nas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2025.

Não foram feitas derrogações às disposições do SNC-AP.

Ativos fixos tangíveis

A partir da data de transição, os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição que compreende o seu preço de compra, incluindo os direitos de importação e os impostos de compra não reembolsáveis, após dedução dos descontos e abatimentos, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condição necessárias, para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida,

e a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado, deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Na data da transição para o SNC-AP, o Município de Gondomar considerou como custo dos ativos fixos tangíveis o seu custo de aquisição.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Entidade, ou seja quando aumentam a vida útil dos ativos ou resultem em benfeitorias ou melhorias significativas. Os custos de assistência diária ou de reparação e manutenção são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

As vidas úteis, método de depreciação e valor residual dos bens são revistos anualmente. O efeito das alterações a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente. Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre o recebimento e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecidos como rendimentos ou gastos no período.

Propriedades de investimento

As propriedades de investimento encontram-se reconhecidas e mensuradas pelo modelo do custo, isto é, ao custo menos depreciações acumuladas e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, quando os bens estejam disponíveis para uso, pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos, em conformidade com as estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração a sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado. Para este efeito são tidas em consideração as vidas úteis de referência previstas no Classificador complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, desde que não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo.

Na transição, as Propriedades de Investimento foram objeto de reclassificação de acordo com as normas de contabilidade pública atuais.

O órgão executivo considera que o justo valor das propriedades de investimento corresponde ao seu valor líquido contabilístico.

Ativos intangíveis

O Município de Gondomar reconhece um ativo intangível sempre que o mesmo for identificável, exercer o controlo sobre o mesmo, seja provável que fluam benefícios económicos futuros para o Município e o seu custo possa ser fiavelmente mensurado.

Todos os bens do ativo intangível foram mensurados pelo seu custo.

As perdas de imparidade determinadas são reconhecidas em resultados do período.

Participações Financeiras

Os investimentos financeiros relevados no balanço encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das perdas por imparidades.

O Município detém ainda participações em entidades não societárias, cuja participação não se encontra revelada no balanço, dado não cumprirem os critérios de reconhecimento previstos no SNC-AP.

Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos fixos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de modo a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação.

Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecido como uma redução do gasto com a locação, igualmente numa base linear.

Instrumentos Financeiros

1. Clientes e outras contas a receber

As dívidas de clientes e outras contas a receber são mensuradas, quando reconhecidas inicialmente, pelo justo valor e, subsequentemente, pelo respetivo custo amortizado, o qual usualmente não difere do seu valor nominal. Quando existe evidência de que as mesmas se encontram em imparidade, procede-se ao registo do correspondente ajustamento em resultados. A imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objetiva de que a autarquia não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber, por regra, seis meses após a data de vencimento.

2. Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo seu valor nominal, dado o valor nominal não diferir significativamente do custo amortizado, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependente de o seu vencimento ocorrer a menos ou a mais de um ano, respetivamente.

Os custos de juros e outros gastos incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime do acréscimo.

3. Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas a fornecedores e outras contas a pagar são reconhecidas inicialmente pelo respetivo justo valor e, subsequentemente, pelo respetivo custo amortizado, o qual usualmente não difere do seu valor nominal.

4. Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual da transação.

5. Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica «Caixa e depósitos» correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor.

Acordos de concessão de serviços: Concedente

De acordo com a “NCP 4 – Acordos de Concessão de Serviços: Concedente” os acordos de concessão de serviços devem ser reconhecidos quando o Município de Gondomar controla quais os serviços que o concessionário tem de prestar com o ativo, a quem tem de os prestar e a que preço, controlando, através de propriedade, o ativo no final do termo do acordo.

Até à presente data o Município obteve as informações referentes aos ativos reversíveis da concessão com a empresa Águas de Gondomar.

Continuamos, no entanto, a não obter as necessárias e suficientes informações junto da E-REDES, para concluir a análise dos direitos, obrigações e eventuais responsabilidades emergentes dos contratos de concessão de serviços no âmbito da Norma Contabilística Pública 4 – Acordos de Concessão.

Depreciações e amortizações

As depreciações e amortizações correspondem à desvalorização normal dos ativos fixos, decorrentes do gasto com a sua utilização, sendo o método das quotas constantes (ou da linha reta) o método utilizado, considerando a vida útil de referência que consta no CC2.

Os terrenos não são depreciáveis.

Subsídios e outros apoios das entidades públicas

Os subsídios das entidades públicas não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos Fundos Próprios e subsequentemente, quando respeitam a ativos fixos tangíveis depreciables e intangíveis com vida útil definida, imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem.

Quanto aos que respeitem a ativos fixos tangíveis não depreciables, são mantidos nos Fundos Próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Provisões

São reconhecidas provisões quando:

1. A Entidade tem uma obrigação presente, legal ou construtiva como resultado de um acontecimento passado;
2. É provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação; e,
3. É possível efetuar uma estimativa fiável do valor dessa obrigação. Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão, de acordo com a estimativa das respetivas responsabilidades futuras.

A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada período, é reconhecida como um gasto financeiro.

Ativos e Passivos Contingentes

O Município de Gondomar reconhece os Ativos e Passivos contingentes.

Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos.

Os Ativos são divulgados, quando for provável um influxo de benefícios económicos. Os ativos e passivos contingentes são avaliados, no final de cada período de relato continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas demonstrações financeiras.

Se se tornar provável que um exfluxo de benefícios económicos futuros será exigido para um item previamente tratado como um passivo contingente, é reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras do período em que a alteração da probabilidade ocorra.

Se se tornar virtualmente certo de que ocorrerá um influxo de benefícios económicos, o ativo e o rendimento relacionado são reconhecidos nas demonstrações financeiras do período em que a alteração ocorra.

Benefícios dos empregados

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego quer por decisão unilateral da entidade quer por mútuo acordo são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

Regime do acréscimo

Os gastos e rendimentos são registados na base do acréscimo, pela qual são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes gastos e perdas e rendimentos e ganhos são registadas nas rubricas “Outras contas a receber”, “Outras contas a pagar” ou “Diferimentos”.

Reconhecimento de Gastos e Rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros Ativos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

Rendimentos

As matérias relacionadas com o reconhecimento e mensuração do rendimento de transações, são abordadas tendo em conta o prescrito nas NCP 13 – Rendimentos de transações com contraprestação e NCP 14 - Rendimentos de transações sem contraprestação.

O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para o município benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade.

Vendas e prestações de serviços

São reconhecidos pelo seu justo valor da retribuição recebida ou a receber. O justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui quaisquer impostos liquidados nas faturas. Os serviços podem ser prestados durante mais do que um período, atendendo-se, nesta circunstância ao regime do acréscimo.

Transferências e subsídios obtidos

As transferências/subsídios obtidos são reconhecidos quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que se cumprirão as condições exigidas para a sua concessão.

As transferências/subsídios relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos no Património Líquido, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados (rubrica Imputação de subsídios e transferências para investimentos) numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados, ou seja, na proporção dos respetivos gastos de depreciação e de amortização durante a vida útil dos ativos. No caso de o subsídio estar relacionado com ativos não depreciáveis, são mantidos no Património Líquido, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Acontecimentos após a data de Balanço

Os eventos ocorridos após a data do balanço sobre condições que existiam à data do balanço, são eventos ajustáveis considerados na preparação das demonstrações financeiras.

Os acontecimentos materiais após a data do balanço que não dão lugar a ajustamentos são divulgados na nota 17.

Imparidade

Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de imparidade de todos os Ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor.

Se existir evidência objetiva de imparidade, o montante de perda, a inscrever em resultados, para Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado resulta da diferença entre a quantia escriturada e o valor atual dos fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juro efetiva original do ativo financeiro, podendo ser revertida em período subsequente se deixar de existir prova objetiva de imparidade.

O montante de perda, a inscrever em resultados, para Ativos financeiros mensurados ao custo resulta da diferença entre a quantia escriturada e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de retorno do mercado corrente para um ativo financeiro semelhante.

Vida útil estimada e valor residual dos ativos fixos tangíveis

A vida útil estimada e valor residual do equipamento operacional foram determinados pelo Município de Gondomar de acordo com o Classificador Complementar 2 que consta da Portaria n.º 189/2016 ou CIBE - Cadastro e Inventário dos Bens do Estado que constava da Portaria n.º 671/2000 que, com base na nossa experiência, consideramos uma boa estimativa da vida útil destes Ativos.

Recuperabilidade de saldos devedores de clientes e outros devedores

As perdas por imparidade relativas a saldos devedores de clientes e outros devedores são baseadas na avaliação efetuada pelo Município de Gondomar quanto à existência de prova objetiva de imparidade e da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores.

Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo:

- Alterações da conjuntura económica,
- Deterioração da situação creditícia dos principais utentes e contribuintes e de incumprimentos significativos, face à situação pandémica.

Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos.

As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, consequentemente, diferentes impactos nos resultados.

Principais Pressupostos Relativos ao Futuro

As demonstrações financeiras do Município foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos, organizados elaborados de acordo com as NCP em vigor à data da elaboração das mesmas.

Principais Fontes de Incerteza das Estimativas

O SNC-AP requer que sejam efetuadas estimativas e julgamentos no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos gastos e rendimentos reais.

Erros materiais de períodos anteriores

Durante o exercício o Município procedeu há regularização de saldos de diversas rubricas relativos a:

- 1) Regularização de imputações a rendimentos de exercícios passados decorrentes de subsídios ao investimento;

- 2) Regularização de investimentos em curso que não cumprem os requisitos para serem inventariados;
- 3) Reconhecimento das depreciações acumuladas de ativo concluído em anos anteriores classificado em investimentos em curso;
- 4) Regularização das depreciações acumuladas dos ativos do contrato de concessão celebrado entre o Município de Gondomar e a "Águas de Gondomar, SA" reconhecidos em 2024, por alteração das vidas úteis;
- 5) Regularizações diversas (essencialmente guias de receita de anos anteriores).

O efeito destas regularizações nas rubricas de balanço foram os seguintes:

Nº	Descrição	Rubrica de balanço		Débito	Crédito
1)	Regularização de imputações a rendimentos de exercicios passados decorrentes de subsídios ao investimento	Património Líquido	Outras variações no património líquido	3 587 672,41	
		Património Líquido	Resultados transitados		3 587 672,41
2	Regularização de investimentos em curso que não cumprem os requisitos para serem inventariados	Património Líquido	Resultados transitados	299 691,55	
		Ativo	Ativo fixos tangíveis		299 691,55
3	Reconhecimento das depreciações acumuladas de ativo concluído em anos anteriores classificado em investimentos em curso	Património Líquido	Resultados transitados	223 676,18	
		Ativo	Ativo fixos tangíveis		223 676,18
4	Regularização das depreciações acumuladas dos ativos do contrato de concessão celebrado entre o Município de Gondomar e a "Águas de Gondomar, SA" reconhecidos em 2024, por alteração das vidas úteis	Património Líquido	Resultados transitados	4 828 700,19	
		Ativo	Ativos fixos tangíveis		4 828 700,19
5	Regularizações diversas (essencialmente guias de receita de anos anteriores)	Património Líquido	Resultados transitados	127 703,96	
		Ativo	Ativo fixos tangíveis	8 117,93	
		Ativo	Clientes		135 934,54
		Passivo	Outras contas a pagar	112,65	

Quadro 66: Movimentos de correção de ajustamentos

No global, os ajustamentos efetuados resultaram numa diminuição do ativo no valor de 5.479.884,53 euros, numa diminuição do património líquido no montante de 5.479.771,88 euros e numa diminuição do passivo no valor de 112,65 euros.

As demonstrações financeiras do ano de 2024 não foram reexpressas para refletir estas regularizações.

Nota 3 - Ativos intangíveis

Os bens do ativo intangível foram mensurados pelo seu custo, sendo depreciados pelo método da linha reta, durante o seu período de vida útil, em conformidade com o Classificador Complementar 2 (CC2) do SNC-AP.

Em 2025, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis encontra-se nos quadros seguintes.

Município de Gondomar										
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS - QUANTIA ESCRITURADA E VARIAÇÕES DO PERÍODO										
Anual (Período 14)										
Rubricas	Quantia Escriturada Inicial	Variações							Quantia Escriturada Final	
		Adições	Trasnf. Internas	Revalorizações	Rev. Perdas Impar.	Perdas Imparidade	Amort. Período	Diminuições		
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Goodwill	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Projetos de desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas de computador e sistemas de informação	733 698,76	375 178,19	-	-	-	-	-	330 242,32	-	778 634,63
Propriedade industrial e intelectual	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	66 876,71	-	-	-	-	-	-	-	-	66 876,71
Ativos intangíveis em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	800 575,47	375 178,19	-	-	-	-	-	330 242,32	-	845 511,34

Município de Gondomar										
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS - Adições										
Anual (Período 14)										
Rubricas	Adições									Total
	Internas	Compras	Cessão	Transf. Ou troca	Doação	Dação em pagamento	Locação	Fusão, cisão,...	Outras	
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Goodwill	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Projetos de desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas de computador e sistemas de informação	-	375 178,19	-	-	-	-	-	-	-	375 178,19
Propriedade industrial e intelectual	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos intangíveis em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	375 178,19	-	-	-	-	-	-	-	375 178,19

Município de Gondomar						Anual (Período 14)
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS - Dminuições						
Rubricas	Diminuições				Total	
	Alienação a título oneroso	Transferência ou troca	Fusão, cisão ou reestruturação	Outras		
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	-	-	-	-	-	
Goodwill	-	-	-	-	-	
Projetos de desenvolvimento	-	-	-	-	-	
Programas de computador e sistemas de informação	-	-	-	-	-	
Propriedade industrial e intelectual	-	-	-	-	-	
Outros	-	-	-	-	-	
Ativos intangíveis em curso	-	-	-	-	-	
TOTAL	-	-	-	-	-	

Quadro 67: Ativos Fixos Intangíveis

Nota 4 - Acordos de concessão de serviços: concedente

Resumo dos acordos de concessão de serviço:

Contrato de Concessão	Concessionário	Ativo de Concessão	Período de Concessão	Valor do Contrato	Valores em euros		
					Pagamentos ao Concessionário		
					Anos anteriores	Ano Corrente	Anos Futuros
Concessão de Distribuição de Energia Elétrica em Baixa Tensão	E-REDES - Distribuição de Eletricidade, S.A.	Distribuição do serviço público de Energia Elétrica	2021				
Contrato de concessão do serviço público de abastecimento de água	Águas de Gondomar, SA	Serviço público de abastecimento de água	Até Setembro 2031				
Contrato de concessão do serviço público de abastecimento de Gestão de estacionamento	ESSE - Estacionamento de Gondomar, SA	Lugares de Estacionamento Público Tarifados à Superfície e em Parques de Estacionamento Subterrâneo	Até Julho 2041				

Quadro 68: Acordos de concessão

Energia elétrica de baixa tensão – Concessionária E-Redes:

A concessão de energia elétrica em baixa tensão, cuja concessionária é a E-Redes, enquadra-se na NCP 4, e, por consequência, os ativos são considerados de concessão de serviços.

Estabelece o n.º 3 do artigo 285.º do Decreto-Lei n.º 15/2022, de 14 de janeiro, que estabelece a organização e o funcionamento do Sistema Elétrico Nacional, transpondo a Diretiva (UE) 2019/944 e a Diretiva (UE) 2018/2001, que até à efetiva entrada em operação do adjudicatário na operação da concessão, o concessionário da rede de distribuição de eletricidade em BT remete, anualmente, ao concedente o cadastro atualizado, em formato digital aberto, discriminando:

Ativos específicos de uma concessão, onde se incluem todos os ativos identificados como estando afetos a uma concessão específica;

Ativos partilhados por conjuntos de concessões, mediante a identificação dos ativos que estão a ser alvo de uma utilização partilhada e das respetivas concessões que estão a beneficiar dessa utilização;

Ativos partilhados por todas as concessões, onde se incluem os ativos que têm uma utilização em todo o território continental.

Dispõe ainda o artigo 285.º do mesmo diploma que, em relação às concessões das redes de distribuição em baixa tensão:

"1 - São prorrogados, sem necessidade de ulteriores termos, os contratos de concessão das redes de distribuição de eletricidade em BT, incluindo aqueles para os quais já haja transcorrido o seu prazo.

2 - A prorrogação operada pelo número anterior tem a duração necessária à efetiva entrada em operação do adjudicatário na operação da concessão, na sequência de concurso público para a sua atribuição.

..."

Não obstante, até à data da preparação e apresentação do presente relatório e contas não foi disponibilizado pela Concessionária a aludida informação, que, de forma completa e oportuna, permita a sua verificabilidade, direta ou indireta, optando-se por divulgar somente a informação constante dos quadros que se encontram em anexo.

Acresce salientar que o Comité de Normalização Contabilística Público (CNCP) da Comissão Executiva (CE) da Comissão de Normalização Contabilística (CNC), nos termos da alínea a) do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 134/2012, de 29 de junho, na reunião de 18 de fevereiro de 2025, reconheceu, no mesmo sentido:, na Orientação Técnica n.º 1 – Reconhecimento dos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão (BT) celebrados entre os municípios e a E-Redes, S.A. (ex-EDP Distribuição, S.A.) que:

- “As significativas dificuldades reportadas, por parte dos municípios, na obtenção de informação detalhada e atualizada de cada um dos ativos afetos àquelas concessões e respetivas vidas úteis, que permita o adequado reconhecimento / desreconhecimento e a mensuração daqueles ativos e respetivos subsídios ou entregas de terceiros, designadamente, a identificação detalhada dos ativos, individualmente ou em grupo quando tenham a mesma natureza e vida útil e, quando aplicável, a vida útil remanescente, separando os ativos adquiridos, construídos ou melhorados pelos concessionários daqueles adquiridos pelos concedentes e já reconhecidos por estes, bem como a sua monitorização no âmbito das normas aplicáveis;

- Que a NCP 4 prevê a existência de situações em que o concedente adquire os ativos e os coloca à disposição do concessionário, circunstância que se verifica no caso em apreço, a par de uma renda que remunera os municípios pelo contrato de concessão;
- Que as vidas úteis apresentadas pelo concessionário são as que decorrem das estipuladas na lei por categoria e não as previstas no Classificador Complementar 2;
- Que, ao longo do contrato, os municípios utilizaram diferentes referenciais contabilísticos, criando dificuldades na identificação e confirmação dos ativos
- adquiridos por estes e colocados à disposição do concessionário, não os identificando claramente no cadastro apresentado;
- Que a quantia da obrigação associada a um eventual passivo financeiro poderá não ser possível de ser mensurada com suficiente fiabilidade, com a indemnização a ser determinada após o fim do prazo de concessão por uma comissão a ser constituída.

Entende-se que, nesta situação muito específica, poderão não estar preenchidos os critérios para o reconhecimento de todos os ativos e passivos associados aos contratos de concessão ao abrigo da NCP 4, dado poderem existir incertezas significativas e/ou situações dependentes de eventos futuros que impedirão aquele reconhecimento.

Não obstante, deverão ser divulgados no anexo a natureza e termos dos acordos de concessão em causa, os riscos associados (ex.: garantias, cláusulas de rescisão), os ativos e passivos contingentes ao abrigo da NCP 15 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.”

Nota 5 - Ativos fixos tangíveis

Os bens do ativo fixo tangível foram mensurados pelo seu custo e o gasto de depreciação dos ativos inicia quando fica disponível para uso e cessa quando o ativo é desreconhecido. A autarquia utiliza o método das quotas constantes (ou da linha reta) para calcular as depreciações.

Em 2025, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos tangíveis encontra-se de seguida.

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS - QUANTIA ESCRITURADA E VARIAÇÕES DO PERÍODO

Rubricas	Quantia Escriturada Inicial	ADICÕES							Quantia Escriturada Final
		Adições	Transf. Internas	Revalorizações	Rev. Perdas Impar.	Perdas Imparidade	Depreciações Período	Diminuições	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural									- €
Terrenos e recursos naturais	7 224 305,70 €	521 541,59 €	1 989,90 €	- €	- €	- €	- €	1 989,90 €	7 741 867,49 €
Edifícios e outras construções	6 556 363,63 €	- €	852 652,10 €	- €	- €	- €	909 138,43 €	- €	6 499 877,30 €
Infraestruturas	45 054 610,86 €	36 360,54 €	3 325 732,80 €	- €	- €	- €	4 059 807,13 €	44 367,28 €	44 312 529,59 €
Património histórico, artístico e cultural	352 717,74 €	49 934,09 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	402 651,83 €
Outros	4 123 769,70 €	- €	- €	- €	- €	- €	280 041,54 €	- €	3 843 728,16 €
Bens de domínio público em curso	33 188 824,76 €	8 524 198,90 €	7 432 741,67 €	- €	- €	- €	- €	- €	34 280 281,99 €
	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Ativos fixos em concessão	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Terrenos e recursos naturais	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Edifícios e outras construções	2 655 316,46 €	2 493 127,39 €	- €	- €	- €	- €	790 605,15 €	2 493 127,39 €	1 864 711,31 €
Infraestruturas	39 957 222,81 €	54 692 113,02 €	- €	- €	- €	- €	15 300 683,27 €	54 204 447,33 €	25 144 205,23 €
Património histórico, artístico e cultural	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Ativos fixos em concessão em curso	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros ativos fixos tangíveis	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Terrenos e recursos naturais	57 358 547,20 €	912 766,91 €	227 938,77 €	- €	- €	- €	- €	226 914,15 €	58 272 338,73 €
Edifícios e outras construções	209 427 610,24 €	851 708,68 €	1 825 043,80 €	- €	- €	- €	7 397 074,12 €	- €	204 707 288,40 €
Equipamento básico	2 047 204,96 €	276 315,15 €	- €	- €	- €	- €	483 621,43 €	49 568,50 €	1 790 330,18 €
Equipamento de transporte	1 776 397,29 €	342 489,75 €	- €	- €	- €	- €	523 539,67 €	5 895,83 €	1 589 451,54 €
Equipamento administrativo	791 965,32 €	239 004,50 €	- €	- €	- €	- €	270 735,28 €	9 937,55 €	750 296,99 €
Equipamentos biológicos	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros	390 153,18 €	242 876,21 €	- €	- €	- €	- €	127 902,95 €	1 631,59 €	503 494,85 €
Ativos fixos tangíveis em curso	15 521 801,17 €	11 994 188,09 €	2 191 682,04 €	- €	- €	- €	- €	- €	25 324 307,22 €
Total	426 426 811,02 €	81 176 624,82 €	3 395 046,54 €	- €	- €	- €	30 143 148,97 €	57 637 879,52 €	417 627 360,81 €

Quadro 69: Ativos Fixos Tangíveis

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS - ADIÇÕES

Rubricas	ADIÇÕES								TOTAL
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou Troca	Expropriação	Doação	Fusão Cisão, ...	Outras	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural									
Terrenos e recursos naturais	-	4 012,48	-	-	449 544,89	3 559,89	-	64 424,33	521 541,59
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Infraestruturas	-	-	-	-	-	-	-	36 360,54	36 360,54
Património histórico, artístico e cultural	-	9 434,09	-	-	-	-	-	40 500,00	49 934,09
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bens de domínio público em curso	-	8 524 198,90	-	-	-	-	-	-	8 524 198,90
	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos fixos em concessão	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-	-	2 493 127,39	2 493 127,39
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-	-	54 692 113,02	54 692 113,02
Infraestruturas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Património histórico, artístico e cultural	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos fixos em concessão em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos e recursos naturais	209 678,70	70 428,51	-	477,53	274 688,24	-	-	357 493,93	912 766,91
Edifícios e outras construções	629 036,11	121 072,63	-	-	-	-	-	101 599,94	851 708,68
Equipamento básico	-	256 777,22	-	-	-	-	-	19 537,93	276 315,15
Equipamento de transporte	-	342 484,35	-	-	-	-	-	5,40	342 489,75
Equipamento administrativo	-	236 571,25	-	-	-	-	-	2 433,25	239 004,50
Equipamentos biológicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	239 010,87	-	-	-	-	-	3 885,34	242 876,21
Ativos fixos tangíveis em curso	-	11 994 188,09	-	-	-	-	-	-	11 994 188,09
	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	838 714,81	21 798 178,39	-	477,53	724 233,13	3 559,89	-	57 811 461,07	81 176 624,82

Quadro 70: Adições dos Ativos Fixos Tangíveis

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS - VARIAÇÕES DAS DEPRECIÇÕES E PERDAS POR IMPARIDADES ACUMULADAS

Rubricas	Início do Período				Final do Período			
	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por imp. Acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Depreciações acumuladas	Perdas por imparidade acumulada	Quantia escriturada
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	7 224 305,70	-	-	7 224 305,70	7 741 867,49	-	-	7 741 867,49
Edifícios e outras construções	8 718 794,14	2 610 920,92	-	6 107 873,22	9 571 446,24	3 071 568,94	-	6 499 877,30
Infraestruturas	255 754 028,35	210 699 417,49	-	45 054 610,86	259 071 754,21	214 759 224,62	-	44 312 529,59
Património histórico, artístico e cultural	353 165,07	447,33	-	352 717,74	403 099,16	447,33	-	402 651,83
Outros	8 206 945,65	4 083 175,95	-	4 123 769,70	8 206 945,65	4 363 217,49	-	3 843 728,16
Bens de domínio público em curso	33 188 824,76	-	-	33 188 824,76	34 280 281,99	-	-	34 280 281,99
Ativos fixos em concessão	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	4 899 520,50	1 795 713,63	-	3 103 806,87	4 899 520,50	3 034 809,19	-	1 864 711,31
Infraestruturas	106 588 629,73	66 631 406,92	-	39 957 222,81	107 076 295,42	81 932 090,19	-	25 144 205,23
Património histórico, artístico e cultural	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos fixos em concessão em curso	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos e recursos naturais	57 358 547,20	-	-	57 358 547,20	58 272 338,73	-	-	58 272 338,73
Edifícios e outras construções	310 513 777,21	101 086 166,97	-	209 427 610,24	313 190 529,49	108 483 241,09	-	204 707 288,40
Equipamento básico	9 195 874,04	7 148 669,08	-	2 047 204,96	9 422 620,69	7 632 290,51	-	1 790 330,18
Equipamento de transporte	4 763 392,46	2 986 995,17	-	1 776 397,29	5 099 986,38	3 510 534,84	-	1 589 451,54
Equipamento administrativo	5 816 317,12	5 024 351,80	-	791 965,32	6 045 384,07	5 295 087,08	-	750 296,99
Equipamentos biológicos	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	3 964 187,19	3 574 034,01	-	390 153,18	4 205 431,81	3 701 936,96	-	503 494,85
Ativos fixos tangíveis em curso	15 521 801,17	-	-	15 521 801,17	25 324 307,22	-	-	25 324 307,22
Total	832 068 110,29	405 641 299,27	-	426 426 811,02				417 027 360,81

Quadro 71: Ativos Fixos Tangíveis - Variações do período

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS - DIMINUIÇÕES						
Rubricas	ADIÇÕES					TOTAL
	Alienações a título oneroso	Transferência ou troca	Devolução ou reversão	Fusão, Cisão, Reestruturação	Outras	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural	-	-	-	-	-	- €
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	1 989,90	1 989,90
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-
Infraestruturas	8 006,74	-	-	-	36 360,54	44 367,28
Património histórico, artístico e cultural	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-
Bens de domínio público em curso	-	-	-	-	1 203 364,50	1 203 364,50
Ativos fixos em concessão	-	-	-	-	-	-
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	2 493 127,39	2 493 127,39
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	54 204 447,33	54 204 447,33
Infraestruturas	-	-	-	-	-	-
Património histórico, artístico e cultural	-	-	-	-	-	-
Ativos fixos em concessão em curso	-	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-	-
Terrenos e recursos naturais	172 061,42	3 196,17	-	-	51 656,56	226 914,15
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-
Equipamento básico	-	-	-	-	49 568,50	49 568,50
Equipamento de transporte	-	-	-	-	5 895,83	5 895,83
Equipamento administrativo	-	-	-	-	9 937,55	9 937,55
Equipamentos biológicos	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	1 631,59	1 631,59
Ativos fixos tangíveis em curso	-	-	-	-	2 191 682,04	2 191 682,04
Total	180 068,16	3 196,17	-	-	60 249 661,73	60 432 926,06

Quadro 72: Ativos Fixos Tangíveis - Diminuições

Nota: Face a limitações do programa informático do património não nos é possível identificar com o devido rigor a desagregação das adições, depreciações e diminuições do período.

Nota 6 – Locações

6.1 Locações Financeira

À data de 31 de dezembro de 2025, o Município de Gondomar não tinha qualquer contrato de locação financeira.

6.2 Locações Operacionais

À data de 31 de dezembro de 2025, o Município de Gondomar tem contratualizados os seguintes contratos de locação operacional.

LOCAÇÕES OPERACIONAIS

2025

Bens Locados	Nº Comp	Valor do Contrato c/ IVA	Pagamentos efetuados				Futuros pagamentos mínimos			
			Período		Acumulado		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total
			Pagamentos mínimos	Rendas contingentes	Pagamentos mínimos	Rendas contingentes				
Veiculos Automóveis	55268	85 977,55 €	2 619,90 €		85 297,47 €					- €
Veiculos Automóveis	58004	66 242,88 €	2 116,60 €		61 320,85 €		- €			- €
Veiculos Automóveis	64409	260 210,24 €	64 246,09 €		255 846,29 €		- €	- €	- €	- €
Veiculos Automóveis	69521	729 016,15 €	225 547,56 €		571 315,08 €	227 889,30 €	- €	- €	- €	227 889,30 €
Veiculos Automóveis	73391	755 512,74 €	241 658,10 €		499 426,74 €	144 417,62 €	192 848,38 €	- €	- €	337 266,00 €
Veiculos Automóveis	77793	71 733,60 €	10 951,50 €		27 206,31 €	21 127,54 €	21 527,79 €	- €	- €	42 655,33 €
Veiculos Automóveis	85749	592 655,33 €	12 210,80 €		12 210,80 €	120 767,68 €	248 163,83 €	211 513,02 €		580 444,53 €
TOTAL			559 350,55 €		1 512 623,54 €	514 202,14 €	462 540,00 €	211 513,02 €		1 188 255,16 €

Quadro 73: Mapa das locações operacionais

Nota 7 - Custo de empréstimos obtidos

Os financiamentos obtidos estão mensurados pelo seu valor nominal, não sendo materialmente relevante a sua contabilização ao custo amortizado.

Os custos de juros e outros gastos incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime do acréscimo.

Junta-se o mapa dos empréstimos.

CÂMARA MUNICIPAL DE GONDOMAR
MAPA DOS EMPRÉSTIMOS A MEDIO E LONGO PRAZO

Nº	FINALIDADES	Emissão	Divida a 1 de Janeiro de 2025		Encargos 2º Trimestre 2025		Divida a 30 de Junho de 2025		Divida a 30 Setembro de 2025		Encargos 4º Trimestre		Encargos Anuais		Divida a 31 de Dezembro de 2025
			Amortização	Juros	Amortização	Juros	Amortização	Juros	Amortização	Juros	Amortização	Juros	Amortização	Juros	
25	Financiamento à construção do Pavilhão Multissportivo de Gondomar - (FEDER) - (I) (TERMINOU A 31/07/2025)	80T	236 840,30	2 676,65 €	118 421,05	-	118 421,25	2 101,34	0,00	- €	- €	355 263,15 €	4 770,79 €	0,00 €	
38	Financiamento à construção de Edifícios Escolares	CGD	725 054,08	8 784,46 €	16 191,26	7 740,19	16 691,28	6 804,55	683 372,44	6 520,08 €	15 903,22 €	65 480,14 €	29 856,28 €	679 660,22 €	
109	Financiamento à construção de Centros Escolares	BCP	1 624 520,31	11 846,84 €	17 944,48	10 811,54	18 727,97	9 204,06	1 587 847,76	9 207,99 €	18 837,25 €	72 901,43 €	41 072,43 €	1 589 020,51 €	
	Sub-Total (empréstimos excepcionados)		2 586 817,49	29 311,75 €	151 556,79	18 551,73	153 840,50	18 109,95	2 280 420,20	15 737,07 €	35 730,47 €	493 594,92 €	75 710,50 €	2 244 680,73 €	
15	Liquidação dívida EDP	BPI	10 308 975,36	94 790,80 €	180 120,96	89 632,82 €	180 120,96	77 356,32	9 846 632,48	75 087,08 €	180 120,96 €	710 683,84 €	336 870,02 €	9 666 491,52 €	
16	Cessão de Créditos Habitação - TERMINOU	BPI	935 844,07	64 334,59 €	232 226,64	34 773,36	234 855,98	32 137,34	239 086,04	930,64 €	239 086,04 €	935 844,07 €	132 155,93 €	- €	
17	Cessão de Créditos Habitação - TERMINOU	80T	782 825,04	114 074,28 €	308 976,33	-	234 855,99	-	239 092,72	18 074,96 €	239 092,72 €	935 850,76 €	132 149,24 €	- €	
27	Financiamento destinado a aquisição 349 fogos de habitação Social (complementar)	80T	1 524 872,23	12 090,32 €	43 026,50	9 931,38	44 032,15	8 028,50	1 487 923,58	7 552,69 €	44 379,09 €	173 300,18 €	37 658,89 €	1 393 544,40 €	
28	Financiamento destinado a aquisição 156 fogos de habitação Social - (Mo. S. Pedro da Cora	CGD	1 385 437,19	4 316,29 €	39 685,63	3 543,10 €	40 058,59	2 863,57	1 285 674,97	2 650,73 €	40 184,99 €	159 383,96 €	13 415,69 €	1 245 480,96 €	
29	Financiamento destinado a aquisição 100 fogos de habitação Social - Bagulim do Monte	CGD	886 416,81	2 802,10 €	25 782,27	2 300,15	26 005,68	1 859,01	834 646,86	1 746,10 €	26 087,74 €	103 340,83 €	8 709,36 €	808 561,12 €	
30	Financiamento destinado a aquisição 93 fogos de habitação Social - Zorra, S. Corneio	CGD	754 609,96	2 385,44 €	21 931,52	1 958,12	22 138,74	1 502,58	719 539,70	1 488,16 €	22 208,59 €	87 974,44 €	7 414,30 €	688 351,11 €	
31	Construção do Centro de Acolhimento de Crianças e Jovens de Gondomar	CGD	392 056,04	4 860,46 €	8 956,68	4 262,68	363 497,36	3 794,99	374 262,02	3 612,56 €	9 352,62 €	36 202,73 €	16 520,71 €	364 900,40 €	
32	Financiamento à construção de Edifícios Escolares	CGD	1 423 926,91	17 835,13 €	32 873,16	25 744,93	33 888,15	13 815,31	1 387 145,40	13 256,01 €	34 318,67 €	132 843,00 €	60 621,38 €	1 322 846,73 €	
33	Financiamento complementar para aquisição de 109 fogos em 5ª Eufélia	80T	709 305,88	7 576,73 €	14 306,73	6 597,59	14 753,36	5 946,17	680 105,79	5 217,72 €	18 187,32 €	60 892,82 €	25 342,21 €	661 918,47 €	
34	Financiamento complementar para aquisição de 88 fogos na Triana	80T	546 856,14	9 734,96 €	11 137,89	8 474,67	11 485,59	7 660,48	524 222,66	6 702,22 €	8 304,38 €	42 202,05 €	32 353,33 €	515 308,28 €	
35	Financiamento para aquisição de 109 fogos em 5ª Eufélia	HRU	1 277 898,08	- €	65 803,02	31 305,14	-	-	1 212 065,96	8 772,70 €	67 258,96 €	133 596,55 €	20 077,84 €	1 144 807,00 €	
36	HRU - Empréstimo 85 fogos - Triana	HRU	994 817,12	8 801,01 €	51 227,46	8 801,01 €	943 589,96	-	943 589,96	6 829,53 €	52 360,90 €	103 588,36 €	15 630,53 €	891 226,76 €	
100	Financiamento à construção de Centros Escolares	BCP	1 416 055,78	24 056,75 €	36 432,74	21 950,89	38 023,65	18 687,03	1 341 599,59	18 686,00 €	38 125,03 €	148 012,02 €	83 399,47 €	1 303 374,56 €	
53	Financiamento para aquisição de 43 fogos em Vila Verde	HRU	529 292,74	8 844,49 €	-	-	16 850,57	6 036,56	512 442,22	158,32 €	- €	32 376,01 €	15 016,37 €	512 442,22 €	
59	Financiamento destinado à reabilitação de fogos de Habitação Social - Oeiras	HRU	203 270,56	2 525,31 €	-	-	9 406,30	1 640,28	193 864,26	-	-	18 861,88 €	4 165,60 €	193 864,26 €	
101	Liquidação dívida EDP	CGD	10 246 893,92	100 980,85 €	180 120,96	101 415,30	180 120,96	82 401,00	9 906 652,00	80 046,39 €	180 120,96 €	710 683,84 €	364 843,54 €	9 726 511,04 €	
	Sub-Total (empréstimos não excepcionados)		31 987 986,36	471 203,53 €	1 252 576,49	329 680,94	1 095 831,96	263 761,14	31 639 557,91	250 854,80 €	1 199 908,97 €	4 544 579,34 €	1 306 499,41 €	30 439 646,94 €	
	TOTAL		36 574 705,85	494 514,28 €	1 405 153,28	359 232,67	1 289 672,46	281 871,09	35 919 978,11	266 534,87 €	1 235 839,44 €	5 038 174,26 €	1 382 209,91 €	32 664 336,67 €	

Quadro 74: Mapa dos Empréstimos

Nota 8 - Propriedades de investimento

As propriedades de investimento são mensuradas ao custo. O custo de aquisição compreende o seu preço de compra e quaisquer outros gastos que lhe sejam diretamente imputáveis.

De seguida apresenta-se o quadro com as propriedades de investimento no início e no final.

Município de Gondomar									
PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO - QUANTIA ESCRITURADA E VARIAÇÕES DO PERÍODO									
Rubricas	Quantia Escriturada Inicial	Variações							Quantia Escriturada Final
		Adições	Trasnf. Internas	Revalorizações	Rev. Perdas Impar.	Perdas Imparidade	Amort. Período	Diminuições	
Propriedades de Investimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bens do Domínio Público	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos e Recursos Naturais	341 639,74	-	-	-	-	-	-	-	341 639,74
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Propriedades de investimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Propriedades de Investimento em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	341 639,74	-	-	-	-	-	-	-	341 639,74

Modelo do Custo

Município de Gondomar

Anual (período 14) 2025

Propriedades de Investimento - Adições

RUBRICAS	Adições									
	Internas	Compra	Cessão	Transfer. ou troca	Doação	Doação em pagamento	Locação fin.	Fusão, cisão, ...	Outras	Total
Propriedades de Investimento										
Bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Propriedades de Investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedades de Investimento em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Totais:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Modelo do Custo

Município de Gondomar

Anual (período 14) 2025

Propriedades de Investimento - Diminuições

RUBRICAS	Diminuições				
	Alienações a título oneroso	Transferência ou troca	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Propriedades de Investimento					
Bens de domínio público		0,00	0,00	0,00	0,00
Terrenos e recursos naturais		0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções		0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Propriedades de Investimento		0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedades de Investimento em curso		0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00

Quadro 75: Propriedades de investimento

Nota 9 - Imparidade de ativos

Município de Gondomar		Anual (Período 14)		
Imparidade de Ativos				
Classes	Quantia Bruta	Perdas por imparidade acumulada	Reversão de imparidades	Quantia recuperável
Clientes, contribuintes e utentes	5 261 002,87	3 473 401,30	-	1 787 601,57
Investimentos financeiros	9 229 867,01	371,15	-	9 229 495,86
TOTAL	14 490 869,88	3 473 772,45	-	11 017 097,43

Quadro 76: Imparidade de ativos

No período foram constituídas perdas por imparidade para dividas a receber de clientes, contribuintes e utente no valor de 122.340,56 euros.

Nota 10 - Inventários

Não existem inventários registados no Município de Gondomar.

Nota 13 - Rendimento de transações com contraprestação

As notas têm por objetivo prescrever o tratamento contabilístico do rendimento proveniente de transações e acontecimentos que tenham uma contraprestação, destacando como aspeto principal a determinação do momento do reconhecimento.

O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade. De seguida apresenta-se o detalhe:

Rendimento de transações com contraprestação até 31/12/2025

Tipo de rendimento	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património líquido	Início do período	Final do período	
704 Taxas, multas e outras penalidades					
7041 Taxas	380,40	0,00	0,00	0,00	0,00
7043 Taxas específicas das autarquias locais	5 285 767,92	0,00	0,00	0,00	0,00
7044 Multas e outras penalidades	488 544,47	0,00	0,00	0,00	0,00
71 Vendas					
711 Mercadorias	161,94	0,00	0,00	0,00	0,00
72 Prestação de serviços					
7203 Serviços específicos das autarquias locais	12 677 649,38	0,00	0,00	0,00	0,00
7205 Concessões	8 499 751,70	0,00	0,00	0,00	0,00
7208 Serviços sociais, recreativos, culturais e desporto	1 152,51	0,00	0,00	0,00	0,00
7211 Aluguer de equipamentos	151 854,24	0,00	0,00	0,00	0,00
7212 Arrendamento	772 347,72	0,00	0,00	0,00	0,00
7299 Outros serviços	4 131,42	0,00	0,00	0,00	0,00
78 Outros rendimentos					
781 Rendimentos suplementares	41,25	0,00	0,00	0,00	0,00
785 Rendimentos em entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	35 010,55	0,00	0,00	0,00	0,00
787 Rendimentos em investimentos não financeiros	493 514,54	0,00	0,00	0,00	0,00
7880 Outros rendimentos do Estado	633,28	0,00	0,00	0,00	0,00
7881 Correções relativas a períodos anteriores	1 956 793,40	0,00	0,00	0,00	0,00
7889 Outros não especificados	1 167 878,32	0,00	0,00	0,00	0,00
79 Juros, dividendos e outros rendimentos similares					
79 Juros, dividendos e outros rendimentos similares	66 546,39	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	31 602 159,43	0,00	0,00	0,00	0,00

Quadro 77: Rendimentos de transações com contraprestação

Nota 14 - Rendimento de transações sem contraprestação

As transações sem contraprestação subdividem-se em impostos e transferências. Os impostos são benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas, de acordo com disposições legais adequadas, criadas para proporcionar rendimento às administrações públicas. As transferências são influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço provenientes de transações sem contraprestação que não sejam impostos.

Rendimentos de transações sem contraprestação até 31/12/2024						Anual (Período 14)
Tipo de Rendimento		Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		
		Resultados	Património Líquido	Íncio do Período	Final do Período	
701	Impostos Diretos	26 085 845,78 €	- €	- €	- €	
70103	Derrama	2 144 267,00 €	- €	- €	- €	
70105	Imposto municipal sobre imóveis	19 336 908,00 €	- €	- €	- €	
70106	Imposto único de circulação	4 602 752,89 €	- €	- €	- €	
70199	Outros	1 917,89 €	- €	- €	- €	
702	Impostos Indiretos	- €	- €	- €	- €	
70208	Impostos indiretos específicos das autarquias locais	911 062,94 €	- €	- €	- €	
70210	Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis	17 954 193,91 €	- €	- €	- €	
75	Transferências e subsídios correntes obtidos	- €	- €	- €	- €	
75111	Estado	48 426 765,34 €	- €	- €	- €	
7514	Resto do Mundo	115 788,44 €	- €	- €	- €	
752	Subsídios correntes	2 807 531,51 €	- €	- €	- €	
76	Reversões					
763	De provisões	429 343,63 €				
78	Outros rendimentos	- €	- €	- €	- €	
7883	Imputação de subsídios e transferências para investimentos	3 818 591,82 €	- €	- €	- €	
5939111	FEF Capital	- €	1 457 298,00 €	- €	- €	
5939112	Artigo 35º	- €	3 851 623,00 €	- €	- €	
TOTAL		126 634 969,15	5 308 921,00	-	-	

Quadro 78: Rendimentos de transações sem contraprestação

Nota 15 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

15.1 Provisões

Relativamente aos diversos processos judiciais que se encontram em curso, quer instaurados pelo Município de Gondomar, quer instaurados por outras entidades, após reapreciação jurídica para efeitos de prestação anual das contas, foi diminuída.

Valores em euros

	Quantia Escriturada Inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia Escriturada Final
		Reforços	Aumentos da Quantia Escriturada	Outros Aumentos	Total dos Aumentos	Utilizações	Reversões	Outras Diminuições	Total das Diminuições	
Processos Judiciais em curso	3 179 751,28 €	408 638,96 €	- €	- €	408 638,96 €	320 325,54 €	429 343,63 €		749 669,17 €	2 838 721,07 €
Outras provisões	48 017,65 €	- €			- €					48 017,65 €
TOTAL	3 227 768,93 €	408 638,96 €	- €	- €	408 638,96 €	320 325,54 €	429 343,63 €	- €	749 669,17 €	2 886 738,72 €

Quadro 79: Mapa das provisões

Em documento anexo, segue a listagem dos processos judiciais em curso.

15.2. Passivos contingentes

Os passivos contingentes identificam-se como segue:

Passivos Contingentes	
Natureza Passivos Contingentes	Quantias Associadas
Processos judiciais em curso	15 531 425,85
Garantias bancárias prestadas pelo Município	82 962,56
Total	15 614 388,41

Quadro 80: Passivos contingentes

No decurso normal da sua atividade, existem ainda diversos litígios e contingências (de risco possível) envolvendo o Município de Gondomar, cujo risco de perda destas ações não é provável e o desfecho das mesmas não afetará de forma material a posição financeira do Município. Assim, os processos destas naturezas cujas perdas foram estimadas como possíveis, não requerem a constituição de provisões e são periodicamente reavaliados.

As garantias bancárias não financeiras prestadas pelo Município, por não ser provável que decorra da sua utilização um ex-fluxo de recursos, têm de igual modo um carácter contingente.

Não dispomos de informação relativamente ao contrato de concessão com a E-Redes que nos permite estimar qualquer valor relativamente a passivos e/ou ativos contingentes.

15.3. Ativos contingentes

Ativos Contingentes	
Natureza Passivos Contingentes	Quantias Associadas
Contratos de concessão	1 680 572,86
Garantias bancárias prestadas por terceiros	532 254,93 €
Total	2 212 827,79

Quadro 81: Ativos contingentes

As garantias bancárias não financeiras prestadas por terceiros, por assegurarem o bom cumprimento das obrigações legais contratuais, também se enquadram nesta rubrica.

Estes montantes não se encontram reconhecidos enquanto ativo do Município de Gondomar na medida em que, o seu carácter contingente, não permite que tais valores cumpram com os critérios de reconhecimento de um ativo.

Nota 17 – Acontecimentos após a data de relato

Continua a guerra iniciada em fevereiro de 2022 pela Federação Russa à Ucrânia e a guerra entre Israel e o Hamas na Faixa de Gaza com início em outubro de 2023, sendo, ainda, relevante os impactos das políticas norte-americanas relativas às tarifas impostas e que poderão ditar um cenário de incerteza com impactos imprevisíveis aos mais variados níveis.

Entre janeiro e fevereiro de 2026, várias tempestades fustigaram Portugal, causando destruição massiva, especialmente na região Centro e distrito de Leiria. As chuvas intensas, provocaram inundações, cortes de energia e nas comunicações e danos estruturais, levando a um Estado de Calamidade, a apoios governamentais, à aprovação de lay-off simplificado com salários a 100% e moratória de 90 dias no crédito para afetados (Decreto-Lei n.º 31-B/2026, de 05/02), bem como a previsão de um impacto significativo nas contas públicas e no PIB, cujo impacto ainda não é quantificável.

Após a data de relato, o conflito no Médio Oriente passou a constituir um fator adicional de incerteza com potencial impacto sobre a atividade da entidade, designadamente ao nível do custo da energia, da disponibilidade e preço de bens e serviços e da evolução geral das condições económicas. Por se tratar de um acontecimento subsequente que não dá lugar a ajustamentos nas demonstrações financeiras de 2025, não foi efetuada qualquer alteração aos valores reconhecidos em 31 de dezembro de 2025.

Nota 18 – Instrumentos Financeiros

18.1. Ativos financeiros

Rubricas	Quantia escriturada dos ativos financeiros							Quantia escriturada final
	Quantia escriturada inicial	Aumentos			Diminuições			
		Aquisições	Ganhos de justo valor	Outros	Liquidações	Perdas de justo valor	Outros	
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados								0,00
Ativos financeiros detidos para negociação								0,00
Participações financeiras - justo valor								0,00
Outros ativos financeiros								0,00
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado								0,00
Participações financeiras - MEP								0,00
Participações financeiras - custo	9 229 495,86							9 229 495,86
Outros ativos financeiros								0,00
Devedores por transf. subsídios não reembolsáveis								0,00
Clientes, contribuintes e utentes	1 735 147,76			52 453,81				1 787 601,57
Estado e outros entes públicos								0,00
Outras contas a receber	40 888 446,75			1 792 713,87			248 117,05	42 433 043,57
Caixa e depósitos	7 266 593,00			168 131,22				7 434 724,22
Outros investimentos financeiros								0,00
Total	59 119 683,37	0,00	0,00	2 013 298,90	0,00	0,00	248 117,05	60 884 865,22

Quadro 82: Ativos Financeiros

18.2. Passivos financeiros

Rubricas	Quantia escriturada dos passivos financeiros							Quantia escriturada final
	Quantia escriturada inicial	Aumentos			Diminuições			
		Aquisições	Ganhos de justo valor	Outros	Liquidações	Perdas de justo valor	Outros	
Passivos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados								0,00
Passivos financeiros detidos para negociação								0,00
Outros passivos financeiros								0,00
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado								0,00
Credores por transferência de subsídios não reembolsáveis	63 136,06			579 395,20 €				642 531,26
Fornecedores	15 582 042,20						3 553 124,77	12 028 917,43
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes								0,00
Estado e outros entes públicos	585 484,51						96 131,36	489 353,15
Financiamentos obtidos	37 722 512,96						5 038 174,29	32 684 338,67
Fornecedores de investimentos	6 144 928,45						368 896,58	5 776 031,87
Outras contas a pagar	12 890 774,49			689 746,84				13 580 521,33
Outros passivos financeiros								0,00
Total	72 988 878,67	0,00	0,00	1 269 142,04	0,00	0,00	9 056 327,00	65 201 693,71

Quadro 83: Passivos Financeiros

18.3. Outros investimentos financeiros que não sejam participações de capital em entidades controladas, associadas ou acordos conjuntos

Nos quadros seguintes indica-se a participação do Município de Gondomar em entidades societárias e não societárias:

Município de Gondomar

Ano: 2025

A. Participações em entidades societárias

Da data 01/01/2025 à data 31/12/2025

Entidade participada		Tipo de Entidade	CAE	Capital	Participação no final do exercício			Forma da realização do capital		Obs.
Denominação	N.I.P.C				Valor nominal subscrito	%	Valor nominal realizado	Meios monetários (montante)	Em espécie (montante)	
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
Metro do Porto, SA	503278602	Societária	60211	8 517 540,00	5,000,01		5,00	5,00		
Águas do Douro e Paiva S.A.	503537624	Societária		20 902 500,00	842 185,004,34		842 185,00	842 185,00		
FAM - Fundo de Apoio Municipal	513319182	Societária	84113	417 857 175,00	1 822 428,000,44		1 822 428,00	1 822 428,00	0,00	
Primus - Promoção e Desenvolvimento Regional, S.A.	504558161	Societária		163 098,00	499,01		499,01	163 098,00		
Sociedade Transportes Colectivos do Porto, S.A. - STCP	500246467	Societária		90 000 000,00	6 552 000,007,28		5,00	5,00		

Quadro 84: Mapa das participações em entidades societárias

Município de Gondomar

Ano: 2025

B. Participações em entidades não societárias

Da data 01/01/2025 à data 31/12/2025

Entidade participada		Tipo de Entidade	CAE	Capital estatutário	Contribuição			Ob.
Denominação	N.I.P.C				Em N	Forma da realização		
1	2	3	4	5	6	7	8	9
						Meios monetários	Em espécie	
Associação Nacional Municípios Portugueses - ANMP	501627413	Não Societária			7 262,52		7 082,15	
Lipor - Associação de Municípios p ^a . Gestão Sustentável de Resíduos do Grand	501394192	Não Societária			52 291 466,31	1 079 004,72	1 462 728,39	
Área Metropolitana do Porto	502823305	Não Societária			4 705 959,05	91 577,00	91 577,00	
Turismo do Porto e Norte de Portugal, E.R.	508905435	Não Societária			2 284 950,70	1 500,00	1 500,00	
ADRITEM-Associação de Desenv ^o . Rural Integrado das Terras de S ^a .Maria	508225736	Não Societária			0,00	25 000,00	25 000,00	
Agência de Energia do Porto - Adeporto	507886550	Não Societária			225 500,00	20 484,00	29 479,00	
Associação de Municípios Parque das Serras do Porto	513966927	Não Societária			0,00	70 000,00	85 000,00	

Quadro 85: Mapa das participações em entidades não societárias

Mapa com a discriminação das entidades que compõem o saldo da conta 41- Investimentos Financeiros

Entidade	NIF	Quantia Escriturada Inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia Escriturada Final
			Compras	Ganhos Justo Valor	Recresções Por imparidade	Outros	Alienações	Perdas de justo valor	Perdas por imparidade	Outros	
Metro do Porto, SA	503278602	5 €									5 €
Águas do Douro e Paiva S.A.	503537624	842 185 €									842 185 €
FAM - Fundo de Apoio Municipal	513319182	1 822 428 €									1 822 428 €
Primus - Promoção e Desenvolvimento Regional, S.A.	504558161	128 €									128 €
AdePorto - Agência de Energia do Porto	507886550	12 750 €									12 750 €
Sociedade Transportes Colectivos do Porto, S.A. - STCP	500246467	6 552 000 €									6 552 000 €
TOTAL											9 229 496 €

Quadro 86: Mapa dos investimentos financeiros

É política do Município reconhecer um ativo, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Nota 19 – Benefício dos Empregados

Estabelece a NCP 19 que as responsabilidades por benefícios de curto prazo, nos quais se incluem remunerações certas e permanentes (salários, ordenados, subsídio de alimentação, subsídio de férias, subsídio de natal, e despesas de representação), abonos variáveis ou eventuais e contribuições para regimes de proteção obrigatórios, são mensurados numa base não descontada, uma vez que não existe a possibilidade de qualquer ganho ou perda atuarial.

Assim, as obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas pela quantia não descontada: como um passivo, em acréscimo de gastos, das quantias relativas aos direitos, nomeadamente de férias e subsídio de férias do período, que são somente pagas durante o período de relato seguinte.

como um gasto, exceto se outra norma (NCP 5 - Ativos Fixos Tangíveis e NCP 10 - Inventários) exija ou permita a inclusão destes benefícios no custo de um ativo;

como um ativo, em gasto antecipado, se a quantia já paga exceder a quantia não descontada dos benefícios, na extensão em que o pré-pagamento conduza, por exemplo, a uma redução em pagamentos ou a uma devolução de dinheiro.

Foram reconhecidos no período do relato, como passivos relativos a benefícios de curto prazo respeitantes a remuneração de férias e remuneração de subsídio de férias, em Credores por acréscimos de gastos Remunerações a liquidar, no montante de 5.517.867,62 euros.

No período em análise, os gastos com o pessoal ascenderam a 40.850.981,11 euros.

Nota 20 – Divulgações de partes relacionadas

As pessoas chave da gestão são constituídas pelos membros do órgão executivo identificados na nota 1.

No exercício os gastos com pessoal relativos a membros do órgão executivo ascenderam a 635.014,89 euros.

Nota 21 – Relato por segmentos

Um segmento é uma atividade ou grupo de atividades distinguíveis de uma entidade relativamente às quais é apropriado relatar informação financeira separada com a finalidade de avaliar o desempenho passado da entidade para atingir os seus objetivos, e tomar decisões acerca da futura alocação de recursos.

Numa perspetiva de demonstrações financeiras individuais, o Município identifica um único segmento, motivo pelo qual não apresenta neste documento o relato por segmentos.

Nota 23 – Desagregação e comparação das Demonstrações Financeiras

Desagregação das rubricas do Balanço

Conta 20 – Devedores e credores por transferências, subsídios e empréstimos bonificados

Transferências e subsídios não reembolsáveis

Rubrica	31/12/2025		31/12/2024	
	A receber	A pagar	A receber	A pagar
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios não reembolsáveis	- €	- €	- €	- €
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos				
Estado	- €	305 880,61 €	- €	10 000,00 €
Administração Local	- €	42 214,28 €	- €	13 308,75 €
Outros	- €	294 436,37 €	- €	39 827,31 €
Total	- €	642 531,26 €	- €	63 136,06 €

Quadro 87: Desagregação da conta 20

Conta 21 – Clientes, contribuintes e utentes

Clientes

Rubrica	31/12/2025				31/12/2024			
	Conta Corrente (1)	Cobrança Duvidosa (2)	Imparidades acumuladas (3)	Valor Recuperável Líquido (4)=(1)+(2)-(3)	Conta Corrente (5)	Cobrança Duvidosa (6)	Imparidades acumuladas (7)	Valor Recuperável Líquido (8)=(5)+(6)-(7)
Ativo corrente								0,00
Clientes c/c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuintes	1 392 864,74	1 806 217,96	1 806 217,96	1 392 864,74	1 268 113,98	1 699 329,72	1 699 329,72	1 268 113,98
Utentes	394 736,83	1 667 183,34	1 667 183,34	394 736,83	467 033,78	1 651 731,02	1 651 731,02	467 033,78
Total	1 787 601,57	3 473 401,30	3 473 401,30	1 787 601,57	1 735 147,76	3 351 060,74	3 351 060,74	1 735 147,76

Quadro 88: Desagregação da conta 21

Conta 22 – Fornecedores

Fornecedores				
Rubrica	31/12/2025		31/12/2024	
Passivo não corrente corrente				
Fornecedores	0,00		0,00	
Fornecedores de investimentos	0,00		0,00	
	0,00		0,00	
Passivo corrente				
Fornecedores	12 028 916,43		15 582 041,20	
Fornecedores de investimentos	5 776 031,87		6 144 928,45	
	17 804 948,30		21 726 969,65	

Quadro 89: Desagregação da conta 22

Conta 24 – Estado e outros entes públicos

Estado e Outros Entes Públicos				
Rubrica	31/12/2025		31/12/2024	
	A receber	A pagar	A receber	A pagar
Retenção de impostos sobre rendimentos	- €	154 385,15 €	- €	143 549,63 €
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	415 287,78 €	21 797,11 €	- €	28 273,91 €
Outros impostos	- €	- €	- €	51 298,52 €
Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	- €	313 170,89 €	- €	362 362,45 €
Outras tributações	- €	- €	- €	- €
	415 287,78 €	489 353,15 €	- €	585 484,51 €

Quadro 90: Desagregação da conta 24

Outras contas a receber

Rubrica	Outras contas a receber							
	31/12/2025				31/12/2024			
	Conta Corrente (1)	Cobrança Duvidosa (2)	Imparidades acumuladas (3)	Valor Recuperável Líquido (4)=(1)+(2)-(3)	Conta Corrente (5)	Cobrança Duvidosa (6)	Imparidades acumuladas (7)	Valor Recuperável Líquido (8)=(5)+(6)-(7)
Ativo não corrente								
Devedores por contratos de cedência	1 395 519,69			1 395 519,69	1 643 636,74			1 643 636,74
Adiantamentos a fornecedores de investimentos				0,00				0,00
Cauções				0,00				0,00
Outros devedores				0,00				0,00
	1 395 519,69	0,00	0,00	1 395 519,69	1 643 636,74	0,00	0,00	1 643 636,74
Ativo corrente								
Devedores por contratos de cedência	285 053,17			285 053,17	280 095,47			280 095,47
Adiantamentos a fornecedores de investimentos	2 763 224,14			2 763 224,14	3 211 721,83			3 211 721,83
Devedores por acréscimos de rendimentos				0,00				0,00
IMI	20 015 645,04			20 015 645,04	17 939 742,88			17 939 742,88
IMT	2 323 593,73			2 323 593,73	2 044 521,88			2 044 521,88
Derrama	2 190 480,56			2 190 480,56	3 317 657,32			3 317 657,32
Outros	10 693 175,30			10 693 175,30	11 548 371,46			11 548 371,46
Devedores por acréscimos de rendimentos	1 949 601,28			1 949 601,28				
Cauções	176 365,50			176 365,50	343 390,75			343 390,75
Outros devedores	640 385,16			640 385,16	559 308,42			559 308,42
	41 037 523,88	0,00	0,00	41 037 523,88	39 244 810,01	0,00	0,00	38 964 714,54

Quadro 91: Desagregação das outras contas a receber

Outras contas a pagar

Rubrica	Outras contas a pagar	
	31/12/2025	31/12/2024
Passivo não corrente		
Credores de Contratos de Concessão		
Cauções	6 226 601,65	6 064 356,60
Outros credores		
	6 226 601,65	6 064 356,60
Passivo corrente		
Credores por contratos de cedência		
Credores por acréscimos de gastos		
Remunerações a Liquidar	5 517 867,62	4 990 426,10
Juros a liquidar e outros gastos financeiros	51 673,96	72 980,82
Outros acréscimos de gastos	1 083 182,05	1 099 245,39
Cauções	411 127,47	431 220,01
Sindicatos	3 104,50	0,00
Outros credores	286 964,08	232 545,57
	7 353 919,68	6 826 417,89

Quadro 92: Desagregação das contas a pagar

Conta 28 - Diferimentos

Diferimentos

Rubrica	31/12/2025	31/12/2024
Diferimentos ativos:		
Ativo não corrente		
Transferências e subsídios concedidos com condições		
Outros gastos a reconhecer		
	- €	- €
Ativo corrente		
Transferências e subsídios concedidos com condições	- €	- €
Seguros	- €	- €
Outros gastos a reconhecer	400 922,58 €	34 565,98 €
	400 922,58 €	34 565,98 €

Rubrica	31/12/2025	31/12/2024
Diferimentos passivos:		
Passivo não corrente		
Transferências e subsídios correntes obtidos com condições		
Transferências e subsídios de capital obtidos com condições		
Acordos de concessão de serviços	27 879 500,93 €	38 524 582,07 €
Outros rendimentos a reconhecer		
	27 879 500,93 €	38 524 582,07 €
Passivo corrente		
Transferências e subsídios correntes obtidos com condições	- €	- €
Transferências e subsídios de capital obtidos com condições	10 778 093,96 €	7 173 358,39 €
Acordos de concessão de serviços	5 591 887,40 €	- €
Outros rendimentos a reconhecer	297 071,92 €	304 222,04 €
	16 667 053,28 €	7 477 580,43 €

Quadro 93: Desagregação da conta 28

Desagregação das rubricas da Demonstração de Resultados

Desagregação das rubricas de rendimentos

Conta 70 – Impostos, contribuições e taxas

Impostos, contribuições e taxas			
Rubrica	31/12/2025	31/12/2024	Varição
Impostos diretos			
Derrama	2 144 267,00	3 260 071,00	-34%
IMI	19 336 908,00	17 470 718,00	11%
IUC	4 602 752,89	4 413 717,45	4%
Outros			
Impostos indiretos			
Impostos específicos das Autarquias Locais	911 062,94	829 392,61	10%
IMT	17 954 193,91	12 957 586,61	39%
Outros	1 917,83	292,29	556%
Taxas, multas e outras penalidades			
Taxas	380,40	186,40	104%
Taxas especificas das autarquias locais	5 285 767,92	4 635 802,96	14%
Multas e outras penalidades	488 544,47	422 511,09	16%
Total	50 725 795,36	43 990 278,41	15%

Quadro 94: Desagregação da conta 70

Conta 72 – Prestações de serviços e concessões

Prestações de serviços e concessões			
Rubrica	31/12/2025	31/12/2024	Variação
Serviços Específicos das Autarquias Locais	12 677 649,38	13 874 452,69	-9%
Concessões	8 499 751,70	8 422 425,14	1%
Serviços sociais, recreativos, culturais e desporto	1 152,51	1 451,30	-21%
Aluguer de equipamento	151 854,24	157 856,52	-4%
Arrendamento	772 347,72	784 925,95	-2%
Outros serviços			
Taxa de gestão de resíduos	4 131,42	71 038,86	
Total	22 106 886,97	23 312 150,46	-5%

Quadro 95: Desagregação da conta 72

Conta 75 – Transferências e subsídios correntes obtidos

Transferências e subsídios correntes obtidos			
Rubrica	31/12/2025	31/12/2024	Variação
Estado			
Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)	10 768 133,34 €	10 604 363,99 €	2%
Fundo Social Municipal (FSM)	4 098 409,00 €	3 716 240,00 €	10%
Participação no IRS	9 212 745,00 €	9 490 966,00 €	-3%
Educação	15 457 139,00 €	14 870 715,00 €	4%
Saúde	1 680 390,00 €	1 668 969,00 €	1%
Ação Social	2 248 172,00 €	2 119 771,00 €	6%
Participação do IVA	1 110 154,00 €	592 134,02 €	87%
Outras			
Artigo 35.º, n.º 3 da Lei n.º 73/2013	3 851 623,00 €	2 457 459,74 €	
FEDER	29 039,05 €	149 908,30 €	-81%
Fundo Social Europeu	86 749,39 €	390 585,98 €	-78%
Subsídios Correntes	2 807 531,51 €	1 083 514,28 €	159%
Total	51 350 085,29 €	47 144 627,31 €	9%

Quadro 96: Desagregação da conta 75

Conta 78 – Outros rendimentos

Outros rendimentos			
Rubrica	31/12/2025	31/12/2024	Variação
Rendimentos suplementares			
Ganhos em inventários			
Alienações	0,00	5 780,00	-100%
Rendimentos em investimentos	493 514,54	773 105,12	-36%
Outros rendimentos do Estado	633,28	3 994,80	-84%
Correções de períodos anteriores	1 956 793,40	1 130 795,35	73%
Imputação de subsídios e transferências para investimentos	3 818 591,82	4 307 686,97	-11%
Outros não especificados	1 167 919,57	297 328,36	293%
Total	7 437 452,61	6 518 690,60	14%

Quadro 97: Desagregação da conta 78

Desagregação dos gastos

Conta 60 – Transferências e subsídios concedidos

Transferências e subsídios concedidos			
Rubrica	31/12/2025	31/12/2024	Variação
Transferências correntes concedidas			
Estado	9 500,00		
Serviços e Fundos Autónomos	12 153,53		
Associações de Municípios	990,00	41 398,56	-98%
Freguesias	2 842 609,62	2 192 107,11	30%
Empresas locais	55 445,01	122 851,36	-55%
Famílias	2 068 863,33	1 146 496,89	80%
Outros setores institucionais	9 680 833,12	8 440 715,99	15%
Subsídios correntes concedidos	4 333 186,43	4 075 995,21	6%
Sub-total	19 003 581,04	16 019 565,12	19%
Transferências de capital concedidas			#DIV/0!
Administração Local	1 326 538,35	1 123 087,39	18%
Freguesias			#DIV/0!
Outros setores institucionais	274 811,11	475 988,49	-42%
Sub-total	1 601 349,46	1 599 075,88	0%
Total	20 604 930,50	17 618 641,00	17%

Quadro 98: Desagregação da conta 60

Conta 62 – Fornecimentos e serviços externos

Fornecimentos e Serviços Externos

Rubrica	31/12/2025	31/12/2024	Varição
Subcontratos			
Serviços de saúde	12 487,00 €		
Espaços de desporto, cultura e lazer	6 770,64 €		
Serviço de recolha e tratamento de resíduos sólidos e urbanos	10 235 792,84 €	8 959 679,26 €	14%
Outros subcontratos ou parcerias	1 403 848,48 €	1 671 068,67 €	-16%
Serviços especializados			
Trabalhos especializados	4 407 067,15 €	4 494 112,68 €	-2%
Publicidade, comunicação e imagem	341 088,70 €	448 796,22 €	-24%
Vigilância e segurança	705 179,97 €	728 518,57 €	-3%
Honorários	54 609,27 €	30 527,49 €	79%
Comissões	1 403 283,62 €	1 412 078,31 €	-1%
Conservação e reparação	1 780 905,82 €	1 189 273,17 €	50%
Outros serviços especializados	7 947 824,44 €	6 652 028,17 €	19%
Materiais de consumo	616 578,28 €	628 587,00 €	-2%
Energia e fluidos	4 349 621,22 €	4 909 019,60 €	-11%
Deslocações, estadas e transporte	163 493,08 €	168 124,39 €	-3%
Serviços diversos			
Rendas e alugueres	1 092 919,30 €	1 095 832,62 €	0%
Comunicação	182 198,82 €	188 954,91 €	-4%
Seguros	327 101,62 €	616 309,01 €	-47%
Contencioso e notariado			
Despesas de representação dos serviços			
Contencioso e notariado	2 721,69 €		
Limpeza, higiene e conforto	1 885 448,43 €	1 406 010,00 €	34%
Outros serviços	5 162,60 €		
Total	36 924 102,97 €	34 598 920,07 €	7%

Quadro 99: Desagregação da conta 62

Conta 63 – Gastos com o pessoal

Gastos com pessoal

Rubrica	31/12/2025	31/12/2024	Varição
Remunerações dos titulares de orgaos de soberania e membros dos orgaos autarquicos	389 347,84 €	412 053,04 €	-6%
Remunerações dos orgãos sociais e de gestão	245 667,05 €	194 822,08 €	26%
Remunerações do pessoal	31 336 561,75 €	28 325 272,36 €	11%
Benefícios pós-emprego	35 887,87 €	31 046,64 €	16%
Encargos sobre remunerações	7 379 288,45 €	6 207 643,68 €	19%
Acidentes de trabalho	506 086,25 €	506 829,76 €	0%
Outros gastos com o pessoal	990,88 €	303 460,12 €	-100%
Outros encargos sociais	957 151,02 €	803 490,07 €	19%
Total	40 850 981,11 €	36 784 617,75 €	11%

Quadro 100: Desagregação da conta 63

Conta 68 – Outros gastos

Outros gastos			
Rubrica	31/12/2025	31/12/2024	Variação
Impostos e taxas	17 196,74 €	12 639,72 €	36%
Perdas em inventários			
Alienação de ativos fixos tangíveis	40 132,61 €	45 862,65 €	
Abates	24 556,83 €	4 206,56 €	484%
Correções relativas a períodos anteriores	1 389 938,08 €	2 667 190,94 €	-48%
Quotizações	243 029,75 €	213 051,35 €	14%
Outros não especificados	2 365 578,74 €	5 508 814,81 €	-57%
Total	4 080 432,75 €	8 451 766,03 €	-52%

Quadro 101: Desagregação da conta 68

Conta 69 – Gastos por juros e outros encargos

Juros e gastos similares suportados			
Rubrica	31/12/2025	31/12/2024	Variação
Juros de financiamentos obtidos	1 437 573,48 €	1 972 639,64 €	-27%
Juros tributários	138 169,49 €	90 828,51 €	52%
Outros juros	1 077,63 €	1 154,90 €	-7%
Outros encargos	25 323,60 €	27 557,14 €	-8%
Total	1 602 144,20 €	2 092 180,19 €	-23%

Quadro 102: Desagregação da conta 69

Nota final

As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis ao Município de Gondomar ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações

11. DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

“As demonstrações orçamentais são uma representação estruturada da execução e desempenho orçamental de uma entidade. Consequentemente, os objetivos das demonstrações orçamentais de finalidades gerais são o de proporcionar informação acerca do orçamento inicial, das alterações orçamentais, da execução das despesas e das receitas orçamentadas, dos pagamentos e recebimentos e do desempenho orçamental. ...”

Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, NCP 26.

Nos termos do parágrafo 46 da Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 – Contabilidade e Relato Orçamental, o conjunto de demonstrações orçamentais históricas a preparar pelas entidades são as seguintes:

- a) Demonstração de Desempenho Orçamental;
- b) Demonstração de Execução Orçamental da Receita;
- c) Demonstração de execução Orçamental da Despesa;
- d) Demonstração da execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI)
- e) Anexo IV - Alterações ao plano plurianual de investimentos
- f) Anexo V - Operações de tesouraria

As demonstrações orçamentais permitem, nomeadamente: o acompanhamento de todas as fases da receita e da despesa na classe 0 - Contabilidade Orçamental, a verificação através do balancete da contabilidade orçamental do conteúdo das demonstrações orçamentais, conhecer de forma mais simples e direta os cabimentos registados, ou seja, a reserva de dotação orçamental disponível, bem como, o montante daqueles que ainda não se converteram em compromisso, ou seja, assunção perante terceiros da responsabilidade por um possível passivo.

a) Demonstração de Desempenho Orçamental

Município de Gondomar							
Demonstração do desempenho orçamental do período findo em 31 de Dezembro de 2025							Valores em €
RUBRICA RECEBIMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)						(n-1)
	RP	RG	UE	EMPR	FUNDOS ALHEIOS	TOTAL	
Saldo da gerência anterior	216 396,73	0,00	0,00	0,00	7 050 197,17	7 266 593,90	7 378 093,21
Operações Orçamentais [1]	216 396,73	0,00	0,00	0,00	0,00	216 396,73	610 179,61
Devolução do saldo oper. Orçamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recebimento do saldo devolvido por terceiros entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de tesouraria [A]	0,00	0,00	0,00	0,00	7 050 197,17	7 050 197,17	6 767 913,60
Receita corrente	116 651 856,48	0,00	145 877,28	0,00	0,00	116 797 733,76	107 267 395,41
R1 Receita Fiscal	42 940 603,81	0,00	0,00	0,00	0,00	42 940 603,81	36 324 213,67
R1.1 Impostos diretos	42 940 603,81	0,00	0,00	0,00	0,00	42 940 603,81	36 324 213,67
R1.2 Impostos indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R2 Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R3 Taxas, multas e outras penalidades	6 986 230,38	0,00	0,00	0,00	0,00	6 986 230,38	5 506 704,27
R4 Rendimentos de propriedade	1 941 837,98	0,00	0,00	0,00	0,00	1 941 837,98	3 180 794,42
R5 Transferências e subsídios correntes	49 295 998,60	0,00	145 877,28	0,00	0,00	49 441 875,88	46 849 921,87
R5.1 Transferências correntes	49 295 998,60	0,00	145 877,28	0,00	0,00	49 441 875,88	46 849 921,87
R5.1.1 Administrações Públicas	49 295 998,60	0,00	145 877,28	0,00	0,00	49 441 875,88	46 849 921,87
R5.1.1.1 Administração Central - Estado Português	49 295 998,60	0,00	145 877,28	0,00	0,00	49 441 875,88	46 849 921,87
R5.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.3 Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.4 Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.5 Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.2 Exterior - UE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.3 Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.2 Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R6 Venda de bens e serviços	14 933 870,95	0,00	0,00	0,00	0,00	14 933 870,95	14 861 541,39
R7 Outras receitas correntes	553 314,76	0,00	0,00	0,00	0,00	553 314,76	544 219,79
Receita de capital	5 927 236,00	0,00	8 530 121,69	0,00	0,00	14 457 357,69	9 256 628,70
R8 Venda de bens de investimento	618 315,00	0,00	0,00	0,00	0,00	618 315,00	1 567 460,00
R9 Transferências e subsídios de capital	5 308 921,00	0,00	8 530 121,69	0,00	0,00	13 839 042,69	7 689 168,70
R9.1 Transferências de capital	5 308 921,00	0,00	8 530 121,69	0,00	0,00	13 839 042,69	7 689 168,70
R9.1.1 Administrações Públicas	5 308 921,00	0,00	8 530 121,69	0,00	0,00	13 839 042,69	7 689 168,70
R9.1.1.1 Administração Central - Estado Português	5 308 921,00	0,00	8 530 121,69	0,00	0,00	13 839 042,69	7 689 168,70
R9.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.3 Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.4 Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.5 Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.2 Exterior - UE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.3 Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.2 Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R10 Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R11 Reposições não abetidas aos pagamentos	70 664,13	0,00	0,00	0,00	0,00	70 664,13	57 002,67
Receita efetiva [2]	122 649 756,61	0,00	8 675 998,97	0,00	0,00	131 325 755,58	116 581 026,78
Receita não efetiva [3]	5 000 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5 000 000,00	2 500 000,00
R12 Receita com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R13 Receita com passivos financeiros	5 000 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5 000 000,00	2 500 000,00
Soma [4]=[1]+[2]+[3]	127 666 153,34	0,00	8 675 998,97	0,00	0,00	136 542 152,31	119 691 206,39
Operações de tesouraria [B]	0,00	0,00	0,00	0,00	2 156 526,29	2 156 526,29	1 626 365,95

Município de Gondomar							
Demonstração do desempenho orçamental do período findo em 31 de Dezembro de 2025							Valores em €
RUBRICA PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)						(n-1)
	RP	RG	UE	EMPR	FUNDOS ALHEIOS	TOTAL	
Despesa corrente	101 638 897,01	0,00	283 240,85	0,00	0,00	101 922 137,86	91 806 845,26
D1 Despesas com o pessoal	39 692 426,91	0,00	29 919,96	0,00	0,00	39 722 346,87	35 734 774,05
D1.1 Remunerações Certas e Permanentes	30 903 652,58	0,00	28 646,17	0,00	0,00	30 932 298,75	27 937 993,26
D1.2 Abonos Variáveis ou Eventuais	899 658,96	0,00	794,53	0,00	0,00	900 453,49	701 611,84
D1.3 Segurança Social	7 889 115,37	0,00	479,26	0,00	0,00	7 889 594,63	7 095 168,95
D2 Aquisição de bens e serviços	39 094 670,57	0,00	115 939,33	0,00	0,00	39 210 609,90	32 611 911,09
D3 Juros e outros encargos	1 905 826,77	0,00	0,00	0,00	0,00	1 905 826,77	2 509 595,75
D4 Transferências e subsídios correntes	16 495 669,38	0,00	137 381,56	0,00	0,00	16 633 050,94	16 268 684,90
D4.1 Transferências correntes	15 132 135,04	0,00	137 381,56	0,00	0,00	15 269 516,60	14 822 588,20
D4.1.1 Administrações Públicas	6 199 604,41	0,00	60 000,00	0,00	0,00	6 259 604,41	5 700 529,36
D4.1.1.1 Administração Central - Estado Português	1 889 586,22	0,00	0,00	0,00	0,00	1 889 586,22	1 215 402,23
D4.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.3 Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.4 Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.5 Administração Local	4 310 018,19	0,00	60 000,00	0,00	0,00	4 370 018,19	4 485 127,13
D4.1.2 Entidades do setor não lucrativo	7 580 981,89	0,00	77 030,53	0,00	0,00	7 658 012,42	8 048 181,35
D4.1.3 Famílias	1 218 739,04	0,00	351,03	0,00	0,00	1 219 090,07	1 062 977,49
D4.1.4 Outros	132 809,70	0,00	0,00	0,00	0,00	132 809,70	10 900,00
D4.2 Subsídios correntes	1 363 534,34	0,00	0,00	0,00	0,00	1 363 534,34	1 446 096,70
D5 Outras despesas correntes	4 450 303,38	0,00	0,00	0,00	0,00	4 450 303,38	4 681 879,47
Despesa de capital	15 984 683,46	0,00	8 768 044,78	0,00	0,00	24 752 728,24	20 319 403,22
D6 Aquisição de bens de capital	13 044 876,11	0,00	8 768 044,78	0,00	0,00	21 812 920,89	18 369 233,73
D7 Transferência e subsídios de capital	2 939 807,35	0,00	0,00	0,00	0,00	2 939 807,35	1 950 169,49
D7.1 Transferências de capital	2 939 807,35	0,00	0,00	0,00	0,00	2 939 807,35	1 950 169,49
D7.1.1 Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.1 Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.3 Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.4 Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.5 Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.2 Entidades do setor não lucrativo	1 587 669,56	0,00	0,00	0,00	0,00	1 587 669,56	1 119 964,57
D7.1.3 Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.4 Outros	1 362 137,79	0,00	0,00	0,00	0,00	1 362 137,79	830 204,92
D7.2 Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8 Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa efetiva [5]	117 623 580,47	0,00	9 051 285,63	0,00	0,00	126 674 866,10	112 126 248,48
Despesa não efetiva [6]	9 584 060,23	0,00	0,00	0,00	0,00	9 584 060,23	7 348 561,18
D9 Despesa com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D10 Despesa com passivos financeiros	9 584 060,23	0,00	0,00	0,00	0,00	9 584 060,23	7 348 561,18
Soma [7]=[5]+[6]	127 207 640,70	0,00	9 051 285,63	0,00	0,00	136 258 926,33	119 474 809,66
Operações de tesouraria [C]	0,00	0,00	0,00	0,00	2 055 225,22	2 055 225,22	1 344 082,38
Saldo para a gestão seguinte	658 512,64	0,00	-375 286,66	0,00	7 151 498,24	7 434 724,22	7 266 593,90
Operações orçamentais [8] = [4]-[7]	658 512,64	0,00	-375 286,66	0,00	0,00	283 225,98	216 396,73
Operações de tesouraria [9]=[A]+[B]-[C]	0,00	0,00	0,00	0,00	7 151 498,24	7 151 498,24	7 050 197,17
Saldo global [2] - [5]	5 026 176,14	0,00	-375 286,66	0,00	0,00	4 650 889,48	4 454 778,30
Despesa primária	115 717 753,70	0,00	9 051 285,63	0,00	0,00	124 769 039,33	109 616 652,73
Saldo corrente	15 012 959,47	0,00	-137 363,57	0,00	0,00	14 875 595,90	15 460 550,15
Saldo de capital	-10 057 447,46	0,00	-237 923,09	0,00	0,00	-10 295 370,55	-11 062 774,52
Saldo primário	6 932 002,91	0,00	-375 286,66	0,00	0,00	6 556 716,25	6 964 374,05
Receita total [1] + [2] + [3]	127 866 153,34	0,00	8 675 998,97	0,00	0,00	136 542 152,31	119 691 206,39
Despesa total [5] + [6]	127 207 640,70	0,00	9 051 285,63	0,00	0,00	136 258 926,33	119 474 809,66

Quadro 103: Demonstração do Desempenho Orçamental

b) Demonstração de execução orçamental da receita

Ano: 2025

Município de Gondomar

Demonstração de Execução Orçamental da Receita

(designação da autarquia local)

Rubrica	Descrição	Previsões corrigidas per. anteriores	Receitas por cobrar de per. anteriores	Receitas líquidas	Liquidações anuladas	Receitas cobradas brutas	Reembolsos e Restituições		Receitas cobradas líquidas		Receitas por cobrar no final do período	Grau de execução orçamental
							Emitidos	Pagos	Períodos anteriores	Total		
Receita corrente												
R1	Receita Fiscal	0,00	562 890,91	43 436 145,53	495 541,72	43 436 145,53	495 541,72	495 541,72	0,00	42 940 603,81	562 890,91	0,00
R1.1	Impostos diretos	35 842 555,00	562 890,91	43 436 145,53	495 541,72	43 436 145,53	495 541,72	495 541,72	0,00	42 940 603,81	562 890,91	119,803
R3	Taxas, multas e outras penalidades	4 811 394,00	2 194 852,47	7 531 004,26	445 075,42	6 889 230,38	0,00	0,00	564 175,27	6 422 055,11	2 294 550,83	145,202
R4	Rendimentos de propriedade	3 270 788,00	58 124,29	1 941 837,98	0,00	1 941 837,98	0,00	0,00	1 941 837,98	1 941 837,98	58 124,29	59,369
R5	Transferências e subsídios correntes	0,00	0,05	51 789 422,54	2 347 546,66	51 789 422,54	2 347 546,66	2 347 546,66	0,00	49 441 875,88	0,05	0,000
R5.1	Transferências correntes	0,00	0,05	51 789 422,54	2 347 546,66	51 789 422,54	2 347 546,66	2 347 546,66	0,00	49 441 875,88	0,05	0,000
R5.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,05	51 789 422,54	2 347 546,66	51 789 422,54	2 347 546,66	2 347 546,66	0,00	49 441 875,88	0,05	0,000
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	56 572 699,00	0,05	51 789 422,54	2 347 546,66	51 789 422,54	2 347 546,66	2 347 546,66	0,00	49 441 875,88	0,05	87,395
R6	Venda de bens e serviços	15 254 472,00	2 759 492,26	14 913 466,41	12 294,37	14 933 870,85	0,00	0,00	471 210,82	14 462 660,13	2 726 795,35	97,898
R7	Outras receitas correntes	314 105,00	68 635,20	572 475,85	5,00	565 314,76	0,00	0,00	4 240,09	549 074,67	87 791,29	176,156
Receita de capital												
R8	Venda de bens de investimento	715 192,00	0,00	618 315,00	0,00	618 315,00	0,00	0,00	0,00	618 315,00	0,00	86,454
R9	Transferências e subsídios de capital	0,00	1 503 954,38	14 014 996,68	175 956,99	13 839 042,69	0,00	0,00	0,00	13 839 042,69	1 503 954,38	0,000
R9.1	Transferências de capital	0,00	1 503 954,38	14 014 996,68	175 956,99	13 839 042,69	0,00	0,00	0,00	13 839 042,69	1 503 954,38	0,000
R9.1.1	Administrações Públicas	0,00	1 503 954,38	14 014 996,68	175 956,99	13 839 042,69	0,00	0,00	0,00	13 839 042,69	1 503 954,38	0,000
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	26 175 598,00	1 503 954,38	14 014 996,68	175 956,99	13 839 042,69	0,00	0,00	0,00	13 839 042,69	1 503 954,38	52,864
R9.1.3	Outras	1 000 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
R13	Receita com passivos financeiros	5 000 000,00	0,00	5 000 000,00	0,00	5 000 000,00	0,00	0,00	0,00	5 000 000,00	0,00	100,000
Outras receitas												
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	195 128,00	0,00	70 664,13	0,00	70 664,13	0,00	0,00	0,00	70 664,13	0,00	36,214
	Saldo da gestão anterior - operações orçamentais	216 398,73	0,00	216 398,73	0,00	216 398,73	0,00	0,00	0,00	216 398,73	0,00	100,000
		116 065 023,00	5 643 955 181,20	184 354,57	3 300 463,17	119 640 822,14	2 843 088,38	2 843 088,38	1 039 626,18	115 758 107,58	5 720 152,82	99,735
		32 893 788,00	1 503 954,38	19 633 314,68	175 556,99	19 457 357,69	0,00	0,00	0,00	19 457 357,69	1 503 954,38	59,152
		411 524,73	0,00	287 069,86	0,00	287 069,86	0,00	0,00	0,00	287 069,86	0,00	69,755
	Total	149 371 335,73	7 147 949 561,40	104 730,11	3 476 420,16	139 385 240,69	2 843 088,38	2 843 088,38	1 039 626,18	135 502 526,13	7 234 107,20	90,715

Quadro 104: Demonstração Orçamental da Receita

ORGÃO DELIBERATIVO

Em de de

ORGÃO EXECUTIVO

Em de de

c) Demonstração de execução orçamental da Despesa

Ano: 2025

Município de Gondomar

designação da autarquia local)

Rubrica	Descrição	Despesas por pagar período anteriores	Doações por período anteriores	Dotações comprometidas	Cativos/descontos	Compromissos	Obrigações		Despesas pagas líquidas de reposições		Compromissos a transferir	Obrigações por pagar	Grau de execução orçamental
							Período anterior	Período corrente	Período anterior	Período corrente			
Despesa corrente													
D1	Despesas com o pessoal	517.956,54	40.316.060,00	0,00	40.266.678,24	40.212.131,72	443.321,53	39.279.025,34	39.722.346,87	54.545,52	489.764,85	96,527	
D1.1	Remunerações certas e permanentes	507.861,60	31.424.370,00	0,00	31.424.855,68	31.409.609,00	433.656,62	30.499.602,13	30.932.298,75	14.646,58	477.310,25	96,434	
D1.2	Abonos variáveis ou eventuais	9.506,90	913.016,00	0,00	912.928,09	914.928,09	890.946,59	9.506,90	900.453,49	0,00	12.474,60	96,624	
D1.3	Segurança Social	230,04	7.978.674,00	0,00	7.929.494,57	7.889.594,63	118,01	7.889.476,62	7.889.594,63	39.699,94	0,00	96,884	
D2	Aquisição de bens e serviços	2.772.209,84	44.710.468,00	0,00	43.730.933,47	39.437.759,75	2.742.348,18	36.469.261,72	39.210.609,90	4.293.169,72	227.149,85	87,659	
D3	Juros e outros encargos	0,00	1.905.009,00	0,00	1.905.886,45	1.905.826,77	0,00	1.905.826,77	1.905.826,77	159,68	0,00	99,990	
D4	Transferências e subsídios correntes	123.425,69	18.199.799,00	0,00	18.023.824,83	16.667.160,05	100.427,00	16.532.633,94	16.633.050,94	1.366.664,78	34.109,11	91,406	
D4.1	Transferências correntes	123.425,69	16.832.075,00	0,00	16.650.290,49	15.303.625,71	100.427,00	15.169.069,60	15.269.516,60	1.366.664,78	34.109,11	90,717	
D4.1.1	Administração Central - Estado Português	23.308,75	6.709.944,00	0,00	6.681.143,13	6.259.604,41	10.000,00	6.249.604,41	6.259.604,41	421.538,72	0,00	93,344	
D4.1.1.1	Administração Central - Outras entidades	10.000,00	2.010.712,00	0,00	1.998.331,56	1.889.586,22	10.000,00	1.879.586,22	1.889.586,22	108.745,34	0,00	93,976	
D4.1.1.2	Administração Local	0,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	
D4.1.1.5	Entidades do setor não lucrativo	13.308,75	4.689.232,00	0,00	4.662.811,57	4.370.018,19	0,00	4.370.018,19	4.370.018,19	312.793,38	0,00	93,193	
D4.1.2	Famílias	97.728,27	8.635.441,00	0,00	8.563.868,19	7.691.776,86	88.265,11	7.669.746,31	7.669.012,42	871.311,33	33.764,44	88,681	
D4.1.3	Outras	2.386,67	1.337.456,00	0,00	1.267.271,67	1.219.434,74	2.160,89	1.216.969,18	1.219.090,07	47.836,93	344,67	91,148	
D4.1.4	Subsídios correntes	0,00	153.200,00	0,00	149.787,50	132.809,70	0,00	132.809,70	132.809,70	15.977,80	0,00	86,690	
D4.2	Outras despesas correntes	6.666,72	5.515.406,00	0,00	4.520.932,34	4.451.966,81	4.385,71	4.445.917,67	4.450.303,38	68.326,53	1.663,43	80,689	
Despesa de capital													
D6	Aquisição de bens de capital	2.872.098,28	26.055.686,73	0,00	25.490.249,17	22.793.748,57	2.846.726,44	18.966.194,45	21.812.920,89	2.696.500,60	960.827,68	83,717	
D7	Transferências e subsídios de capital	309.975,95	3.064.291,00	0,00	3.063.683,40	3.053.299,12	307.074,78	2.632.732,57	2.639.807,35	10.384,28	113.491,77	96,315	
D7.1	Transferências de capital	309.975,95	3.064.291,00	0,00	3.063.683,40	3.053.299,12	307.074,78	2.632.732,57	2.639.807,35	10.384,28	113.491,77	96,315	
D7.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	
D7.1.2	Entidades do setor não lucrativo	20.401,17	1.616.291,00	0,00	1.595.683,40	1.590.570,73	17.500,00	1.570.169,56	1.587.669,56	5.112,67	2.901,17	96,229	
D7.1.4	Outras	289.574,78	1.468.000,00	0,00	1.468.000,00	1.462.728,39	289.574,78	1.062.569,01	1.392.137,79	5.271,61	110.590,60	92,107	
D10	Despesa com passivos financeiros	0,00	9.596.616,00	0,00	9.594.960,23	9.594.060,23	0,00	9.594.060,23	9.594.060,23	0,00	0,00	99,973	
Total Despesas Correntes		3.419.756,75	110.644.742,00	0,00	108.447.711,30	102.674.845,10	3.250.462,42	96.637.655,44	101.922.137,86	5.772.666,25	752.707,24	83,143	
Total Despesa de Capital		3.182.074,23	38.726.893,73	0,00	38.137.897,60	35.431.107,52	3.182.074,23	31.182.807,22	34.538.788,47	2.705.684,88	1.054.319,45	89,521	
Total Geral		6.601.830,98	149.371.635,73	0,00	146.585.608,90	138.105.952,62	6.432.536,65	127.820.462,66	136.460.926,33	8.478.351,13	1.807.026,69	86,907	

Quadro 105: Demonstração Orçamental da Despesa

ORGÃO DELIBERATIVO

Em ... de de

ORGÃO EXECUTIVO

Em ... de de

d) Demonstração da execução do PPI

Documento colocado anexo por ser muito extenso a dificultar a sua leitura dentro deste relatório.

e) Alterações ao plano plurianual de investimentos

Documento colocado anexo por ser muito extenso a dificultar a sua leitura dentro deste relatório.

f) Operações de tesouraria

Documento colocado anexo por ser muito extenso a dificultar a sua leitura dentro deste relatório.

12. MAPA DE ACORDOS DE PAGAMENTO

O Município de Gondomar não tem pagamentos em atraso, pelo que não se aplica o artigo 19º do Decreto-Lei nº 127/2012 de 21 de Junho.

13. REGISTO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS

DECLARAÇÃO

Luís Filipe Castro de Araujo, Presidente da Câmara Municipal de Gondomar, para os efeitos previstos na alínea a) do nº 1 do artigo 15º da Lei nº 8/2012 de 21 de Fevereiro, alterada e republicada pela Lei nº 22/2015 de 17 de Março, declara que todos os compromissos se encontram devidamente registados na base de dados centrais de encargos plurianuais.

Paços do Município de Gondomar, abril de 2026

O Presidente da Câmara

(Dr. Luís Filipe Araujo)

14. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS





GONDOMAR

é D'ouro

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

Praça Manuel Guedes | 4420-193 GONDOMAR
geral@cm-gondomar.pt | cm-gondomar.pt